

A importância Geopolítica dos Açores para a União Europeia

Dissertação de Mestrado

Pedro Renato Balança Furtado

Mestrado em

**Relações Internacionais: o Espaço
Euro-Atlântico**



A importância Geopolítica dos Açores para a União Europeia

Dissertação de Mestrado

Pedro Renato Balança Furtado

Orientadores

Professor Doutor Paulo Vitorino Fontes

Dissertação de Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Relações Internacionais: o Espaço Euro-Atlântico

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DOS AÇORES PARA A UNIÃO
EUROPEIA**

Pedro Renato Balança Furtado

2025

Orientador: Paulo Vitorino Fontes, Professor Doutor

Mestrado em Relações Internacionais: Espaço Euro-Atlântico

RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar que os Açores, uma região ultraperiférica da União Europeia, são mais do que uma moeda de troca na relação Atlântica. A perspectiva histórica demonstrará como no passado os Açores foram importantes para a relação Euro-Atlântica, e para a afirmação de Portugal. Analisaremos a atualidade deste território, e realçaremos os pontos que atualmente o tornam importante, na vertente securitária, científica e espacial. Através de entrevistas de pessoas que no passado e/ou atualmente, estejam e/ou estiveram ligados ao tema, pretendemos analisar como os Açores podem ser importantes para Portugal, e para a União Europeia do ponto de vista geopolítico, importância esta que poderá ser fundamental para a definição da política externa da União Europeia para o Atlântico. Analisaremos o Conceito Estratégico de Defesa Nacional e relacionaremos o mesmo com a política externa, e de segurança, da União Europeia, com o intuito de compreendermos como se desenvolve, e perceber que papel desempenham os Açores, e Portugal, nesta política. Este trabalho pretende responder à pergunta de partida, “que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?”, sob a perspectiva realista das Relações Internacionais. Utilizaremos como metodologia a pesquisa documental baseada em documentos escritos que nos permitirá ter acesso a um vasto leque de informação e assim fazer uma análise dedutiva e indutiva do tema, assim como recorreremos a entrevistas de algumas pessoas relevantes para este trabalho. Pretendemos concluir que os Açores foram, são e serão um dos territórios importantes da Europa devendo ser reconhecidos como tal. Esperamos ainda que este trabalho possa contribuir para o ressurgir do papel geoestratégico e

geopolítico dos Açores, como ativo de Portugal na União Europeia. O território açoriano é acima de tudo europeu e a fronteira ocidental com a América do Norte e do Sul, e é neste contexto que o pretendemos analisar.

Palavras-chave: Açores, União Europeia, Geopolítica, Geoestratégia, Atlântico, Euro-Atlântico, Relações Internacionais

ABSTRACT

This work aims to demonstrate that the Azores, an outermost region of the European Union, are more than just a bargaining chip in the Atlantic relationship. A historical perspective will demonstrate how the Azores were once important to the Euro-Atlantic relationship and to Portugal's assertion. We will analyze the current status of this territory and highlight the points that currently make it important from a security, scientific, and spatial perspective. Through interviews with individuals who, in the past and/or currently, are and/or have been involved in this topic, we aim to analyze how the Azores can be important to Portugal and the European Union from a geopolitical perspective, an importance that could be fundamental to defining the European Union's foreign policy for the Atlantic. We will analyze the Strategic Concept of National Defense and relate it to the European Union's foreign and security policy, aiming to understand its development and the role the Azores, and Portugal, play in this policy. This work aims to answer the initial question, "What role can the Azores play in the future of Portuguese geopolitics and the European Union from the perspective of its foreign policy?" from the perspective of realist International Relations. Our methodology will be documentary research based on written documents, which will allow us to access a wide range of information and thus conduct a deductive and inductive analysis of the topic. We will also draw on interviews with several individuals relevant to this work. We intend to conclude that the Azores were, are, and will be one of Europe's important territories and should be recognized as such. We also hope that this work will contribute to the reemergence of the Azores' geostrategic and geopolitical role as an asset for Portugal within the European Union. The Azorean territory is, above all, European and has a western border with North and South America, and it is in this context that we intend to analyze it.

Key words: Azores, European Union, Geopolitics, Geostrategy, Atlantic, Euro-Atlantic, International Relations

Dedicatória

À minha filha, pelo exemplo de força, coragem e capacidade de sonhar, que me inspiram a acreditar num mundo melhor.

À minha esposa, pela presença constante, companheirismo e apoio incondicional ao longo desta jornada.

“Deram frutos a fé e a firmeza, no esplendor de um cântico novo: os Açores são a nossa certeza, de traçar a glória de um povo.”

Hino dos Açores

Agradecimentos

Agradeço, de forma especial, à minha esposa e à minha filha, cujo amor, compreensão e força foram pilares fundamentais ao longo desta jornada. A paciência com as ausências, o incentivo constante e a inspiração diária que me proporcionaram foram determinantes para a concretização deste trabalho.

Aos meus pais, pela base sólida de valores, ética e dedicação que sempre me transmitiram, e pelo constante incentivo para ser melhor, não apenas como profissional, mas como ser humano. O seu exemplo foi, e continua a ser, uma fonte inestimável de motivação.

À minha família, incluindo os meus sogros, pelo apoio e ajuda na gestão do dia a dia, que permitiram conciliar da melhor forma a vida pessoal e académica, e a todos os demais familiares, pelo carinho e incentivo ao longo da vida.

Aos meus amigos, pelo apoio diário, pelo incentivo constante e pela amizade que me faz sentir uma pessoa mais realizada.

Uma referência especial ao meu orientador, Prof. Doutor Paulo Fontes, pela orientação dedicada, paciência e constante motivação, que foram determinantes para a realização desta dissertação.

A todos, o meu sincero e profundo agradecimento.

Índice

Introdução	9
Capítulo I	
Enquadramento Teórico e Conceptual: Geopolítica, Relações Internacionais e Teorias de Poder	20
Geopolítica – O conceito	20
Teoria das Relações Internacionais	22
Teorias de Poder na Geopolítica	26
Capítulo II	
Perspetiva Histórica	33
Capítulo III	
Ultraperiferia	42
Base Jurídica	42
Conceito	42
Regiões Ultraperiféricas - uma nova dimensão para a Europa	46
Capítulo IV	
O Conceito Estratégico de Defesa Nacional e a Política Externa da União Europeia: Implicações atlânticas e a relevância geopolítica dos Açores	54
Conceito Estratégico de Defesa Nacional	55
Desafios Estratégicos – CEDN	60
Política Externa da União Europeia – Uma segurança comum	61
Capítulo V	
Estudo do Caso - Importância geopolítica e geoestratégica dos Açores	73
Açores 2.0	74
Entrevistas - análise	88
Conclusão	105
Referências	114
Anexo – Transcrição de entrevistas	128

Lista de Abreviaturas

BE – Bússola Estratégica

CE – Conselho Europeu

CEDN – Conceito Estratégico de Defesa Nacional

UE – União Europeia

EUA – Estados Unidos da América

FLAD – Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

RAA – Região Autónoma dos Açores

RUP – Regiões Ultraperiféricas

ZEE – Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

Requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, a presente dissertação é parte integrante do segundo ciclo de estudos de 2023/2025, ministrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores: Mestrado em Relações Internacionais - o Espaço Euro-Atlântico.

É tema de investigação: A importância Geopolítica dos Açores para a União Europeia.

Os Açores foram ao longo dos anos um território muito importante para Portugal.

Desde os Descobrimentos, como porto de abrigo, e de abastecimento, para os navios da frota lusitana, até ao papel fundamental que desempenhou nas duas grandes Guerras Mundiais, principalmente na Segunda Guerra Mundial, o território açoriano foi alvo de variadíssimos interesses devido à sua importância geoestratégica.

Tendo como ponto de partida o passado relevante destas ilhas, este trabalho visa demonstrar a importância dos Açores, e da sua posição geoestratégica, para a União Europeia (UE) e para a relação Euro-Atlântica no século XXI, num contexto em que o equilíbrio de forças é diferente e onde as relações do passado parecem poder vir a ser postas em causa, nomeadamente as relações no âmbito da Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN), e a relação Euro-Atlântica, com o previsível retorno dos Estados Unidos da América (EUA) a uma política mais isolacionista.

Esta dissertação terá como referência temporal o século XX até aos dias de hoje, de modo a abranger as várias fases de importância geopolítica e geoestratégica da Região Autónoma dos Açores (RAA), sendo o seu principal objetivo compreender a importância geopolítica dos Açores para a UE e provar que esta região é mais do que uma moeda de troca na relação atlântica, quer de Portugal com os EUA, quer da UE.

Para tal partimos da pergunta de partida “Que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?”.

Como metodologia de pesquisa adotaremos a pesquisa e a análise de conteúdo de documentos escritos, algumas fontes primárias, mas maioritariamente fontes secundárias, e recorreremos a entrevistas semiestruturadas de informantes privilegiados, que nos permitirá ter acesso a um vasto leque de informação e assim fazer uma análise dedutiva e indutiva do tema, com o objetivo de provar

que hoje, como no passado, os Açores têm uma relevância geopolítica e estratégica ímpar para o controlo do Atlântico.

Após análise à documentação recolhida objetiva-se ainda a resposta a algumas questões adicionais, tais como:

- Qual contribuição dos Açores para a segurança Europeia?
- Que papel pode desempenhar aos Açores na economia e afirmação portuguesa na Europa?

Este trabalho será composto por cinco capítulos, que descrevemos abaixo, e uma conclusão.

No primeiro capítulo vamos abordar a teoria das Relações Internacionais.

Será nosso objetivo colocar em oposição a teoria realista com a teoria neorrealista e com a teoria construtivista, por entendermos que as três se enquadram no caso dos Açores, se bem que em alturas diferentes. A teoria realista numa primeira fase, século XX, e a teoria neorrealista e construtivista numa fase posterior, final do século XX até aos dias de hoje.

Será interessante abordar, confrontar, estas teorias em relação ao espaço geopolítico dos Açores tendo em conta a atualidade internacional atual que, em nossa opinião, está mais próxima do clima vivido na Guerra Fria, fazendo com que o realismo dos estados, mais poderosos, venha ao de cima.

Dentro da teoria realista pretendemos abordar o realismo clássico, de Morgenthau, que tem como princípio fundamental a anarquia, não total, do sistema internacional. Hans Morgenthau segue a tradição de Tucídides e Maquiavel e defende que existem moralidades diferentes entre a esfera pública e privada. Segundo o autor, os Estados, quando colocados perante um conflito de Poder, prosseguem políticas destinadas a preencher três objetivos essenciais: Manter e “preservar o status quo, atingir a expansão imperialista ou ganhar prestígio”¹.

Ou seja, conservar, aumentar e demonstrar o seu poder.

No que se refere ao neorrealismo, ou teoria neorrealista, este redefine a visão clássica do realismo, analisando outros pontos importantes, como por exemplo a economia. Kenneth Waltz é considerado

¹ DOUGHERTY, J. E., *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*, Gradiva, 2003; p. 98

o seu principal pensador, chamando-o de “Realismo Estrutural”, considerando que as ações dos Estados podem regularmente ser explicadas pelas pressões exercidas sobre eles, pela competição no sistema internacional, que limita e constrange suas escolhas.

O neorrealismo busca explicar padrões recorrentes de comportamento estatal.

Relativamente ao construtivismo, vamos utilizar como referência Alexander Wendt. Este autor defende que as estruturas sociais são compostas por conhecimento partilhado, recursos materiais e práticas.

Para os construtivistas a estrutura social é diferente, composta por conhecimentos partilhados, na qual os Estados confiam uns nos outros para resolver disputas sem guerra. Esta dependência da estrutura social em relação às ideias evidencia a orientação idealista do construtivismo no que respeita à natureza das estruturas sociais.

Ainda neste capítulo, e sendo este um trabalho que pretende avaliar a importância geopolítica dos Açores para a UE, pretendemos abordar as Teorias de Poder Geopolíticas.

Analisaremos o Poder Marítimo de Alfred Mahan, teoria de supremacia naval, onde o autor defendia que “quem domina o mar domina o globo”². Os oceanos eram um espaço contínuo que facultaria “acesso a todos os continentes e ilhas.”³

O Poder Terrestre de Mackinder, este geopolítico tentava compreender a história à luz da geografia, procurando uma causalidade geográfica para os fenómenos políticos. A sua principal atração era a massa continental euroasiática de onde partiram as grandes invasões da Europa desde o século V. Para Mackinder, teria o poder mundial quem conseguisse “controlar as grandes massas geográficas, fossem elas territoriais (geografia física), populacionais (geografia humana) ou matérias-primas (geografia económica)”⁴. A sua teoria teve três versões, a teoria inicial, a básica e a corrigida;

O Poder Aéreo de Seversky, que pode ser compreendido como o poder que é transportado pelo ar. A introdução de novos instrumentos de poder relacionados com meios de circulação aérea e com armas aéreas trouxe inovações na reflexão geográfica, havia uma nova dimensão espacial com

² Apud MOREIRA, C. - ALFRED THAYER MAHAN - https://www.academia.edu/11873527/ALFRED_THAYER_MAHAN

³ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p. 150

⁴ Ibidem, p.160

consequências na análise geopolítica, pois “deixava de haver à superfície, terrestre ou marítima, regiões inacessíveis, o que revolucionava os conceitos de *heartland* e de zona-fortaleza”⁵.

O objetivo é relacionar estas três teorias com a posição geográfica dos Açores por forma a demonstrar que, de acordo com estes pensadores, estas ilhas situam-se no ponto principal de decisão para todas elas, sendo importante na definição de poderes no Atlântico Norte.

Uma perspectiva histórica, com o intuito de analisar o papel determinante que ao longo da História, mais concretamente no século XX, os Açores tiveram, principalmente durante as duas guerras mundiais, será importante para este trabalho, e será o tema do segundo capítulo.

Em janeiro de 1917, durante a I Guerra Mundial, a Alemanha inicia uma guerra submarina sem restrições. Seria a sua hipótese de ganhar a guerra. Os EUA, não querendo que a guerra influenciasse as rotas marítimas de bens e pessoas, nomeadamente americanos, fizeram saber que não iriam compactuar com uma guerra marítima, submarina, sem restrições, intervindo em abril de 1917.

“Foi aliás, a necessidade de manter a liberdade de navegação no Atlântico contra os ataques de submarinos alemães a navios mercantes norte-americanos um dos factores que determinaram Washington a declarar guerra às potências centrais. E a entrada dos Estados Unidos da América como beligerante teve consequências sobre os Açores.”⁶

Em 1939 inicia-se a II Guerra Mundial. As forças do Eixo conseguem ocupar a França colocando pressão sobre Inglaterra, em declínio militar. Inglaterra sabia que a qualquer momento poderia ser atacada pela Alemanha e os seus principais objetivos eram manter a neutralidade de Portugal, e segurar os pontos estratégicos do Atlântico. Os EUA também são avisados para a importância de não perder a posição estratégica das ilhas para os alemães. A importância atribuída aos Açores, por parte dos EUA e do Reino Unido, era tal que Roosevelt e Churchill colocaram a hipótese de ocupar as ilhas. Tal ocupação era tida como fundamental pois garantiria a poupança de combustível e de meios humanos, devido ao facto de “se poder reduzir substancialmente as quantidades de combustível necessárias para desenvolver as operações militares Aliadas.”⁷

⁵ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p. 186

⁶ FERREIRA, J. M. - Os Açores nas duas guerras mundiais.

⁷ ANDRADE, L - *Alguns tópicos sobre as relações entre os Açores e a Grã-Bretanha (durante a Segunda Guerra Mundial)* p. 196-197

A geografia dos Açores tinha para os Aliados (EUA, França, Reino Unido e URSS) uma importância geoestratégica significativa na II Guerra Mundial, como demonstram as declarações de Roosevelt, (1943), quando manifestou a sua preocupação caso o arquipélago fosse ocupado pela Alemanha. Roosevelt informou Winston Churchill que seria de extrema importância para o esforço da guerra assegurar a circulação aérea e marítima via Açores. A importância dos Açores para os EUA e para a Inglaterra era tal que Roosevelt e Churchill colocaram a hipótese de ocupar as ilhas. “De 1939 a 1945, o arquipélago açoriano desempenhou talvez uma das suas mais importantes funções em termos geopolíticos e geoestratégicos.”⁸

Foi ainda o interesse nestas ilhas, na sua posição privilegiada no meio do Atlântico, que motivou o convite para Portugal fazer parte dos países fundadores da OTAN, criada em 1949, mesmo não sendo Portugal uma democracia na altura.

Durante a Guerra Fria os Açores mantiveram a sua importância como base aérea dos EUA, sobretudo no seu objetivo de *containment* do expansionismo soviético.

A Ultraperiferia estará em análise no terceiro capítulo deste estudo. Neste espaço iremos definir o seu conceito e qual a sua origem. Para nós este capítulo reveste-se de importância pois será um complemento para o trabalho, na medida em que, sendo os Açores uma região ultraperiférica (RUP) da UE, poderemos compreender melhor as limitações e potencialidades destas regiões, em particular dos Açores. Será ainda abordado o facto de um açoriano ser considerado o pai do conceito de ultraperiferia. De acordo com Paulo Vitorino Fontes, a criação do conceito de ultraperiferia é atribuído a Mota Amaral, “numa reunião, em 1987, da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa para caracterizar os Açores, a Madeira, as Canárias, a Martinica, a Guiana, a Guadalupe e a Reunião.”⁹, citando Patrick Guillaumin.

Importante também perceber o que o conceito vem trazer às RUP, desde logo a atenção para as suas dificuldades, tentando as instâncias europeias atenuar as mesmas, assim como, em alguns casos, a exploração das suas potencialidades. Veremos ainda a sua organização e a forma como se podem fazer ouvir em algumas instâncias europeias.

⁸ ANDRADE, L. - *Os Açores a II Guerra Mundial e a Nato*, p. 84

⁹ FONTES, P. - *Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia*, 2023, p. 103

Foi em 1992, por via da Declaração n.º 26, Tratado de Maastricht, e apesar de as disposições constantes no Tratado se aplicarem de igual forma às RUP, que se torna real esta discriminação positiva para estas regiões;

“A Conferência considera que, se é certo que as disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia e do direito derivado se aplicam de pleno direito às Regiões Ultraperiféricas, é, contudo, possível adoptar medidas específicas a seu favor, na medida em que exista e enquanto existir uma necessidade objectiva de tomar tais medidas, tendo em vista o desenvolvimento económico e social dessas regiões. Essas medidas devem visar simultaneamente os objectivos de realização do mercado interno e de reconhecimento da realidade regional, de modo a permitir que essas Regiões Ultraperiféricas consigam atingir o nível económico e social médio da Comunidade.”¹⁰

Importante referir ainda que a RAA, através do disposto no artigo 227º, alínea t), da Constituição da República Portuguesa, pode, deve, participar nas negociações de tratados e acordos internacionais. “Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que diretamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes”¹¹. Esta referência ao artigo 227º da Constituição da República Portuguesa é ainda mais relevante tendo em conta o objeto deste estudo. Importa referir ainda que existe um reforço do que está disposto neste artigo, no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos seus artigos 121º; 122º e 123º.

O quarto capítulo desta dissertação será dedicado à análise do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e à Política Externa da União Europeia, e quais as suas implicações atlânticas, avaliando a relevância geopolítica dos Açores nesta matéria.

Este capítulo é importante para este trabalho na medida em que nele se caracteriza a estratégia portuguesa, e a sua orientação, em matéria de defesa.

Teremos em atenção as alterações de força no panorama internacional, o surgimento de novas ameaças, a emergência de novas potências, e consequentemente os novos equilíbrios regionais, e, ainda o facto de “a ordem internacional que assegurou três décadas de paz e prosperidade está posta em causa pela mudança dos equilíbrios de poder.”¹²

¹⁰ Tratado da União Europeia, 1992

¹¹ Constituição da República Portuguesa

¹² IDN, Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023 - https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

Será importante ainda perceber que papel desempenham, ou podem desempenhar, as ilhas açorianas nos fundamentos desta estratégia de segurança e defesa nacional, num mundo onde, a cada dia que passa, as ameaças são mais diversas e surgem de onde menos se espera.

Pretendemos destacar como fundamentos essenciais desta estratégia, a visão estratégica e global de Portugal “que assenta na sua posição central na comunidade europeia e transatlântica, e também o facto de “a segurança no espaço transatlântico é uma condição necessária da segurança nacional”¹³, relacionando estes fundamentos com os Açores, com a sua posição geográfica e com todo o potencial que o seu vasto mar vem proporcionar, desde logo a sua importância na delimitação da plataforma continental portuguesa.

Será ainda importante explorar as grandes tendências a nível internacional e o posicionamento de Portugal, e como a relação bilateral com os EUA, com África e no seio da CPLP, nos posiciona, ou não, para sermos os líderes da UE no Atlântico, sobretudo no Atlântico Norte, sendo este um espaço que importa preservar, desde logo porque é o coração da relação transatlântica, mas também pela importância que tem ao nível dos transportes marítimos e aéreos, e da sua vigilância, assim como ao nível da segurança.

“O Atlântico, para além de ser uma plataforma capital para o fluxo de matérias-primas e da energia, ficará ainda mais valorizado por ser um oceano aberto. A importância crescente das rotas energéticas e comerciais dá relevo à necessidade de um esforço convergente entre os países do Norte e do Sul para garantir a sua segurança comum.”¹⁴.

Analisaremos ameaças e riscos para a segurança global, para o ambiente e para a segurança nacional, e em todos estes pontos tentaremos relacionar os mesmos com a importância geoestratégica açoriana, reforçando o que em nosso entender é um ativo nacional. Entendemos que este capítulo sobre a estratégia nacional reforçará a importância geopolítica e geoestratégica dos Açores para a UE e para Portugal. A política externa da UE será também abordada neste quarto capítulo.

¹³ IDN, Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023 - https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁴ Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2013 - https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf

Avaliaremos como esta política trata as questões do Atlântico, inclusive como vê a relação entre os parceiros Euro-Atlânticos, tentando perceber como se enquadram os Açores, e Portugal, nesta relação e nesta política.

Analisaremos que objetivos existem para o Atlântico, sejam eles económicos, de segurança, inclusive segurança climática, estratégicos, ou outros, e como os Açores são enquadrados nestes objetivos. A análise desta temática permitirá perceber que papel os Açores têm atualmente para a UE, o que será útil para sabermos qual o nosso ponto de partida para recuperar um estatuto de importância que outrora tivemos, e é nossa convicção que ainda temos.

A política externa da UE neste momento está assente numa estratégia mais virada a Leste, conforme se pode ver pelo que Frederica Mogherini, sublinhou, por meio da Estratégia Global da União, na necessidade de alcançar uma visão estratégica comum assente na segurança e na ambição de autonomia estratégica, afirmando a “responsabilidade coletiva” de defender os “interesses comuns europeus.”¹⁵ Foram identificadas cinco prioridades para a política externa da UE, nomeadamente a segurança da União; a resiliência do Estado e da sociedade a leste e a sul da União; uma abordagem integrada dos conflitos; ordens regionais de cooperação e uma governação mundial para o século XXI. Como podemos ver por este pequeno esboço o Atlântico não foi referido, mas isso não lhe retira importância e não significa que não necessite de uma visão diferente por parte da UE.

O mais recente documento publicado pela UE sobre política externa, da autoria de Josep Borrel, alto representante da União para os assuntos externos, refere o Atlântico numa perspectiva transatlântica e na necessidade de olharmos para a América Latina e Caraíbas do ponto de vista económico e geopolítico – *“I have worked hard to develop our other transatlantic relationship and to bring the European Union closer together with Latin America and the Caribbean.”*¹⁶

O mesmo documento aborda a questão da segurança e do combate ao crime organizado, algo que este trabalho visa desenvolver reforçando o papel importante que o território açoriano pode desempenhar nesta tarefa.

¹⁵ Conselho Europeu, Estratégia Global da União, 2016 - <https://eurodefense.pt/politica-externa-europeia/>

¹⁶ BORREL, J. – EU Foreign Policy, **Europe in the ‘Arc of Fire’** - <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2024/EUROPE%20IN%20THE%20E2%80%98ARC%20OF%20FIRE%20E2%80%99%20EU%20foreign%20policy%20in%202024.pdf>

Teremos particular atenção para a Política Externa Europeia a partir de 2022, ano da invasão da Ucrânia pela Rússia, porque é a partir desta data que a UE pensa mais, e melhor, a sua segurança.

A Bússola Estratégica (BE), que está assente em 4 pilares bem definidos, ação, garantia de segurança, investimento e parcerias, será importante para esta análise

Apesar da política externa da UE não ter, em nossa opinião, uma vertente atlântica, existem sinais de que isto pode mudar, desde logo pelas ameaças de Donald Trump ao euroatlantismo, como o conhecemos, e à própria existência da OTAN, confirmando assim a importância dos Açores neste possível novo contexto mundial, uma vez que “a importância geoestratégica dos Açores depende muito da conjuntura mundial (...) os Açores tendem a ser importantes nos momentos que há desintegração internacional, em que há tensão.”¹⁷

O quinto capítulo desta dissertação será dedicado ao estudo de caso - Importância geopolítica e geoestratégica dos Açores.

Iremos analisar o futuro deste território no que à importância geopolítica para Portugal e para a UE diz respeito, abordando neste contexto o seu papel científico, político e de segurança.

Abordaremos ainda o papel estratégico, que os Açores podem desempenhar, como território central para a definição de poder no Atlântico Norte.

Pretendemos com este trabalho contribuir, de alguma forma, para o ressurgir do papel geoestratégico e geopolítico dos Açores, como um dos maiores ativos de Portugal na UE e como um dos pontos estratégicos naquilo que possa vir a ser uma política europeia de segurança comum. O território açoriano é acima de tudo europeu, atlântico, e a fronteira ocidental com a América do Norte e do Sul, e é neste contexto que o pretendemos analisar.

A posição geográfica dos Açores pode desempenhar num futuro próximo um papel fundamental no combate ao crime organizado e a ameaças tais como a pirataria mundial e o terrorismo internacional.

“o combate às ameaças securitárias tradicionais é apenas uma das problemáticas nas quais as RUP podem ser uma mais-valia para a UE e para a NATO. (...) Ao assumir a responsabilidade de contribuir

¹⁷ MOMJARDINO, M. - A nova ordem mundial do “imprevisível” Donald Trump, Açoriano Oriental, N.º 22508, Domingo 19 de janeiro de 2025, p. 2.

para e de levar a cabo missões próprias de manutenção de paz e de apoio em países e zonas do Mundo afetadas por estes novos perigos, a UE tem a necessidade de possuir pontos estratégicos no globo a partir dos quais pode lançar, monitorizar e prestar apoio logístico a tais empreendimentos.”¹⁸

Abordaremos ainda a importância dos Açores para o projeto espacial nacional, e europeu, assim como do *Air Center*.

Este capítulo terá ainda uma parte dedicada à análise de entrevistas. Estas entrevistas foram efetuadas a personalidades que no passado e/ou atualmente estejam e/ou estiveram ligados ao objeto de estudo desta investigação. Entrevistamos Presidentes dos Governos Regionais dos Açores, bem como personalidades que nos podiam dar informação privilegiada, por forma a podermos perceber a importância que os Açores tiveram, têm e terão na relação Euro-Atlântica, e ainda a importância que podem vir a desempenhar numa futura Política Externa e de Segurança Comum da UE.

É nosso entendimento que a análise destas entrevistas será fundamental para delinear um plano sobre como devemos trabalhar a posição geoestratégica dos Açores para que esta, para além de moeda de troca, seja algo que efetivamente beneficie e proteja os interesses dos Açores e de Portugal no seu todo.

Pretendemos concluir com esta dissertação que os Açores foram, são, e serão um dos territórios mais importantes da UE e que devem ser reconhecidos por Portugal e pela União como tal.

Entendemos ainda que hoje, como no passado, Portugal deve ter no Atlântico o seu principal foco de política externa, como forma de se afirmar a nível europeu e internacional.

“O Arquipélago dos Açores, independentemente das conjunturas geopolíticas e geoestratégicas, manter-se-á um ponto muito importante no que diz respeito, não apenas à defesa, mas também à segurança de um espaço atlântico que foi, é e continuará a ser extremamente relevante para a Europa, para os Estados Unidos da América e para todo o Atlântico Sul.”¹⁹

¹⁸ FONSECA, H. - **Política de Vizinhança para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, Dissertação de Mestrado. 2018.

¹⁹ ANDRADE, L. - *Os Açores, A Política Externa Portuguesa e o Atlântico*, 2013

O Atlântico Sul não deve ser esquecido e deve ser tido em conta como parte desta afirmação de Portugal na Europa pois “é um espaço geopolítico que se reveste para Portugal de especial relevância, uma vez que, entre muitos outros aspectos, a nossa língua é falada nas suas duas margens”.²⁰

Por último, mas não menos importante, esperamos que este trabalho de investigação, para além da sua vertente académica, contribua para o ressurgimento, e afirmação, dos Açores como pilar Atlântico, contribuindo ainda para o seu desenvolvimento futuro.

²⁰ ANDRADE, L. - *Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte*, 2017.

Capítulo I

Enquadramento Teórico e Conceptual: Geopolítica, Relações Internacionais e Teorias de Poder

Neste primeiro capítulo vamos fazer uma breve descrição de alguns conceitos, abordar algumas Teorias das Relações Internacionais e explicar o porquê de, no nosso entendimento, o Realismo, em oposição ao Neorrealismo e ao Construtivismo ser a Teoria que melhor se aplica ao Arquipélago dos Açores.

Sendo este um trabalho que visa estudar, analisar, a importância geopolítica dos Açores, para a UE, entendemos ser importante começar por efetuar uma breve descrição sobre o que é a geopolítica, como forma de introdução às Teorias das Relações Internacionais e às Teorias de Poder nestas.

Geopolítica – O conceito

Importa definir o conceito de geopolítica. Esta descrição é ainda importante pois iremos neste capítulo abordar as principais Teorias de Poder geopolíticas, que, em nosso entender, se enquadram no caso em estudo.

A geopolítica é há muito estudada. Aristóteles e Platão já a estudavam e defendiam que era moldada e limitada pela natureza, “*Aristotle, Plato and other ancients clearly understood that politics is shaped and constrained by nature*”²¹

A geopolítica como a conhecemos hoje, começou a ser estudada no fim do século XX, em resposta às diversas alterações que ocorreram, nomeadamente na Europa, como revoluções nas comunicações, transportes, novo armamento e até aos novos sistemas políticos. A partir da II Guerra Mundial houve três correntes desta Geopolítica, *Anglo-american geopolitics*, *German geopolitik* e a *French geopolitique*, mas apenas uma sobreviveu, a Anglo-americana que é a chamada de geopolítica clássica, “*only Anglo-American geopolitics survived in the postwar era, and after an initial decline in the early postwar years, it was progressively reclaimed from the 1970s.*”²²

Existem várias definições de Geopolítica, das quais pretendemos citar algumas, pois a geopolítica pode ser um termo muito abrangente.

²¹ WU, Z. - Classical geopolitics, realism and the balance of power theory; Journal of Strategic Studies.

²² Ibidem.

Para Kjellén, para muitos o fundador da geopolítica, “a geopolítica é o estudo do Estado considerado como organismo geográfico, ou ainda como fenómeno espacial, isto é, como uma terra, um território, um espaço, ou ainda melhor um país”²³.

Outra definição interessante é a de Samuel Cohen, “*the essence of geopolitical analysis is the relation of international political power to the geographical setting.*”²⁴.

Yves Lacoste, outro teórico geopolítico, definiu que:

*La géopolitique (ou la géostratégie), c'est surtout le raisonnement dont le but est de vaincre l'adversaire — compte tenu de la situation et des moyens dont on dispose (...) Il ne s'agit donc pas de science, ni d'une recherche de lois, mais d'un savoir penser l'espace terrestre et les luttes qui s'y déroulent, pour essayer de mieux percer les mystères de ce qui est en train de se passer afin d'agir plus efficacement.*²⁵

Dos textos analisados, a definição de geopolítica seguinte é aquela que entendemos fazer mais sentido no panorama internacional atual, pois num sistema de interdependência complexa o fazer a guerra pode trazer várias contrariedades, para além das que são inerentes, inclusive aos Estados poderosos. Desde logo na questão económica, a economia hoje é algo global e a guerra afeta muitas vezes o comércio, o acesso a determinadas matérias-primas, provocando quebras de abastecimento que são prejudiciais a todos, logo é na influência sobre os Estados mais fracos, por forma a se poder utilizar os seus territórios e recursos que a geopolítica se manifesta.

“A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo o tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados. Hoje, esta geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território, uma vez que a conquista de territórios e as colónias tornaram-se muito caras.”²⁶

²³ CORREIA Apud, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, pp. 95 e 96.

²⁴ COHEN, B. S. - Geography and Politics in a World Divided, p. 24.

²⁵ LACOSTE, Y. - Questions de géopolitique, l'Islam, la mer, l'Afrique, pp. 8-9.

²⁶ BECKER, B. K. - "Geopolítica da Amazônia", pp. 71-86. <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>.

A definição de geopolítica oficiosa em Portugal, do Instituto de Altos Estudos Militares, considera a geopolítica como o “estudo das constantes e das variáveis do espaço, acessível ao homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política.”²⁷

Após tudo o escrito acima o que é, afinal, a Geopolítica? Após o que estudamos entendemos que geopolítica é a forma como os Estados usam a sua geografia e os seus recursos, entenda-se recursos como população, território, tecnologia, economia, cultura e até alianças, para fundamentar e aplicar a sua política externa, com o principal objetivo de obter poder e manter a sua soberania.

Teoria das Relações Internacionais

A Teoria das Relações Internacionais estuda as relações entre Estados soberanos. Estão incluídas nestas relações a diplomacia, comércio e os conflitos entre Estados. São sujeitos das Relações Internacionais o Estado, Organizações Internacionais e ainda outras entidades como por exemplo as Regiões Autónomas, que é caso de estudo neste trabalho, pois os Açores são uma Região Autónoma.

Esta breve definição do que é a Teoria das Relações Internacionais tem como intuito enquadrar o nosso trabalho.

Vamos analisar resumidamente a Teoria Realista, Morgenthau, a Neorrealista, Kenneth Waltz e a Construtivista, Alexander Wendt, pois entendemos que os Açores se enquadraram, durante o período de análise deste trabalho, nestas três teorias.

Contudo, é a Teoria Realista, nomeadamente aquela defendida por Morgenthau, que, em nosso entender, melhor se aplica a este território no âmbito das relações internacionais.

Teoria Realista ou Realismo é a principal e mais antiga teoria das relações internacionais. Esta teoria apresenta o sistema internacional como anárquico tendo em conta que não existe uma autoridade superior que salvguarde a independência e segurança dos Estados. De acordo com esta teoria o principal objetivo de um Estado é a sua sobrevivência, sendo esta assegurada pelo poder que pode ser conseguido através de alianças, através da economia ou ainda através do poder militar.

Dentro da Teoria Realista pretendemos abordar o Realismo Clássico, que tem como princípio fundamental a anarquia, não total, do sistema internacional. Morgenthau foi um dos seus principais autores

²⁷ IAEM, Análise Geoestratégica – Subsídios para o Seu Estudo, p. 1.

e de acordo com este os líderes dos Estados são obrigados a orientar as suas políticas externas de acordo com o interesse nacional. Hans Morgenthau segue a tradição de Tucídides e Maquiavel, defendendo que existem moralidades diferentes entre a esfera pública e privada. Segundo o autor, os estados, quando colocados perante um conflito de Poder, prosseguem políticas destinadas a preencher três objetivos essenciais: Manter e “preservar o *status quo*, atingir a expansão imperialista ou ganhar prestígio”²⁸. Ou seja, conservar, aumentar e demonstrar o seu poder.

Neorrealismo ou Teoria Neorrealista é uma teoria que redefine a visão clássica do Realismo, analisando outros pontos importantes, como por exemplo a economia.

Kenneth Waltz é considerado o seu principal pensador, chamando-o de “Realismo Estrutural”, considerando que as ações dos Estados podem regularmente ser explicadas pelas pressões exercidas sobre eles, pela competição no sistema internacional, que limita e constrange suas escolhas. O neorrealismo, portanto, busca explicar padrões recorrentes de comportamento estatal.

Ao contrário de Morgenthau, e do Realismo Clássico, não dá importância à natureza humana nem à ética da política procurando uma explicação científica para o sistema político internacional, o que nos daria a possibilidade de prever o comportamento dos Estados. Para Waltz não existe espaço para o pessimismo da natureza humana. Para os neorrealistas, não obstante o egoísmo dos Estados, os seus comportamentos não são determinados unicamente pelo desejo de conquista de poder.

No Neorrealismo a estrutura do sistema, em particular a distribuição relativa de poder, é o foco analítico central. Os atores são menos importantes porque as estruturas os obrigam a agir de determinadas maneiras. A estrutura do sistema internacional determina as ações, determina o comportamento dos seus atores. – “*A scientific theory of IR leads us to expect states to behave in certain predictable ways. In Waltz’s view the best IR theory is a neorealist systems theory that focuses centrally on the structure of the system.*”²⁹

Mesmo que os Estados tenham as suas diferenças culturais, políticas e económicas eles são semelhantes no seu funcionamento, todos tem as mesmas funções de segurança a nível interno e na defesa do interesse nacional, as suas reais diferenças são os seus recursos de poder e as suas capacidades.

²⁸ DOUGHERTY, J. - Relações Internacionais – As Teorias em Confronto; Gradiva; 2003; p. 98

²⁹ JACKSON, Robert; Sørensen Georg - Introduction to International Relations – Theories and Approaches; Oxford University Press; 2003; p. 84

Para os neorrealistas, o principal foco de ação do Estado é a sua segurança e sobrevivência e não a conquista do poder, como argumentam os realistas.

Construtivismo ou Teoria Construtivista é uma teoria que tem como foco a consciência humana e o seu lugar nos assuntos mundiais. Não existe uma realidade social exterior e objetiva enquanto tal. *“The focus of constructivism is on human awareness or consciousness and its place in world affairs. (...) There is no external, objective social reality as such”*³⁰

O construtivismo considera que as identidades e interesses, dos atores internacionais, são construções sociais moldadas por interações e normas compartilhadas, e não são determinadas por fatores materiais.

Alexander Wendt, defende que as estruturas sociais são compostas por conhecimento partilhado, recursos materiais e práticas.

Para os construtivistas a estrutura social é diferente, composta por conhecimentos partilhados, na qual os Estados confiam uns nos outros para resolver disputas sem guerra. Esta dependência da estrutura social em relação às ideias é o sentido em que o construtivismo tem uma visão idealista das estruturas sociais.

*“Social Structures have three elements: shared knowledge, material resources, and practices. First, social structures are defined, in part, by shared understandings, expectations, or knowledge. These constitute the actors in a situation and the nature of their relationships, whether cooperative or conflictual. A security dilemma, for example, is a social structure composed of intersubjective understandings in which states are so distrustful that they make worst-case assumptions about each other's intentions, and as a result define their interests in self-help terms. A security community is a different social structure, one composed of shared knowledge in which states trust one another to resolve disputes without war. This dependence of social structure on ideas is the sense in which constructivism has an idealist (or ‘idea-is’) view of structure.”*³¹

O construtivismo enfatiza o papel das ideias, das normas e das identidades na construção da realidade política global.

³⁰ JACKSON, Robert; Sørensen Georg - Introduction to International Relations – Theories and Approaches; Oxford University Press; 2003; p. 253

³¹ Ibidem, p. 255

Por oposição ao realismo, o construtivismo destaca que as interações sociais e a construção social moldam os interesses e comportamentos dos Estados, assim como de outros atores internacionais, influenciando as suas ações.

Estas breves definições da Teoria Realista, Neorrealista e Construtivista servem para que, além de percebermos o que as torna diferentes, justificar a escolha da Teoria Realista, como teoria a utilizar na análise deste trabalho, por entendermos que não podemos prever o comportamento dos Estados.

Apesar de concordarmos que existem horizontes temporais onde as estruturas dos sistemas, as interações sociais, ou normas compartilhadas, podem influenciar o comportamento dos Estados, tal não obriga os atores a agir de determinada forma. Entendemos sim que são os atores, a sua forma de pensar e a sua política, que definem a atuação de um Estado.

Por exemplo, ao longo dos anos, diferentes atores do mesmo Estado, EUA, tiveram diferentes políticas em relação à Europa e às suas alianças. Isto apesar de partilharmos sistemas e de termos elevadas interações sociais e muitas normas compartilhadas.

Entendemos por isso que este é o momento de pensar os Açores, do ponto de vista geopolítico, pura e simplesmente numa vertente europeia, inseridos numa política de segurança comum da UE.

Cremos ainda que a busca pelo Poder, no seguimento de satisfazer os seus interesses e manter o seu status, é o que motiva a ação dos Estados.

No final tudo se resume à *realpolitik*.

Se nos dias de hoje entendemos que não estamos no estado da natureza, pois os Estados nas suas relações internacionais mantêm um maior respeito pelas soberanias uns dos outros, existem outras entidades e movimentos, como Estados párias ou movimentos terroristas, que atuam fora das normas internacionais provocando instabilidade e desafiando o *status quo* atual.

A guerra na Ucrânia e mais recentemente a guerra Israel-Hamas, veem revelar que existem muitos assuntos do passado que ainda não se encontram resolvidos e isto é uma ameaça ao poder existente no Ocidente. Outra ameaça a este poder é o surgimento de uma China cada vez mais forte económica e militarmente o que, em nosso entender, obrigará o Ocidente a reagir, mantendo o Atlântico, o coração Euro-Americano seguro.

Esta disputa pelo Atlântico pode ainda ser mais evidente caso a atual administração americana mantenha uma postura ofensiva em relação à Europa. O atual comportamento da administração Trump está a criar um afastamento entre os dois lados do Atlântico Norte, e a colocar em causa velhas alianças e acordos, que podem determinar uma disputa pelo Atlântico, mesmo entre os velhos aliados transatlânticos.

Por tudo o que escrevemos acima, e pelo que demonstraremos a seguir no nosso trabalho, os Açores foram, são e serão fundamentais na relação Euro-Atlântica, e na definição de poder no Atlântico, devido à sua posição geoestratégica, principalmente no que se refere à defesa e segurança do Atlântico Norte, preservando os interesses dos Estados inseridos neste espaço, assim como teatro de projeção de força na busca e manutenção do Poder.

Teorias de Poder na Geopolítica

De modo a entendermos como a geopolítica clássica foi estudada, defendida e aplicada, vamos agora analisar, resumidamente, as suas principais teorias de poder e como influenciaram as relações internacionais ao longo dos anos.

Teoria do Poder Marítimo

O grande teorizador do poder marítimo foi Alfred Mahan (1840-1914). Foi também o primeiro a elaborar uma teoria “sistematizadora do poder global”³², pensou o espaço em termos de poder. Em 1885 foi encarregue de investigar a importância do poder naval na história, e é aí que Mahan desenvolve as suas teorias sobre a supremacia naval. Depois dos EUA terem garantido a sua hegemonia no continente, tornando-se um Estado continente, Mahan achava que deveriam seguir o exemplo da Grã-Bretanha, cuja supremacia na época se devia ao poder marítimo, e até ultrapassá-la, pois segundo este “quem domina o mar domina o globo”³³. Dominando o mar dominava grande parte do globo. Os oceanos eram um espaço contínuo que facultaria “acesso a todos os continentes e ilhas”³⁴.

³² CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p. 149.

³³ MOREIRA, C. - ALFRED THAYER MAHAN, www.academia.edu/11873527/ALFRED_THAYER_MAHAN, p. 3.

³⁴ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p. 150.

Mahan considerava que para se exercer este poder necessitaríamos de ter bases no exterior, alianças com outras potências. Ele tinha uma proposta geoestratégica que visava o interesse dos EUA por forma a se tornarem uma potência marítima e mundial. Entendemos o interesse nos Açores como necessidade de exercer este poder marítimo.

A sua teoria teve bom acolhimento por parte dos seus governantes, nomeadamente por Theodore Roosevelt, influenciando de forma geral a geoestratégia dos EUA durante o século XX.

Mahan compreendia, ainda assim, a importância do *heartland* russo no centro continental da Eurásia, como tal considerava que as potências marítimas, nas quais se incluíam os EUA, a Grã-Bretanha, o Japão e a Alemanha, deveriam aliar-se e criar uma cintura de bases ao seu redor.

Para a projeção do poder marítimo dos EUA, entre o oceano Atlântico e o Pacífico, estes deviam estabelecer 3 objetivos fundamentais³⁵:

1. Ocupar o Havai, obtendo projeção marítima para o Pacífico, devido à expansão japonesa no Pacífico oriental.
2. Construção de canal na América Central, facilitando o tráfego marítimo entre Atlântico e Pacífico.
3. Controlar as Caraíbas, controlando o mar interior, o “Mediterrâneo americano”³⁶, controlando assim a navegação no canal.

Todas estas propostas de Mahan foram seguidas com sucesso pelos EUA, sendo este determinante na geoestratégia americana.

Teoria do Poder Terrestre

O grande teorizador do poder terrestre foi Mackinder (1861-1947). Mackinder vem afirmar as vantagens do poder terrestre, em oposição a Mahan. Este geopolítico tentava compreender a história à luz da geografia, procurando uma causalidade geográfica para os fenómenos políticos. A sua principal atração era a massa continental euroasiática de onde partiram as grandes invasões da Europa desde o século V. Para Mackinder teria o poder mundial quem conseguisse “controlar as grandes massas geográficas, fossem elas territoriais (geografia física), populacionais (geografia humana) ou matérias-

³⁵ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, pp. 153-156.

³⁶ *Ibidem*, p. 156.

primas (geografia económica)”³⁷. Para ele eram as grandes massas continentais que possuíam estas características.

Sendo um realista, as suas teorias foram ajustadas conforme a evolução da situação política mundial, num período onde ocorreram vários eventos que marcaram o mundo e o equilíbrio de poderes, permitindo a este seguir de perto estas evoluções, evoluindo o seu pensamento dando origem a três fases na sua teoria.

Teoria inicial

Em 1904 Mackinder partilha algumas das suas preocupações. Para ele o mundo estaria totalmente explorado, “*the outline of the map of the world has been completed with approximate accuracy*”³⁸, e o “progresso técnico especialmente na área dos transportes”³⁹, caminhos-de-ferro e o motor do combustível, iriam favorecer as potências terrestres revelando-se uma ameaça para o controlo das fontes de recursos do império britânico.

Identificou a Eurásia como uma massa continental crucial, com uma zona pivô, as grandes planícies russas, que era defensivamente favorável e rica em recursos. Delineou três áreas: o *heartland* (zona *pivot*), o crescente interior (*coastlands*) e o crescente exterior (insular), alertando para a possível aliança entre Rússia e Alemanha como uma ameaça ao domínio mundial.

“A ideia de pivô geográfico”⁴⁰ era a peça chave da teoria inicial.

A teoria do poder marítimo era colocada em dúvida por um estudioso da potência marítima, “*But the land power still remains, and recent events have again increased its significance*”⁴¹. Mesmo que o domínio do poder mundial “exigisse a consolidação do poder terrestre com o poder marítimo, a potência terrestre dominando a zona pivô tinha melhores possibilidades de adquirir poder marítimo do que a potência marítima para adquirir poder terrestre.”⁴²

³⁷ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.160.

³⁸ MACKINDER, H. - The Geographical Pivot of History, p. 421.

³⁹ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.161.

⁴⁰ *Ibidem*, p.162.

⁴¹ MACKINDER, H. - The Geographical Pivot of History, p. 433.

⁴² CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.162.

Teoria Básica

Após a I Guerra Mundial, a emergência dos EUA como nova potência marítima, e como potência mundial, e as transformações na zona pivô, revolução soviética, poderiam indicar o fracasso do poder terrestre face marítimo.

Tudo isto levou Mackinder a ajustar a sua teoria. Ele enfatizou a importância da "ilha mundial"⁴³, acrescentando África à Eurásia, e reforçou a ideia do *heartland* como uma fortaleza decisiva. Propôs uma reorganização da Europa em três zonas: Rússia, Alemanha e uma “zona-tampão, do mar Báltico ao Mediterrâneo”⁴⁴, prevendo conflitos futuros. Nesta teoria, revista, “quem controlar a Europa de leste comanda o *heartland*; quem controlar o *heartland* comanda a ilha mundial; quem controlar a ilha mundial comanda o mundo”⁴⁵.

O que se passou a seguir não correspondeu ao que Mackinder previu, pois, o perturbador à ordem, estabelecida em Versalhes, saiu do grupo ocidental, a Alemanha, e não do *heartland*.

Teoria Corrigida

A ascensão de Hitler nos anos 30 e a II Guerra Mundial aumentam as preocupações de Mackinder relativamente à ameaça do poder terrestre. A Alemanha desencadeia a guerra em 1939 expandindo-se para leste, “invadindo países da Europa central, vem também a expandir-se para ocidente e para sul.”⁴⁶ A zona-tampão não funcionou sendo englobada no sistema dominado pela Alemanha.

Hitler chegou mesmo às portas de Moscovo, em pleno *heartland*, “e os receios de Mackinder de que uma junção russo-germana dominasse o *heartland* e a partir daí reunisse condições para dominar a ilha mundial”⁴⁷ pareciam poder concretizar-se.

Em 1943 já se previa a vitória das potências marítimas com a União Soviética. A Alemanha foi derrotada no Norte de África e na União Soviética e os EUA entraram na guerra, preparando-se assim uma contraofensiva dos aliados à Europa ocidental.

⁴³ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p. 165.

⁴⁴ Ibidem, p. 166.

⁴⁵ GERALDES, J. - O Pensamento Geopolítico e Geoestratégico – Uma perspetiva da sua evolução, p. 95 - https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3466/1/NeD27_JoaoCarlosAzevedoAraujoGerald.pdf

⁴⁶ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.167.

⁴⁷ Ibidem.

Mas as preocupações de Mackinder relativamente ao poder terrestre mantinham-se, pois, o recuo da Alemanha abriria caminho para o avanço soviético e “se a URSS vencesse a Alemanha, aquela se tornaria a maior potência terrestre do Globo, detentora da mais forte posição defensiva”⁴⁸.

Após uma análise ao contexto da época faz novo reajuste à sua teoria.

“Reduz a área do *heartland*, puxando para ocidente o seu limite oriental. Reafirma que o *heartland* é a fortaleza da terra (...) Rende-se ao papel dos EUA localizando no seu interior um novo *heartland*, cujo limite ocidental é o rio Missouri.”⁴⁹

O foco da teoria corrigida é o *midland ocean*, onde se desenvolverá o espaço do poder mundial. O Atlântico Norte é comparado ao “*mare nostrum*” romano.

Define um “manto de espaços vazios”⁵⁰ que envolve o *midland ocean* e os dois *heartlands*.

Fora destes espaços vazios, sem capacidade de poder, localiza o grande oceano.

Muitos dizem que falhou todas as suas previsões, tendo em conta que as potências marítimas derrotaram sempre as terrestres, mas “Mackinder chamava a atenção para o facto destas vitórias terem assentado em alianças das potências marítimas com uma potência terrestre”⁵¹, a Rússia que detinha controlo da zona pivô.

Teoria do Poder Aéreo

Consideramos como criador da teoria do poder aéreo Alexander Seversky (1894-1974).

O poder aéreo pode ser compreendido como o poder que é transportado pelo ar. No essencial “tem paralelismos com o poder marítimo”⁵².

⁴⁸ GERALDES, J. - O Pensamento Geopolítico e Geoestratégico – Uma perspetiva da sua evolução, p. 96 - https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3466/1/NeD27_JoaoCarlosAzevedoAraujoGerald.pdf

⁴⁹ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.168.

⁵⁰ Apud CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.168.

⁵¹ Ibidem, p. 171.

⁵² Ibidem, p. 184.

A introdução de novos instrumentos de poder relacionados com meios de circulação aérea e com armas aéreas trouxe inovações na reflexão geográfica, havia uma nova dimensão espacial com consequências na análise geopolítica, pois “deixava de haver à superfície, terrestre ou marítima, regiões inacessíveis, o que revolucionava os conceitos de *heartland* e de zona-fortaleza”⁵³.

Após a I Guerra Mundial, vários teóricos começaram a formular ideias geopolíticas sobre o poder aéreo. Contudo a primeira reflexão que se aproxima de uma leitura geopolítica é a de George Renner (1900-1955). Associou os *heartlands* americano e euroasiático num *heartland* transpolar, valorizando assim a região ártica como importante para o poder mundial.

Seversky, acolheu a teoria de William Mitchell sobre o Ártico, mas foi mais além. Visionou o mundo dividido em “dois hemisférios, mas cortados longitudinalmente, pelos meridianos, e não pelo equador”⁵⁴.

Separa o novo mundo (conjunto do continente americano) do velho mundo (correspondente à ilha mundial de Mackinder). Localiza “um *heartland* em cada um dos hemisférios, que classifica como polos dos respetivos poderes, o russo no *heartland* tradicional e o norte-americano no *heartland* industrial dos EUA”⁵⁵.

Com base no raio de ação dos bombardeiros de então, define dois círculos centrados nos respetivos *heartlands* que corresponde ao que se designa de áreas de influência.

À zona de interseção das duas áreas de influência chamou “área de decisão”⁵⁶, centrada no estreito de Bering, envolvendo o oceano Ártico.

À zona remanescente de cada área de influência chama de “áreas de hegemonia”⁵⁷. EUA – América central e do Sul; União Soviética – África Subsariana e Sudeste da Ásia. Ao dominar o ar os EUA controlavam o mundo.

A terminar este capítulo, é nosso entender que a posição geográfica dos Açores, dá a Portugal, e à UE grande importância internacional, ocupando um espaço importante na definição das potências dominantes, sobretudo no que se refere ao Atlântico.

⁵³ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.184

⁵⁴ Ibidem, p. 186.

⁵⁵ Ibidem, p. 186.

⁵⁶ Ibidem, p.187

⁵⁷ Ibidem

“O arquipélago dos Açores ocupa uma posição privilegiada no Atlântico Norte, na medida em que fica situado entre a América do Norte e a Europa, facto que o torna ponto de passagem obrigatório para os navios e aeronaves que circulam não só entre aqueles dois continentes, como também destes para a África, a América do Sul e o Médio Oriente.”⁵⁸

No que se refere às Teorias de Poder geopolíticas, importa referir que, estas atribuem uma elevada importância ao território onde se situam os Açores para o controlo do Atlântico. Elas têm em comum o facto de ser extremamente importante o Atlântico Norte na definição do poder nesta zona.

Os acontecimentos mais recentes, nomeadamente a posição americana, que se mostra mais alinhada com a Rússia, vem trazer à Europa um sentimento de insegurança, e uma necessidade de se reorganizar para não ter de depender de terceiros na sua defesa, e neste cenário os Açores podem fazer toda a diferença.

O território açoriano foi, é e será de extrema importância para o poder e para a economia no futuro, exemplo do que afirmamos é o facto de que:

Um dos elementos mais importantes para a economia e para a segurança é a informação e 99% dos dados que percorrem o planeta são transportados por cabos submarinos, incluindo 10 biliões de dólares em transações financeiras diárias. Ou seja, quem controlar os cabos submarinos, controla a informação e o comércio. E se olharmos para o mapa, veremos que os cabos que atravessam o Atlântico Norte passam nas águas territoriais dos Açores ou na sua vizinhança. De facto, as mesmas razões que justificam a posição de Trump face à Gronelândia, aplicam-se aos Açores.⁵⁹

Se no passado, como veremos no capítulo seguinte, os Açores tiveram uma importância sobretudo do ponto de vista de apoio e logística, agora a sua importância é maior porque, para além de se manterem atuais todas as valências que faziam de nós importantes, num mundo mais multilateral, e com uma interdependência ainda mais complexa, controlar o espaço por onde passam a maioria das rotas de comércio marítimas, rotas de tráfego aéreo de passageiros e ainda os cabos submarinos, que são fundamentais para manter o mundo a funcionar, torna o espaço geográfico açoriano um ativo de extrema importância geopolítica e geoestratégica.

⁵⁸ ANDRADE, L. - Os Açores a II Guerra Mundial e a Nato, p. 21.

⁵⁹ CRUZ, B. - Trump, a Gronelândia e... os Açores, <https://www.dn.pt/opiniao/trump-a-gronel%C3%A2ndia-e-os-a%C3%A7ores>

Capítulo II

Perspetiva Histórica

A perspetiva histórica deste trabalho tem por objetivo enquadrar a relação de forças no Atlântico no final do século XIX e durante grande parte do século XX.

Em primeiro lugar um breve olhar para a disputa que já no final do século XIX existia entre Inglaterra, França e Alemanha, sobre o controlo do Atlântico, e consequentemente pelo controlo das Ilhas Açorianas.

O desenvolvimento das forças navais da Alemanha e da França, principalmente da França que concentrava as suas forças navais no norte de África “a poucas dezenas de quilómetros da principal artéria comercial do império britânico”⁶⁰, mas também pelo facto de a esquadra inglesa “estar dispersa pelos oceanos do Mundo e pela necessidade de bloquear simultaneamente os muitos portos atlânticos e mediterrânicos da França”⁶¹, alteravam de sobremaneira as circunstâncias do poder atual.

Para a potência marítima dominante na altura, a Inglaterra, era inaceitável qualquer possibilidade de cedência de controlo ou acordo de Portugal com França ou Alemanha, que tornasse possível uma base naval destes países nos Açores.

A questão dos cabos submarinos era também importante no final do século XIX devido às novidades técnicas no campo das comunicações.

“Os cabos submarinos contribuem mais do que qualquer outro factor isolado para criar a «aldeia mundial». Com eles, os acontecimentos num qualquer ponto do planeta têm pela primeira vez um reflexo imediato nos mercados mundiais e as capitais dos impérios podem exercer um controlo muito mais próximo e centralizado.”⁶²

Inglaterra percebeu rapidamente que os cabos submarinos seriam um importante instrumento de poder no futuro, considerando estes uma prioridade estratégica. Uma ligação com a Índia era considerada muito importante e a primeira ligação segura é conseguida pela *Eastern Telegraph Company*.

⁶⁰ Telo, A. J., Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948); p. 37.

⁶¹ Ibidem

⁶² Ibidem, p. 165

Esta ligação, chamada de “rede vermelha”⁶³, tem alguns dos seus pontos mais importantes em Portugal, nas ilhas açorianas. Tal situação se devia ao facto de Inglaterra acreditar que em caso de necessidade poderia aceder com facilidade às estações de cabos, invadindo os Açores. Esta facto demonstra a importância que era dada aos Açores pelos ingleses.

Pelo estudado podemos ver que já no final do século XIX a importância geoestratégica dos Açores era fundamental para a definição do poder no Atlântico.

É também no final do século XIX, mais concretamente em 1885, que os EUA, encarregam Alfred Mahan de investigar a importância do poder naval na história, tendo este desenvolvido as suas teorias sobre a supremacia naval. Depois dos EUA terem garantido a sua hegemonia no continente, com as fronteiras seguras, tornando-se um Estado continente, Mahan achava que os EUA deveriam seguir o exemplo do Reino Unido, cuja supremacia na época se devia ao poder marítimo, e ultrapassá-la como o poder marítimo dominante, pois segundo este “quem domina o mar domina o globo”. Dominar o mar significava dominar sete décimos do globo terrestre. Os oceanos eram um espaço contínuo que facultaria acesso a todos os continentes e ilhas. Mahan considerava ainda que para se exercer o poder marítimo necessitaríamos de ter bases no exterior, logo alianças com outras potências.

Precisamente no início do século XX alguns países tentam obter junto de Portugal facilidades nos Açores, como é o caso dos EUA, e da Alemanha, que solicitam a “concessão de depósitos de carvão”⁶⁴. A importância dos Açores nesta altura era por demais evidente devido à alteração dos barcos à vela para barcos movidos a carvão.

“a transição da navegação à vela para o vapor. Os navios a vapor são imensos consumidores de carvão. (...) As ilhas portuguesas são excepcionais centros de reabastecimento para navios a carvão de pequenas e médias dimensões, nomeadamente nas rotas entre a América Latina e a Europa, ou entre a América e o Mediterrâneo.”⁶⁵

⁶³ Telo, A. J., Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948); p. 167

⁶⁴ Ibidem, p. 45.

⁶⁵ Ibidem, pp. 60-61.

Nesta altura Inglaterra sabia que os EUA e a Alemanha poderiam colocar em causa a sua posição marítima dominante e os Açores eram fundamentais para a sua manutenção. Perder as ilhas portuguesas era algo inaceitável, havendo reforço constante da garantia de exclusividade no acesso a facilidades no Arquipélago.

Contudo em janeiro de 1917, na decisão da I Guerra Mundial, a Alemanha inicia uma guerra submarina sem restrições pois esta era a sua melhor hipótese de ganhar a guerra. Os EUA sempre afirmaram que não se queriam intrometer nas guerras europeias, mas também não queriam que a guerra influenciasse as rotas marítimas de bens e pessoas, nomeadamente americanos. Fizeram saber ainda que não iriam compactuar com uma guerra marítima, submarina, sem restrições vendo-se obrigados a intervir em abril de 1917, “o que altera significativamente a forma de pensar o controlo do Atlântico.”⁶⁶. Pela primeira vez a Inglaterra permite que outra força obtenha facilidades nos Açores, neste caso os EUA. Era “um sacrifício menor” pois o seu objetivo era não ser derrotada. Em 1917 é criada a Base Naval de Ponta Delgada pelos EUA. Ponta Delgada tornou-se “uma espécie de posto avançado das defesas da costa dos EUA”.⁶⁷

Após a I Guerra Mundial os EUA abandonam a sua posição nos Açores voltando a concentrar-se no Pacífico e na América Central.

No período entre as duas grandes guerras foi desenvolvida a aviação comercial, tornando-se uma grande atividade comercial nos EUA e na Europa. “As grandes potências sabem que o controlo aéreo do Atlântico vai depender da utilização das poucas escalas possíveis e que os Açores são a mais importante de todas”⁶⁸.

Já em 1939, depois da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, estala a II Guerra Mundial. As forças do eixo conseguem ocupar a França mais depressa do que o previsto e colocavam pressão sobre uma Inglaterra em franco declínio militar. Nesta altura a Inglaterra sabia que a qualquer momento poderia ser atacada pela Alemanha através da costa francesa. Os seus principais objetivos eram manter a neutralidade de Portugal e segurar os pontos estratégicos do Atlântico, neste ponto por diversas vezes foi solicitado a Portugal o reforço de vigilância às Ilhas dos Açores. Os EUA também são avisados

⁶⁶ Telo, A. J., Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948; p. 108.

⁶⁷ Ibidem, p. 123.

⁶⁸ Ibidem, p. 215

para a importância de não perder a posição estratégica das ilhas para os alemães tendo sido colocada a possibilidade de ocupação dos Açores, quer pela Inglaterra, quer pelos EUA.

A entrada dos EUA na guerra faz com que estes percebam a importância deste arquipélago. Em 1943, os americanos exploram “as facilidades nos Açores, obtidas pela Inglaterra, operando a partir das Lajes”⁶⁹, mas havia a intenção de obter bases independentes tendo para isso sido despoletadas “negociações autónomas”.⁷⁰ Os Açores foram determinantes para que os EUA ajudassem a expulsar os alemães do Atlântico. “O uso dos Açores faz com que a rota do centro se torne a mais importante do Atlântico na altura do desembarque na Normandia”⁷¹. Seria este o caminho para a vitória na II Guerra.

Após a segunda Guerra Mundial é altura de referir, apenas, o que acho de mais importante no início da Guerra Fria como demonstração da importância dos Açores no panorama Euro-Atlântico e mundial, a criação da OTAN.

É importante esta referência pois podemos através dela perceber a importância que teve os Açores, e a sua posição geoestratégica, no convite que foi feito ao nosso país “para ser membro fundador da Aliança Atlântica”⁷² embora, à data da sua criação, Portugal não fosse uma democracia.

“E o que esteve na base desse convite foi exatamente a importância geoestratégica dos Açores, como o demonstra claramente a documentação diplomática norte-americana dessa altura.”⁷³

Consideramos que esta perspetiva histórica é importante como enquadramento pois demonstra bem a importância geoestratégica do arquipélago, importância esta que foi decisiva para a vitória dos aliados na II Guerra Mundial, assim como para a entrada de Portugal na OTAN, pois os aliados perceberam que proteger o Atlântico e ter uma base de onde pudessem projetar o seu poder militar seria fundamental, na sua luta de contenção do expansionismo comunista.

Após as guerras houve ainda vários momentos de tensão entre as potências militares emergentes da II Guerra Mundial. Estes momentos provaram também que, e apesar das relações por vezes difíceis

⁶⁹ Telo, A. J., Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948; p. 439

⁷⁰ Ibidem

⁷¹ Ibidem, p. 442

⁷² Andrade, L., Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico, p. 107

⁷³ Ibidem.

entre Portugal e os EUA, os Açores eram tão importantes para os americanos, devido à sua posição estratégica, que estes acabaram por ceder em questões importantes como a descolonização.

Esta importância era de tal ordem que a *Task Force on Portuguese Territories*, definiu os Açores como “a mais valiosa instalação que os Estados Unidos são autorizados a utilizar por uma potência estrangeira.”⁷⁴

Um dos momentos que, em nosso entender, veio a demonstrar a importância dos Açores para os EUA foi a crise dos mísseis de Cuba, outubro de 1962. Nesta altura, e já próximos do final do prazo do acordo de utilização da Base das Lajes, terminava no final de 1962, os Açores provaram mais uma vez a sua importância pois foram “essenciais para a vigilância da actividade submarina dos Soviéticos no Atlântico.”⁷⁵

A importância dos Açores era de tal ordem que os EUA recuaram na sua posição em relação às colónias portuguesas. Os Presidentes que se seguiram nos EUA, “Johnson e Nixon implementaram políticas mais conciliadores com Portugal”⁷⁶.

Após a independência das colónias portuguesas os Açores mantiveram a sua importância no Atlântico Norte, agora como posição pivot, integrando a chamada “cintura das ilhas”⁷⁷. Esta posição era importante para os EUA porque após a descolonização, territórios africanos como Angola e Moçambique implementaram regimes de inspiração comunista, aliados da União Soviética, o que para os EUA era uma ameaça.

De acordo com o que estudamos, a designação “cintura de ilhas” tem paralelo na Cintura de Ilhas do Pacífico, estas também importantes para a geopolítica mundial devido ao seu papel estratégico durante a II Guerra Mundial e Guerra Fria. Os Açores seriam o pivot desta “cintura de ilhas” pois estão no centro do Atlântico, funcionado como uma linha de defesa para os EUA caso as primeiras linhas de defesa falhassem, ou seja, caso houvesse controlo do continente europeu, do Reino Unido, de Cabo Verde ou se falhasse o **GIUK gap**, - **GIUK** – acrónimo que significa *Greenland, Iceland e United Kingdom*, permitindo a entrada de forças soviéticas comprometendo o controlo do Atlântico.

⁷⁴ RODRIGUES, L. N. – Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança, p. 163

⁷⁵ Ibidem, p.167

⁷⁶ ANDRADE, L. – Os Açores a II Guerra Mundial e a NATO, p. 230

⁷⁷ Ibidem

Importante analisar ainda neste capítulo, as 3 fases distintas da política externa portuguesa.

Ao longo dos séculos Portugal, a política externa portuguesa, posicionou-se no panorama internacional de formas distintas.

Numa primeira fase, o Portugal Medieval, a política externa portuguesa foi centrada na Península Ibérica, “as relações externas de Portugal desenvolvem-se no quadro da Península Ibérica, entre cinco unidades políticas, todas elas mais ou menos da mesma dimensão e potencial: os reinos peninsulares – Castela, Leão, Navarra, Aragão e Portugal.”⁷⁸

A segunda fase, da política externa de Portugal, a fase mais longa até agora, tem o seu início a partir do século XV e durou até à segunda metade do século XX. Esta fase termina “com o processo de democratização e a integração europeia”.⁷⁹

Com a alteração dos equilíbrios na Península Ibérica, onde Portugal e Espanha passaram a ser “duas unidades de desigual dimensão”⁸⁰, Portugal, por opção, afastou-se da política europeia virando a sua atenção para o mar, afirmando-se como um país atlântico e colonial.

“A costa atlântica e a capacidade de sustentação de relações extrapeninsulares vão possibilitar a construção de um vector de compensação: o vector marítimo. A partir de então, Portugal passa a viver sob a tentativa constante de equilíbrio, entre a pressão continental da Espanha e a procura de uma compensação marítima do Atlântico.”⁸¹

Com o 25 de abril de 1974, e a consequente instauração da democracia em Portugal, houve também uma alteração da política externa portuguesa.

“A transição para a democracia e a consolidação democrática em ambos os países da Península Ibérica levaram, num curto espaço de tempo de doze anos (1974-1986), à extinção desse modelo histórico que durante cinco séculos perdurou em Portugal.”⁸²

⁷⁸ TEIXEIRA, N. S., Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, 2010, consultado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

⁷⁹ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 98

⁸⁰ Ibidem

⁸¹ TEIXEIRA, N. S., Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, 2010, consultado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

⁸² Fontes, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 98

Após a transição para a democracia, iniciou-se em Portugal um período constitucional, que por sua vez levou o nosso país a clarificar a sua política externa, definindo-a de forma inequívoca.

“Portugal assume, então, inteiramente, a sua condição de país ocidental, simultaneamente, europeu e atlântico. Serão estes, pois, os dois vectores fundamentais e as verdadeiras opções estratégicas do Portugal democrático.”⁸³

Manter a vertente atlântica permitiu, e permitirá, a Portugal preservar as suas características históricas, no que se refere à sua política externa, enquanto fortalece o seu posicionamento internacional, pois o nosso país é atlântico e dá uma profundidade atlântica à UE, muito por conta da dispersão marítima das suas Regiões Autónomas, nomeadamente a RAA.

“Para Portugal, o vetor atlântico significou a permanência das características históricas da política externa portuguesa e foi fundamental tanto ao nível da orientação externa, como também da estabilização interna do país.”⁸⁴

Era preocupação portuguesa da altura que o país não ficasse alienado “de vontade na política internacional”⁸⁵, e para que tal não acontecesse foi muito importante José Medeiros Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1976.

Foi sua responsabilidade:

“inaugurar a nova etapa da política externa do período constitucional. Move-o o objetivo de ligar Portugal à Europa, económica e estrategicamente, eixo que enformará o novo paradigma das relações de Portugal com o mundo.”⁸⁶

Aquando da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE, a 12 de junho de 1985, Mário Soares reforçou o papel de Portugal no Atlântico, reclamando para si, ou seja para Portugal, um papel de destaque na exploração deste território, evocando também a necessidade de saber aproveitar as potencialidades do mesmo.

⁸³ TEIXEIRA, N. S., Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, 2010, consultado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

⁸⁴ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 98

⁸⁵ FERREIRA, J. M., Um século ainda pequeno, 2010, consultado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a03.pdf

⁸⁶ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 99

“A vocação para o diálogo Norte-Sul que a Comunidade Europeia já possuía fica agora grandemente reforçada com a entrada de Portugal e de Espanha, (...) Seremos igualmente fiéis à nossa vocação atlântica, tendo visto, pelo presente tratado, reconhecidos os nossos direitos sobre uma vastíssima zona desse oceano que tão intimamente conhecemos há séculos e cujas imensas potencialidades importa urgentemente saber explorar.”⁸⁷

Ficou definida assim a nova fase da política externa portuguesa no período democrático, acrescentando “à opção europeia e ao vetor atlântico, as relações de amizade e cooperação com os novos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e com o Brasil.”⁸⁸

“A partir da década de 90, a estes três eixos vem juntar-se um quarto: a participação portuguesa na produção de segurança internacional, com a participação de militares portugueses nas operações de paz da NATO, da União Europeia e das Nações Unidas.”⁸⁹

“Hoje, a Europa e o Atlântico não só não são termos contraditórios como são complementares. Para a política externa portuguesa, ser atlântico pode significar valor acrescentado na Europa, tal como ser europeu pode ter valor acrescentado no Atlântico e, em particular, o Atlântico Sul, onde se desenvolvem as relações pós-coloniais.”⁹⁰

Com esta perspetiva histórica creio que conseguimos demonstrar que os Açores foram, desde finais do século XIX e ao longo do século XX, um território fundamental para a segurança do Atlântico Norte.

É importante ainda perceber que foram um ativo americano quer para a sua defesa, quer para a projeção do seu Poder, o que consequentemente nos leva para o facto de serem fundamentais para Portugal e para a relação Transatlântica. Este ponto é ainda mais importante de analisar e abordar, do ponto de vista da UE, no contexto mundial atual, onde existe uma atitude ofensiva em relação às velhas alianças por parte dos EUA. Neste novo século, com novas ameaças, novas funcionalidades e oportunidades, estarão os Açores destinados para funções ainda mais importantes?

⁸⁷ Discurso de Mário Soares por ocasião da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias (Lisboa, 12 Junho 1985), consultado em: https://www.cvce.eu/content/publication/2001/10/22/0681895a-4ad6-4444-94fc-63304c0f6f4a/publishable_pt.pdf

⁸⁸ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 100

⁸⁹ Ibidem

⁹⁰ TEIXEIRA, N. S., Breve ensaio sobre a política externa portuguesa, 2010, consultado em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf

Questões como Defesa e Segurança - Política Externa Segurança Comum (PESC), a plataforma continental portuguesa, o *AIR Center*, Economia Azul, o Espaço, mas não só, são alguns dos pontos onde os Açores já são, mas que podem ser ainda mais importantes no futuro para Portugal e para a UE.

“Percebemos a centralidade que as ilhas assumem, tanto na projeção atlântica de Portugal europeu e, no nosso caso concreto, torna-se pertinente aprofundar o papel fundamental que os Açores desempenham na construção portuguesa da Europa, tanto como ideia, como no contributo que dão por um lado e ao que usufruem, por outro, da comunidade jurídico-política, económica e social que é a Europa.”⁹¹

Num mundo que agora é bem mais imprevisível, onde o terrorismo ameaça a paz e segurança dos Estados, a posição geoestratégica dos Açores foi, é, e será, muito importante, não só para a relação transatlântica, mas sobretudo para Portugal, para a Europa e para a OTAN, caso esta organização sobreviva aos ataques mais recentes de alguns dos seus membros, isto é, dos EUA.

Os Açores, tal como no passado, são fundamentais para a política externa portuguesa, e consequentemente para a UE.

Parafraseando Mário Soares, no discurso de adesão de Portugal à CEE em 1985, as potencialidades deste território são imensas, mas há que saber tirar partido delas.

⁹¹ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 100

Capítulo III

Ultraperiferia

Base Jurídica

Artigos 349.º e 355.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Este capítulo será dedicado ao estudo da ultraperiferia, sendo a RAA uma das Regiões Ultraperiféricas (RUP) da UE, entendemos ser benéfico trazer à reflexão algumas características destas regiões e tentar perceber o seu enquadramento.

Para além de definirmos o conceito de ultraperiferia, e qual a sua origem, entendemos este capítulo importante, na medida em que poderemos compreender melhor as limitações, mas sobretudo as potencialidades destas regiões, em particular dos Açores.

Importante também perceber o que o conceito vem trazer às RUP, desde logo a atenção para as suas dificuldades, tentando as instâncias europeias atenuar as mesmas, assim como, em alguns casos, a exploração das suas potencialidades.

O conceito

A ultraperiferia, é o termo utilizado para caracterizar alguns territórios da UE, tendo em consideração a sua situação “social e económica estrutural”⁹² que é agravada por vários fatores, tais como, a insularidade, dispersão, pequena superfície, relevo e clima difícil. Estes fatores quando conjugados com a sua economia frágil, normalmente circunscrita a um número reduzido de produtos, prejudica de forma negativa o seu desenvolvimento. Esta situação leva a que seja dispensada especial atenção a estas regiões, tendo em consideração as suas carências, mas também as suas potencialidades.

São nove as RUP da UE. São elas a Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho (França), os Açores e a Madeira (Portugal) e as ilhas Canárias (Espanha).

É um açoriano que é considerado o pai do conceito de ultraperiferia. De acordo com Paulo Vitorino Fontes, a criação do conceito de ultraperiferia é atribuído a Mota Amaral, “numa reunião, em 1987,

⁹² Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – Art.º 349

da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa para caracterizar os Açores, a Madeira, as Canárias, a Martinica, a Guiana, a Guadalupe e a Reunião.”⁹³, citando Patrick Guillaumin.

Este conceito foi posteriormente acolhido no Conselho Europeu (CE) realizado na Ilha de Rodes, Grécia, 1988, dando às reivindicações insulares uma importância maior.

“A problemática da ultraperiferia adquiriu assim, no plano europeu, uma visibilidade antes nunca vista. E na mesa das complexas negociações dos tratados de Maastricht e de Amsterdão ou dos outros posteriores, as questões insulares não foram esquecidas.”⁹⁴

No início do processo de integração europeia, os territórios insulares europeus eram vistos como meros pedaços de terra, que apenas teriam uma utilidade temporária e sempre com vista a satisfazer a necessidade do seu proprietário.

“A importância das ilhas da Europa tem sido medida ao longo da história, não pelo seu caráter intrínseco, mas pelos serviços e bens que podiam prover às suas respetivas metrópoles. Este fator tem conduzido a um desenvolvimento orientado para os outros, em vez de autocentrado nas necessidades locais. Governadas à distância, foram percebidas de modo utilitarista, como meios ao serviço dos interesses nacionais dos Estados que as detinham, muitas vezes descartadas quando deixavam de ter interesse.”⁹⁵

Esta exclusão, do processo de integração europeia, fez com que estes territórios progredissem de forma muito mais lenta que os restantes territórios beneficiários do Mercado Comum.

“eram evidentes as dificuldades de arranque de um processo de desenvolvimento económico e social.”⁹⁶ “Daí a iniciativa de responsáveis da Bretanha francesa de convocarem uma conferência dos líderes destas regiões, a qual teve lugar em Saint-Malo, em 1973.”⁹⁷

Desta conferência saiu um apelo solene aos dirigentes europeus para que adotem medidas corretivas para combater o “desnível de desenvolvimento de que padeciam as regiões periféricas marítimas dos respetivos países, sob pena de vir agravar-se, para sofrimento das suas populações.”⁹⁸

⁹³ FONTES, P. - Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, 2023, p. 103

⁹⁴ AMARAL, J. – Os Açores, Portugal e a União Europeia, 2019, p. 17

⁹⁵ Fontes, P. - Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, 2023, p. 100

⁹⁶ Ibidem

⁹⁷ AMARAL, J. – Os Açores, Portugal e a União Europeia, 2019, p. 27

⁹⁸ Ibidem

A RAA adere à Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) em 1979, na Assembleia Geral realizada em novembro, em Santiago de Compostela. A chamada “Comissão das Ilhas teve como primeira tarefa preparar a 1ª Conferência das Ilhas Europeias (...) no seguimento de iniciativa açoriana.”⁹⁹

Após reuniões em 1980, primeira reunião de trabalho, e 1981, 1ª Conferência das Ilhas Europeias, Tenerife, Canárias, em 1984 teve lugar a 2ª Conferência das Ilhas Europeias, em Ponta Delgada, fruto dos resultados considerados muito interessantes do diálogo interinsular. Em 1991, na Finlândia, Ilhas Aland, teve lugar uma 3ª Conferência, como forma de “avaliar os primeiros 10 anos do seu desencadeamento. João Bosco Mota Amaral (...) teve a honra de ser, como promotor da iniciativa, o Relator-Geral das três conferências mencionadas.”¹⁰⁰

João Bosco Mota Amaral referiria mais tarde que “a doutrina elaborada nas Conferências das Ilhas Europeias vincou a aspiração do desenvolvimento dos povos insulares como sendo uma questão de direitos humanos a respeitar.”¹⁰¹ Foi ainda realçado que o desenvolvimento destas ilhas não seria possível sem um verdadeiro autogoverno, que garantisse poder de decisão aos órgãos de governo próprio regional.

“A CRPM, fortemente imbuída dos valores europeus, é uma associação de regiões e tem por finalidade promover a colaboração entre elas e defender os seus interesses perante outras entidades europeias.”¹⁰²

A RAA, sob a liderança de João Bosco Mota Amaral, foi, de facto, uma das principais promotoras deste movimento de cooperação insular.

“Mota Amaral, com grande interesse na cooperação interinsular, lançou um apelo à união das ilhas, promovendo uma série de conferências organizadas sob os auspícios do Conselho da Europa, que foram fundamentais para o aparecimento em definitivo das ilhas na agenda europeia.”¹⁰³

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, e como forma de evitar o que aconteceu no primeiro alargamento, a Comissão entendeu que deveria haver uma

⁹⁹ FONTES, P. - Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, 2023, p. 104

¹⁰⁰ Ibidem, p. 105

¹⁰¹ AMARAL, J. - Uma abordagem federalista à problemática das ilhas europeias. In C. Amaral (Coord.), Federalismo em tempos de renacionalização. Coleção Estudos sobre a Europa. Edições Almedina, p. 260

¹⁰² Fontes, P. - Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, 2023, p. 105

¹⁰³ Ibidem, p. 106

integração plena de Portugal, incluindo para tal, logo desde início das negociações, representantes das duas Regiões Autónomas Portuguesas, até pelos seus “fortes regimes de autonomia política.”¹⁰⁴

Apesar da grande diversidade destas ilhas europeias, diversidade também no que se refere à condição política, uma vez que muitas não tinham autonomia neste aspeto, a estratégia adotada por estas regiões mostrou ser um sucesso, tendo inclusive sido reconhecido pelo CE, reunido em Rhodes, 1998, afirmando que:

“reconhecer os problemas socioeconómicos específicos de certas regiões insulares da Comunidade e, por conseguinte, a solicitar à Comissão que examinasse esses problemas e a submeter, se apropriado, quaisquer propostas que considere úteis, no âmbito das possibilidades financeiras oferecidas pelas políticas comunitárias existentes, tal como foram decididas”¹⁰⁵

Em 1992, por via da Declaração n.º 26, Tratado de Maastricht, e apesar de as disposições constantes no Tratado se aplicarem de igual forma às RUP, torna-se real uma discriminação positiva para estas regiões;

“A Conferência considera que, se é certo que as disposições do Tratado que institui a Comunidade Europeia e do direito derivado se aplicam de pleno direito às Regiões Ultraperiféricas, é contudo possível adoptar medidas específicas a seu favor, na medida em que exista e enquanto existir uma necessidade objectiva de tomar tais medidas, tendo em vista o desenvolvimento económico e social dessas regiões. Essas medidas devem visar simultaneamente os objectivos de realização do mercado interno e de reconhecimento da realidade regional, de modo a permitir que essas Regiões Ultraperiféricas consigam atingir o nível económico e social médio da Comunidade.”¹⁰⁶

As RUP beneficiam destas medidas específicas, no que se refere ao apoio e financiamento adicional, por forma a compensar as suas situações sociais e económicas estruturais específicas e as suas limitações.

¹⁰⁴ AMARAL, C. – Insularidade e a Europa das Ilhas - In I. Valente (org). Olhares Cruzados sobre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia. Editora da Universidade Federal de Campina Grande e Imprensa da Universidade de Coimbra, p.28

¹⁰⁵ Conclusions of the Presidency of the European Council, 1998, p. 8

¹⁰⁶ Tratado da União Europeia, 1992

Regiões Ultraperiféricas - uma nova dimensão para a Europa

Conforme já tivemos oportunidade de declarar, e tendo sempre presente o principal objetivo deste estudo, este capítulo apesar de não pretender analisar, estudar, exaustivamente o conceito de Ultraperiferia, e a sua história, entendemos ser importante enquadrar historicamente o mesmo, assim como alguma da sua evolução.

Pretendemos sim compreender como as RUP, e no caso específico os Açores, podem ser importantes para a UE, do ponto de vista geopolítico e geoestratégico.

Em 1986 dá-se o terceiro alargamento da Comunidade Económica Europeia (CEE) com a entrada de Portugal e Espanha no projeto europeu.

Este alargamento trouxe “uma nova dimensão geopolítica ao processo de integração europeia bem como ter permitido, pela primeira vez, que a Europa deixasse apenas de ser de “Estados e para Estados.”¹⁰⁷.

No que se refere às RUP portuguesas, e neste caso específico aos Açores, importa sublinhar que aquando da adesão de Portugal à CEE ambas as regiões portuguesas optaram por uma adesão plena, ao contrário do que aconteceu do lado espanhol, com as Ilhas Canárias por exemplo. Esta decisão de adesão total foi benéfica para as RUP portuguesas, tendo em conta que puderam beneficiar desde logo de todas as ajudas europeias para alavancar o seu desenvolvimento.

“Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a autonomia é a principal conquista do 25 de Abril, mas a União Europeia é também uma indispensabilidade. Aliás, a Europa de hoje já não é a Europa das Nações. Em vez disso, é cada vez mais Europa das regiões. Assim, a par da Constituição da República Portuguesa, a União Europeia é um dos principais arrimos da autonomia, enquanto expressão da democracia e instrumento de desenvolvimento.”¹⁰⁸

No que diz respeito às relações externas, a RAA, através do disposto no artigo 227º, alínea t), da Constituição da República Portuguesa, deve participar nas negociações de tratados e acordos interna-

¹⁰⁷ VALENTE, I. – Portugal, política regional e Ultraperiferia, In Debater a Europa, Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.15 julho/dezembro, 2016, p.186

¹⁰⁸ MENESES, Avelino de Freitas – “As Ilhas de Portugal na Construção da Europa”. In As Ilhas e a Europa. A Europa das Ilhas. Funchal: CEHA, 2011, pp.398-411.

cionais, sempre que estes lhe digam respeito. “Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que diretamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes.”¹⁰⁹ Esta prerrogativa está reforçada através do disposto nos artigos 121º; 122º e 123º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

“Toda esta evolução jurídico-política reforçou a autonomia da Região Autónoma dos Açores, permitindo assim participar nas relações internacionais que lhe digam respeito, sem estar sujeita às maiorias conjunturais que se estabelecessem no Parlamento nacional”¹¹⁰

Esta referência à Constituição e ao Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores é ainda mais relevante tendo em conta o objeto deste estudo, a importância geopolítica dos Açores para a UE.

Nas RUP vivem cerca de cinco milhões de pessoas. Estas regiões têm muitos constrangimentos ao seu desenvolvimento, que a UE reconhece, e como tal pretende implementar medidas que relativizem estes mesmos constrangimentos. Apesar de serem muito diferentes umas das outras elas partilham algumas especificidades, tais como:

“remoteness, insularity, mostly small size, vulnerability to climate change, economies dependent on a few sectors, with high levels of unemployment and gross domestic product (GDP), significantly below EU and national averages. (...) and are now particularly exposed to the combination of high energy prices and the looming food crisis resulting from the Russian invasion of Ukraine.”¹¹¹

Com o objetivo de colocar as pessoas primeiro, criando oportunidades para todos, a Comissão Europeia identificou alguns pontos de tensão nas fragilidades já conhecidas, destas Regiões, propondo algumas medidas de mitigação.

As RUP têm níveis de pobreza, desemprego e de iliteracia elevados, quando comparados com a média da UE. Aceder a água potável, uma habitação decente, a serviços de saúde e de educação, ou até a transportes públicos pode ser, em alguns casos, uma dificuldade diária. *“Many people in some of*

¹⁰⁹ Constituição da República Portuguesa

¹¹⁰ AMARAL, C. - Audição na Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia. Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 2017, pp.3-4

¹¹¹ Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU's outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

these regions lack clean water, decent housing, electricity, education, healthcare, public transport, and internet.”¹¹²

É assim urgente aplicar uma estratégia que melhore a qualidade de vida destas pessoas, aproximando-a da média da UE. Aliviar a pobreza, satisfazendo necessidades básicas e investindo em serviços públicos adequados e responsivos às suas necessidades irá ao encontro do que foi um dos princípios da criação deste grupo de Regiões, uma igualdade social a nível europeu.

“Recovery needs to put people first, bringing these regions’ quality of life closer to EU and national averages. As such, recovery efforts should start by helping to alleviate poverty, address people’s basic needs and, in particular, create opportunities for children and young people through an integrated approach including national policies, and investment in basic infrastructure, high-quality public services and administrative capacity, complemented by EU policies and funds. It is important in this context to support outermost regions in implementing the European Pillar of Social Rights”¹¹³

Em 2019 o risco de pobreza era de 31,8% nos Açores e 27,8% na Madeira¹¹⁴. Em Guadalupe era de 34%, mais do dobro da França que era de 14%¹¹⁵.

Com o objetivo de reduzir o risco de pobreza e de aumentar a igualdade social na UE, a CE pediu aos seus Estados Membros para implementar, nas RUP o *European Pillar of Social Rights*¹¹⁶, suportando estas Regiões, de acordo com as suas especificidades, na implementação destas medidas.

O acesso à energia, à habitação adequada, água potável e a transportes públicos, a custos acessíveis, é também um motivo de preocupação da CE.

“In some outermost regions, many people lack appropriate living conditions and access to basic services. 53% of people in French Guiana live in overcrowded accommodations (8% in mainland France) and 56% of residences in Mayotte are overcrowded. Access to water is insufficient in some regions:

¹¹² Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU’s outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

¹¹³ Ibidem

¹¹⁴ EUROSTAT - *Persons at risk of poverty or social exclusion by NUTS 2 region - EU 2020 strategy*. https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/ilc_peps11/default/table?lang=en

¹¹⁵ INSEE Analyses Guadeloupe No 43, 2020 - <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4623253#:~:text=En%202017%2C%20134%20800%20Guadeloup%C3%A9ns,de%20moins%20de%20quatorze%20ans>

¹¹⁶ European Pillar of Social Rights – https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/policies-and-activities/european-pillar-social-rights-building-fairer-and-more-inclusive-european-union_en

in Mayotte, one third of households have no access to running water; in French Guiana over 30% of the population has no access to hot water; in Guadeloupe people do not have continuous access to water due to leakages in the distribution network. The high energy prices accentuated by the Russian invasion of Ukraine risk making electricity unaffordable for many. Lack of public transport affects access to services, education and job opportunities.”¹¹⁷

Assim, e para poder fazer frente a estes problemas a Comissão Europeia encoraja os Estados Membros destas Regiões a assegurar condições para que as pessoas tenham habitação digna, água potável, eletricidade transportes públicos a custos acessíveis, ajudando a que se encontre um equilíbrio nos orçamentos nacionais, através de fundos europeus.

A saúde é também motivo de análise e preocupação para a Comissão, tendo em consideração que as RUP, apesar de terem sistemas de saúde diferentes entre si, todos são caracterizados por uma menor capacidade do que os serviços de saúde dos seus territórios nacionais ou até da média da UE. – “*While outermost regions’ health systems vary considerably, they are characterised by lower capacity and fewer health professionals than the national and EU averages*”¹¹⁸

Estas regiões sofrem assim com uma esperança de vida mais baixa¹¹⁹, com taxas de mortalidade infantil elevadas e ainda com possibilidade de surtos de doenças tropicais. Por tudo isto é urgente reforçar a capacidade médica e melhorar o acesso aos cuidados de saúde nestas Regiões. A Comissão Europeia pede aos Estados Membros que apoiem soluções para suportar o desenvolvimento dos sistemas de saúde nas suas RUP, envolvendo-as nas discussões sobre políticas de vacinação, saúde mental e outras do seu interesse específico.

O desemprego, sobretudo o desemprego jovem é também uma preocupação da Comissão para as RUP. Para além de haver um desemprego jovem elevado, há ainda uma fuga de jovens qualificados. Algumas Regiões têm taxas de desemprego jovem superiores a 50%, (Canárias e Maiote), muito superiores à taxa de desemprego jovem que se regista na UE, 16%¹²⁰. O abandono escolar é também

¹¹⁷ Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU’s outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

¹¹⁸ Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU’s outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

¹¹⁹ Ibidem

¹²⁰ Ibidem

elevado. Destacamos os 27% nos Açores, mais do que no território continental português que é de 8,9%¹²¹.

O nível de escolaridade das RUP é também mais baixo do que a média europeia, o que torna a educação uma prioridade para estas regiões, assim como o ensino ao longo da vida para combater a iliteracia existente. Existe ainda uma preocupação para com os jovens entre os 15 e os 29 anos que não estão a estudar, ou a trabalhar, e que não se encontram ligados a programas de educação, formação ou emprego. São os chamados NEET, sigla para “*not in employment, education or training*”. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais aponta para uma redução dos NEET de 12,6% para os 9% até 2030.¹²²

Neste sentido a Comissão Europeia encoraja os seus Estados Membros a criarem programas de emprego para estes jovens, procurando dar-lhes orientação, contando para tal com fundos europeus de suporte. A Comissão terá ainda em conta as especificidades das RUP para que os seus jovens possam participar em programas europeus, tais como *Erasmus+work programmes*, e ter também em consideração estas especificidades para combater a fuga de jovens qualificados.

*“The Commission will: – create a €1 million grant scheme empowering young people to shape and implement projects at local level, with specific attention to equality and inclusion, as part of the European Year of Youth 2022 (...) reflect outermost regions’ specificities in the pathways to the school success initiative to reduce early leaving from education and training; – take into account the outermost regions’ specificities in the upcoming initiative to mitigate the challenges associated with brain drain.”*¹²³

Há, também, a intenção de avaliar, e analisar, as restrições e dificuldades de cada uma das RUP, tentando que estas se foquem e especializem em sectores chave, de acordo com as suas necessidades e potencialidades.

Uma especial atenção para a inovação, pesquisa e para a *smart specialisation*, fundamental para que as RUP possam apresentar elementos diferenciadores que lhes permitam competir a nível europeu, e no mercado global. – “*promote innovation in the most promising sectors, namely on agri-food, bio*

¹²¹ Eurostat - EDAT_LFSE_16 - https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/edat_lfse_16/default/table?lang=en

¹²² Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU’s outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

¹²³ Ibidem

*economy, sustainable blue economy, training and research on tropical medicine, tourism and creative industries. Boosting research and innovation (R&I) can help these regions capitalise on their assets and integrate in the European Research Area”.*¹²⁴

A UE, para além de identificar as principais dificuldades das RUP, e de ter medidas específicas para atenuar estas mesmas dificuldades, tentando fomentar o seu crescimento e desenvolvimento, por forma corresponder aos elevados *standards*, sociais e económicos da restante União, reconhece também a enorme potencialidade destes territórios, tais como, “*young population, extensiva maritime economic zones, unique biodiversity, rich renewable energy sources, location and climate suitable for space sciences, astrophysics activities, as well as important space infrastructure.*”¹²⁵

Ao avaliarmos o que é descrito pela Comissão Europeia como principais ativos, vemos que a RAA possui a maioria dos mesmos. Temos uma extensa zona económica marítima, uma biodiversidade única, fontes de energias renováveis, e nem exploramos todas, assim como uma localização e clima ideais para a exploração espacial. Para além destas características, consideradas importantes, a Comissão entende que estas regiões representam postos avançados da UE no mundo, que podem melhorar a relação e a cooperação com os seus países vizinhos e territórios. Esta característica, não sendo diretamente uma característica açoriana, uma vez que o seu território se situa no meio do Atlântico, não deixa de ser importante para os Açores pois possuímos uma enorme diáspora nos EUA e no Canadá, diáspora reconhecida e devidamente inserida nestes países e nas suas instituições sociais e políticas, o que nos dá uma importância que, em nosso entender, não é devidamente explorada pela UE, e até mesmo por Portugal.

“A União Europeia deseja um mundo multipolar e, por conseguinte, deve multiplicar e reforçar as parcerias com os seus Estados vizinhos e também com os países ACP e do MERCOSUL, com os EUA. Neste contexto, as RUPs, em geral, e as Regiões Autónomas portuguesas, em particular, detêm uma posição geoestratégica privilegiada e são palco de cruzamentos de heranças multisseculares.”¹²⁶

¹²⁴ Comissão Europeia - Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU's outermost regions – 2022, Disponível em: https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf

¹²⁵ Ibidem

¹²⁶ VALENTE, I. - A Construção de um conceito – Região Ultraperiférica, In DEBATER A EUROPA Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.8 Janeiro/Julho 2013

Contudo, e pelo que estudamos, as RUP não são diretamente analisadas, exploradas, de uma perspectiva geopolítica e geoestratégica, que é o principal foco deste trabalho, principalmente no que se refere aos Açores.

Entendemos a importância das RUP, principalmente no contexto atual de incertezas ao nível de segurança mundial, muito para além do que são as intenções atuais da UE para estas regiões. Concor damos que:

“têm uma relevância geoestratégia que passa frequentemente despercebida, relevância essa que poderá ser aumentada significativamente caso a UE, as suas instituições e os seus Estados -membros escolham fortalecer as políticas europeias na área da Defesa e da presença da UE no Mundo.”¹²⁷

A importância das RUP para a UE tem, atualmente, um enquadramento geopolítico e geoestratégico muito importante. Estamos a falar não só em questões securitárias, mas também em questões económicas, de transportes, de comunicações etc.

Avaliando a questão securitária podemos verificar que neste momento a UE não tem um Exército próprio, único, mas existem compromissos sobre a defesa do espaço Europeu pelos seus Estados-Membros, e esta defesa, agora mais do que nunca terá de ter em conta as RUP.

A nova administração americana, liderada por Donald Trump, veio colocar em causa alianças que se julgavam eternas e é necessário olhar o espaço da UE como possíveis futuras fronteiras de países, potências, que outrora víamos como amigos e parceiros. Assim, os territórios das RUP podem ser os locais ideais para o apoio logístico e ou para projeção de poder, caso exista necessidade de defender o nosso território.

Os Açores têm, em nosso entender, um importante papel a desempenhar no futuro próximo da UE, desde logo por se situar no centro do Atlântico. O Oceano Atlântico, é de extrema importância para a Europa. É por ele que passam as principais rotas marítimas comerciais, de e para a Europa, e é ainda por onde passam os principais cabos de fibra ótica, essenciais às comunicações, que hoje em dia são essenciais para os Estados. Será de extrema importância para a UE que esta zona permaneça calma e sem interferências e, ou, ameaças externas.

¹²⁷ FONSECA, H. - As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo, In Debater 2022-2023, p. 183

“O Oceano Atlântico Norte é, provavelmente, a zona mais importante para a UE, por duas razões principais. A primeira é muito pragmática: o oceano Atlântico e as suas subdivisões (Mar do Norte, canal da Mancha, entre outros) é a principal rota de comunicação e de transporte marítimo de e para a Europa, e a estabilidade dos países localizados nas costas daquele oceano tem uma consequência direta óbvia nos interesses da UE e dos seus Estados -membros.”¹²⁸

Em caso de disputa por este território, algo que nos dias de hoje já não nos parece uma situação apenas do ponto de vista teórico, tendo em conta as mais recentes afirmações de Donald Trump, por exemplo em relação à Gronelândia, as ilhas açorianas ocupam uma posição geoestratégica fulcral para a defesa deste território e, ou, caso seja necessária uma ação de força, projeção de poder, no sentido de defender os interesses da UE em locais próximos desta zona do hemisfério.

Numa altura em que a relação transatlântica passa por um dos seus piores momentos, é urgente, em nosso entender, definir um plano para as RUP e dotar estas regiões, nomeadamente Açores, Madeira e Canárias, de condições para serem postos avançados da defesa da UE no Atlântico.

A UE, querendo afirmar-se no panorama internacional como uma potência, não só económica, mas também militar, isto para não depender de terceiros para a sua defesa, necessita de olhar as suas RUP como parte integrante do seu território, fazendo valer os seus ativos, e não apenas como regiões mais pobres que necessitam de um apoio extraordinário. Aqui os Açores, mais uma vez, já provaram ao longo da história a sua importância do ponto de vista geopolítico.

Num passado recente a UE, olhou para Leste como a única forma de crescimento e, até, como a única forma de manter a sua segurança, esquecendo-se da sua dimensão atlântica, dimensão esta que ficou menor com a saída do Reino Unido. As ilhas, as RUP portuguesas, nomeadamente as açorianas, são o garante de uma dimensão atlântica.

“As ilhas são a garantia da manutenção de uma União aberta, marítima e inserida no diálogo internacional.”¹²⁹

¹²⁸ FONSECA, H. - As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo, In Debater 2022-2023, p. 189

¹²⁹ LOPES, N - O estatuto de Região Ultraperiférica e a sua importância na União Europeia: o caso açoriano, 2022

Capítulo IV

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional e a Política Externa da União Europeia: Implicações atlânticas e a relevância geopolítica dos Açores

O objetivo deste capítulo é analisar o CEDN de Portugal e perceber que importância é dada por este ao Atlântico, e consequentemente o papel que os Açores desempenham nesta estratégia, “que assenta na sua posição central na comunidade europeia e transatlântica”¹³⁰. Analisaremos ainda a Política Externa da UE, com foco na segurança e defesa, e tentaremos relacioná-la com o CEDN. O objetivo é estabelecer interesses comuns na utilização do Atlântico, destacando a posição estratégica dos Açores. Sendo os Açores o tema central de todo o nosso trabalho, e estando estas ilhas no centro do Atlântico, abordaremos como este se insere na abordagem estratégica nacional.

A Política Externa Europeia, também esta na sua vertente de defesa e segurança, é, em nosso entender, um elemento de importante análise no sentido em que pretendemos compreender, pelo menos tentar, a mesma do ponto de vista Atlântico. Perceber como o Atlântico se insere numa Política Externa e de Segurança Comum, e qual a sua estratégia para este território.

Centraremos o nosso estudo a partir de 2022, ano da invasão da Ucrânia pela Rússia, porque é a partir desta data que a UE pensa mais, e melhor, a sua segurança. A Bússola Estratégica (BE), que está assente em 4 pilares bem definidos, ação, garantia de segurança, investimento e parcerias, será o nosso guia. Estes pontos serão fundamentais para articular e relacionar esta Política Externa da UE com o CEDN, podendo aí avaliar a importância de Portugal para a Europa, e qual a sua posição na estratégia europeia.

Podemos desde já avançar que este território não tem, em nosso entender, uma atenção, estratégia, e ação adequada ao seu real valor e importância. Dos documentos estudados concluímos que a Política Externa da UE continua a privilegiar o Leste em detrimento do Atlântico, algo que em nossa opinião deve ser alterado, muito por culpa das atuais circunstâncias da relação transatlântica. A criação de

¹³⁰ CEDN – Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

“vazios de poder”¹³¹, neste caso por parte da UE em relação ao Atlântico, não é, ainda para mais no momento atual, algo de deva acontecer.

Uma das principais dificuldades no estudo, e análise, para a realização deste capítulo foi o facto dos documentos oficiais existentes, em relação ao CEDN, estarem desatualizados, CEDN é de 2013, com um início de revisão em 2023 que não está concluído, e ainda pelo facto dos documentos relativos à Política Externa da UE serem vários, habitualmente sem qualquer ligação entre si, o que os torna muitas vezes extemporâneos e sem aplicação prática.

Contudo a BE veio dar indicações mais precisas no que se refere à Política Externa Europeia, mais precisamente em relação à segurança e defesa.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN)

O CEDN “define as prioridades do Estado em matéria de defesa, de acordo com o interesse nacional, e é parte integrante da política de defesa nacional.”¹³²

Analisar o CEDN é, em nosso entender, importante na medida em que nele se caracteriza a estratégia portuguesa, e a sua orientação, em matéria de defesa num mundo em constante evolução, com transformações geoestratégicas e geopolíticas variadas, algumas surpreendentes, tornando necessário pensar esta temática do ponto de vista europeu, português e atlântico.

O CEDN é assim uma ferramenta necessária para a “adaptação de defesa nacional às principais transformações no ambiente geoestratégico.”¹³³

Os fundamentos essenciais do CEDN são a visão estratégica e global de Portugal assente na sua “posição central na comunidade europeia e transatlântica, e o facto de “a segurança no espaço transatlântico é (ser) uma condição necessária da segurança nacional”¹³⁴.

¹³¹ ANDRADE, L. – Especialista defende que americanos não vão abandonar a base das Lajes para não criar “vazios de poder”; Açoriano Oriental; 2019; Consultado em: <https://www.acorianooriental.pt/noticia/especialista-defende-que-americanos-nao-vao-abandonar-a-base-das-lajes-para-nao-criar-vazios-de-poder-303826>

¹³² CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹³³ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹³⁴ Ibidem

Que papel desempenham, ou podem desempenhar, as ilhas açorianas nos fundamentos desta estratégia de segurança e defesa nacional, num mundo onde, a cada dia que passa, as ameaças são mais diversas e surgem de onde menos se espera?

Esta é uma das questões fundamentais que nos propomos analisar e responder ao longo deste trabalho, recorrendo à diversa bibliografia utilizada. Teremos em atenção as alterações de força no panorama internacional, o surgimento de novas ameaças, a emergência de novas potências, e consequentemente os novos equilíbrios regionais, assim como o facto de “a ordem internacional que assegurou três décadas de paz e prosperidade está (r) posta em causa pela mudança dos equilíbrios de poder.”¹³⁵

Tendo por base o relatório do Conselho de Revisão do CEDN podemos perceber que existem quatro prioridades definidas, com uma clara tendência, a assunção de uma necessidade de autonomia europeia, autonomia relativa à defesa, à energia ou à economia, em relação aos Estados que não fazem parte desta União, sejam eles mais ou menos amigos.

Prioridades do CEDN¹³⁶:

- Garantir a segurança e a defesa.
- Fortalecer a autonomia estratégica nos domínios cruciais que determinam a competitividade europeia à escala global.
- Desenvolver a resiliência europeia.
- Reconstruir a ordem internacional.

Destacamos destas prioridades o garante da segurança e defesa e o objetivo de fortalecer a autonomia estratégica em domínios cruciais, as quais analisaremos com maior pormenor, por entendermos que estão relacionadas com o tema de estudo que nos interessa abordar para este trabalho.

Como prioridade número um, há uma clara necessidade de aumento no investimento da defesa. Este investimento deve fortalecer a autonomia estratégica, e de defesa, da Europa em relação às ameaças

¹³⁵ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹³⁶ Ibidem

à sua segurança e paz, segurança e paz criadas com o fim da Guerra Fria e que a Europa pensou serem eternas.

Para além da ameaça ao modo de vida europeu, social e económico, está em causa a democracia e o respeito pela soberania dos Estados na Europa.

“A Europa como um todo precisa de fortalecer as condições de autonomia estratégica para consolidar a sua posição no concerto das potências e o seu estatuto como um pilar democrático na construção da paz e da ordem internacional. A crise sistémica que domina o novo ciclo internacional torna urgente a definição de prioridades europeias claras.”¹³⁷

O CEDN está muito alicerçado num pensamento de reforço da OTAN e do seu alargamento como forma de conter as iniciativas expansionistas russas, quase que tornando esta entidade como a única capaz de defender o território europeu perante o poderio russo, dependendo dos EUA para defender as fronteiras europeias.

O Atlântico Norte é também referenciado no CEDN, e arriscamos dizer que sem margem para que assim não fosse, pois, este território geográfico tem uma importância fulcral para Portugal, para a sua defesa e economia, assim como para a UE. Já em 1995 Ferraz Sachetti, um dos Vice-Almirantes portugueses que mais tempo dedicou ao estudo do mar, e da sua importância nas relações internacionais, afirmava que “a Segurança Europeia nunca se poderá dissociar da segurança do Atlântico Norte e das suas margens.”¹³⁸

Efetivamente a segurança do Atlântico Norte é um ponto essencial para a UE, e para Portugal, sendo um elemento de definição de poder no panorama atual das relações internacionais, sobretudo pela busca, já referida, de autonomia da UE em relação aos seus aliados.

O Atlântico Norte é ainda um local de relevante interesse estratégico, pois nos seus mares passam muitas das rotas comerciais mundiais, sendo a principal rota de entrada, ou saída, do Canal do Panamá.

¹³⁷ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf Ibidem

¹³⁸ SACHETTI, F. - A SEGURANÇA LESTE-OESTE E O ATLÂNTICO, 1995, consultado em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/83ae4811-ac22-4b96-b04d-e245936a86bd>

“A segurança do espaço marítimo nacional e dos fundos marinhos, cujos recursos têm uma importância estratégica crucial, é uma prioridade que reclama uma cooperação crescente com os aliados.”¹³⁹

Relevamos este ponto, e nele a posição geográfica da RAA, pois Portugal tem um papel preponderante na gestão do Atlântico Norte e consequentemente um papel relevante na definição da estratégia da UE para este território, Política Externa da Europa.

“Portugal tem sob sua jurisdição cerca de 50 % das massas de águas marinhas do mar pan-europeu e cerca de 50 % dos respetivos solos e subsolos marinhos. Com uma localização estratégica privilegiada na interseção das principais rotas mundiais Norte/Sul Este/Oeste, essa posição sai reforçada com o alargamento e aprofundamento do Canal do Panamá, que em 2025 se estima, num cenário moderado, venha a atingir 192,5 milhões de toneladas de carga contentorizada transportada e que num cenário otimista poderá atingir 205,2 milhões de carga contentorizada. No entanto, esta vantagem não é suficiente para dar resposta aos desafios e oportunidades que hoje se colocam aos portos comerciais do continente.”¹⁴⁰

A posição geográfica das ilhas açorianas é ainda importante do ponto de vista da segurança e no combate ao crime organizado. A instabilidade no Golfo da Guiné e o crescente número de organizações criminosas da América do Sul, que utilizam a travessia do Atlântico para o tráfico de estupefacientes, ou até de seres humanos, fazem destas ilhas, em conjunto com o Arquipélago da Madeira e das Canárias, a primeira linha de atuação europeia neste combate.

“o combate às ameaças securitárias tradicionais é apenas uma das problemáticas nas quais as RUP podem ser uma mais-valia para a UE e para a NATO. A ascensão e o surgimento de outros tipos de constrangimentos à segurança global, tais como a pirataria e o terrorismo internacional, trazem com elas a necessidade das grandes potências se adaptarem. Ao assumir a responsabilidade de contribuir para e de levar a cabo missões próprias de manutenção de paz e de apoio em países e zonas do Mundo afetadas por estes novos perigos, a UE tem a necessidade de possuir pontos estratégicos no globo a partir dos quais pode lançar, monitorizar e prestar apoio logístico a tais empreendimentos.”¹⁴¹

¹³⁹ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁴⁰ República Portuguesa - Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico; 2020; consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEAKBRcpAUAAAA%3D>

¹⁴¹ FONSECA, H. - Política de Vizinhança para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia; Universidade dos Açores, Dissertação de Mestrado, 2018; p. 37

A segunda prioridade do CEDN refere, uma vez mais, autonomia. Neste caso uma “autonomia estratégica nos domínios cruciais que determinam a competitividade europeia à escala global.”¹⁴²

A necessidade de investimento em ciência e tecnologia, reindustrialização e transição energética, entre outras.

Mas são as definições de políticas respeitantes à economia do mar e à gestão dos fundos marinhos que nos fazem centrar a atenção neste documento, uma vez mais porque este ponto realça a posição determinante que os Açores têm para esta estratégia, para Portugal e para a UE.

O mar português, com uma importância redobrada, caso se confirme a extensão da plataforma continental portuguesa, “essencialmente por conta da localização da RAA e da geomorfologia dos fundos marinhos que lhe são adjacentes, da natureza geológica e geofísica dos mesmos”¹⁴³, vem potenciar investimentos, estudos científicos, encontrando soluções que vão ao encontro da esperada autonomia estratégica em domínios cruciais de competitividade.

Explorar o potencial das ilhas portuguesas trará a Portugal uma posição de liderança europeia no que se refere à exploração científica, à preservação dos sistemas marinhos, não esquecendo que os oceanos são um dos principais ativos na regulação do clima, “Os mares e oceanos são também elementos estabilizadores de processos biogeofísicos, como o do ciclo do carbono”¹⁴⁴, mas também na questão da exploração do mar e do espaço num contexto científico e económico.

“Quanto ao aproveitamento do potencial geográfico e económico das Regiões Autónomas as intervenções visam explorar o posicionamento geográfico das duas Regiões Autónomas que potenciam de forma muito vinculada a dimensão atlântica do país, designadamente no contexto do Atlântico Norte, com um valor geoestratégico sempre atual, que se evidencia num potencial ao nível da exploração científica e económica, no domínio marítimo e do espaço”¹⁴⁵

¹⁴² CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁴³ Nélia Moniz Vaz, A Extensão da Plataforma Continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores; Universidade dos Açores, Dissertação de Mestrado, 2019; p. 77

¹⁴⁴ República Portuguesa - Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico; 2020; consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEAKBRcpAUAAAA%3D>

¹⁴⁵ Ibidem

Desafios Estratégicos – CEDN

De acordo com o que pudemos estudar para este trabalho, o CEDN identifica também alguns dos desafios estratégicos para Portugal, no que respeita sobretudo à sua segurança.

Num novo ciclo internacional dominado por conflitos em busca do poder global, agora ainda mais potenciado devido às políticas isolacionistas de Trump, existe cada vez mais o reacender de conflitos, que se julgavam no século XXI extintos, e que ameaçam não só a paz, mas também a economia, hoje cada vez mais interdependente, e até as democracias.

“A competição sistémica traduz-se na formação de esferas de influência geradoras de tensões geopolíticas e geoeconómicas e na criação de vulnerabilidades nos regimes democráticos que antecipam um aumento da conflitualidade e da instabilidade.”¹⁴⁶

São desafios estratégicos “a desestruturação de Estados e os vazios de poder; a proliferação de armas de destruição maciças, nucleares, químicas e radiológicas; a disputa estratégica pelo domínio do ciberespaço; a intensificação das armas híbridas e as catástrofes naturais, alterações climáticas”¹⁴⁷.

Destes desafios destacamos a desestruturação dos Estados e a disputa estratégica pelo domínio do ciberespaço, por entendermos que são aqueles que vão valorizar, do ponto de vista geopolítico e geoestratégico, a posição geográfica do Arquipélago dos Açores, assim como a posição de Portugal.

Portugal ganha dimensão e importância nestes domínios porque tendo em conta os espaços aéreos e marítimos da responsabilidade portuguesa, cabe ao nosso país, em conjunto com a UE, garantir a proteção e segurança destes espaços, assim como criar as condições para que no triângulo Portugal, Madeira e Açores, “posição estratégica de articulação intercontinental, onde se cruzam as mais importantes rotas marítimas mundiais”, o Atlântico Norte seja um local seguro, até porque partilhamos da opinião de “daqui para a frente, a NATO deverá ser muito menos importante do que foi para Washington.”¹⁴⁸

¹⁴⁶ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁴⁷ CEDN - Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁴⁸ MONJARDINO, M. – Estamos a assistir ao fim do Euroatlantismo, Expresso, N.º 2724, 10 de janeiro de 2025, p. 26

Para que tudo isto seja possível é necessária uma estratégia que vise a autonomia portuguesa em matéria de defesa, promovendo e enaltecendo a sua singularidade geográfica sobretudo no que se refere ao Atlântico Norte.

Política Externa da União Europeia – Uma segurança comum

Vamos continuar este trabalho analisando a Política Externa da UE, mais concretamente relativa à sua segurança comum. Não faremos uma análise exaustiva a esta política, pois o nosso objetivo é sobretudo perceber as suas linhas mestras e se ela tem o Atlântico como prioridade.

Centraremos a nossa análise, sobretudo, a partir de 2022, ano da invasão da Ucrânia por parte da Rússia, por entendermos que é a partir desta data que a UE começa a valorizar mais uma política externa de segurança comum, real, responsiva e fiável.

O instrumento financeiro lançado pela Comissão Europeia (CE), SAFE (*Security Action for Europe*), é disto um exemplo, sobretudo depois das ameaças não só à Europa, mas também à OTAN, sobretudo ameaça de boicote do seu principal aliado.

“We all wish we could live in more peaceful times. But I am confident that, if we unleash our industrial power, we can restore deterrence against those who seek to do us harm. It is time to build a European Defence Union that ensures peace on our continent through unity and strength. This is Europe's moment. And Europe will rise to it.”¹⁴⁹

O que é, e como funciona, a política externa e de segurança comum (PESC)?

“A política externa e de segurança comum da UE, que visa resolver conflitos e promover a compreensão a nível internacional, baseia-se na diplomacia e no respeito pelas regras internacionais.”¹⁵⁰

A PESC tem como objetivo “preservar a paz; reforçar a segurança internacional; promover a cooperação internacional; desenvolver e reforçar a democracia e o estado de Direito, bem como o

¹⁴⁹ LEYEN, U. - *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary joint debate on European Council meetings and European Security*; 2025, consultado em:

https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_25_739

¹⁵⁰ União Europeia - Política externa e de segurança, consultado em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/foreign-and-security-policy_pt

respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais”¹⁵¹, através de parcerias com os Estados, instituições e potências emergentes, com o objetivo de assegurar interesses e benefícios comuns.

A UE não dispõe de um exército, dependendo dos efetivos militares dos países membros para assegurar a sua força militar. Dispõe de um Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), que tem um papel diplomático, gerindo as relações externas. É a este serviço que pertence a responsabilidade da política externa e de segurança da UE, contudo a decisão sobre as ações externas da União cabe, em última análise, ao CE, composto pelos chefes de Estado ou de Governo dos 27 Estados-Membros da UE.

O ano de 2022 foi de facto um ano de mudança para a UE, no que ao pensamento em relação à sua defesa diz respeito. Conforme já referido acima, após a invasão da Ucrânia pela Rússia, e com o regresso da guerra à Europa, a UE percebeu que a paz não é garantida e algo terá de ser feito. Ao analisarmos quais os objetivos da UE com a sua PESC, entendemos que estes têm, ou tinham, intenções, em nosso entender, genéricas, tais como - “preservar a paz; reforçar a segurança internacional; promover a cooperação internacional;” – não definindo o espaço de intervenção, ou seja a UE, a defesa da UE.

No seguimento dos acontecimentos de fevereiro de 2022 – invasão da Ucrânia – a UE aprovou o *Strategic Compass for Security and Defence*.

*“The European Union and its Member States formally approved the Strategic Compass in 2022, just a few weeks after the return of high-intensity war on our continent. Since then, the global threat landscape has become even more alarming. The Strategic Compass is an **ambitious plan of action for strengthening the EU's security and defence policy** by 2030. It's an EU security and defence strategy to advance towards a common forward-looking strategic culture as well. The strength of our Union lies in unity, solidarity and determination. The objective of the Strategic Compass is to make the EU a stronger and more capable security provider.”*¹⁵²

¹⁵¹ União Europeia - Política externa e de segurança, consultado em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/foreign-and-security-policy_pt

¹⁵² União Europeia - *A Strategic Compass for Security and Defence*; 2022, consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-security-and-defence-1_en

Esta Bússola Estratégica (BE) tem uma intenção clara de defesa da UE e dos seus Estados Membros, assente em quatro pilares, “**act, invest, partner and secure**”¹⁵³, e define um período claro para uma PESC, 2030.

A UE pensa agora a sua defesa como complementar à OTAN, apesar de ainda ter a Aliança Atlântica como principal entidade para a defesa coletiva, mas é um primeiro passo para não depender de terceiros.

*“A stronger and more capable EU in security and defence will contribute positively to global and transatlantic security and is complementary to NATO, which remains the foundation of collective defence for its members. It will also intensify support for the global rules-based order, with the United Nations at its core.”*¹⁵⁴

Apesar de ter sido aprovada em 21 de março de 2022 a BE não é uma resposta à invasão russa da Ucrânia. Ela “tem um horizonte temporal de 5 a 10 anos, e tem uma visão geoestratégica global, que vai de África ao Indo-Pacífico.”¹⁵⁵

Este documento promove uma análise às ameaças e à segurança da UE e pretende definir a forma como os 27 devem reagir a estas ameaças. Existindo a plena noção de que não será imediata a sua implementação, é, contudo, um avanço na concretização de uma PESC.

“É também o caso do aumento do investimento em defesa que a Bússola Estratégica apresenta como sendo prioritária. Neste ponto, a guerra contribuiu para quebrar velhos tabus que pareciam insuperáveis na defesa europeia: a alteração radical da postura da Alemanha em relação ao seu grau de investimento na defesa, assim como o anúncio por grande parte dos Estados-membros de que vão aumentar as suas despesas em defesa marcam um ponto de viragem, que poderá ter um impacto decisivo na aceleração e no aumento da escala dos projetos colaborativos que estão previstos na PESCO* como as novas plataformas navais não tripuladas, os sistemas aéreos de combate de próxima geração e tudo o que se relaciona com aplicações de defesa no Espaço.”¹⁵⁶

¹⁵³ União Europeia - A Strategic Compass for Security and Defence; 2022, consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-security-and-defence-1_en

¹⁵⁴ Ibidem

¹⁵⁵ PIZARRO, N. - Bússola Estratégica e a Política de Defesa Europeia; IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS; 2022; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20B.B.pdf

¹⁵⁶ PIZARRO, N. - Bússola Estratégica e a Política de Defesa Europeia; IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS; 2022; consultado em:

A BE vem ainda propor à UE uma resiliência diferente para o futuro, dando aos 27 uma oportunidade de desenvolvimento estratégico conjunto, industrial e consequentemente económico, que poderá trazer uma maior autonomia das atuais parcerias, aliados.

“O contexto internacional de rivalidade geopolítica exige dos europeus uma vontade política resoluta, numa união caracterizada pela diversidade de culturas, de preferências estratégicas e de tipologias de capacidades. A Bússola Estratégica incorpora formas de ultrapassar estas diferenças. Em primeiro lugar com o apoio de incentivos financeiros, como o Fundo Europeu de Defesa (FED) ou de projetos colaborativos de Cooperação Estruturada Permanente. (...) A Bússola Estratégica agrega um projeto de defesa, mas também um projeto económico e comercial, com base na inovação tecnológica e industrial e na produção e aquisição conjunta de equipamentos de defesa, condição para uma maior interoperabilidade intraeuropeia.”¹⁵⁷

Esta autonomia estratégica, industrial e económica, é muito importante de ser assinalada tendo em conta que a UE não pode, nem deve, em nossa opinião, desenvolver a sua estratégia de defesa sem uma consequente estratégia industrial de produção de componentes para os seus equipamentos, por forma a não ficar dependente de terceiros para a sua construção, atualização e reparação, sendo completamente autónoma nesta matéria.

*“EU has come some way in its thinking and action related to security of strategic supplies. First, a mindset shift has begun where the Union invests in its own technologies for the benefit of its strategic position in the world. Second, the EU has used the Strategic Compass to underline the importance of security of supply in defence. This will be critical if the Union is to become a more autonomous actor and a better partner. Ultimately, no amount of ink on a document can ensure the Union’s strategic supply security – this will come from investments, horizon scanning and more European cooperation.”*¹⁵⁸

https://www.idn.gov.pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20B.pdf

*Permanent Structured Cooperation; consultado em: <https://www.pesco.europa.eu/>

¹⁵⁷ NUNES, I. - A Bússola Estratégica e a Defesa Europeia; IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS; 2022; consultado em: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20B.pdf

¹⁵⁸ FIOTT, D. - *European Defence and the Security of Strategic Resources*; IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS; 2022; consultado em: https://www.idn.gov.pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20B.pdf

Apesar desta autonomia esperada, Portugal e a UE não pretendem, dos documentos que conseguimos avaliar, uma quebra nas relações transatlânticas e uma quebra na OTAN, pelo contrário. Esta Organização Internacional é sempre relevada por parte da UE como um parceiro, e toda a estratégia tem como objetivo manter uma cooperação com os nossos aliados dentro desta Organização.

Existem, no entanto, sinais, nomeadamente do parceiro mais influente, EUA, que apontam para uma deterioração nas relações entre os Estados que compõem a mesma, o que deve levar a uma reflexão sobre a relação de forças dentro da OTAN e consequentemente à sua utilidade no futuro.

Uma maior cooperação, investimento, da UE na OTAN não só reforçaria a nossa posição internacional, como ao mesmo tempo cumpriria os nossos objetivos de desenvolvimento estratégico e de segurança comum.

Portugal terá todo o interesse neste tema, até porque entendemos que o nosso país pode liderar várias tarefas relacionadas com a segurança do Atlântico, e Atlântico Norte, podendo ainda desenvolver capacidades industriais e científicas no desenvolvimento de soluções disruptivas em matéria de defesa.

“O potencial de cooperação é, contudo, imenso! Áreas como a mobilidade militar, a compreensão e o desenvolvimento das tecnologias emergentes de duplo-uso e potencialmente disruptivas, as ameaças híbridas, a resiliência e o espaço cibernético, o interesse no desenvolvimento de estratégias holísticas face a ameaças comuns, que combinem instrumentos não militares de poder da UE com a capacidade de dissuasão e defesa por parte da Aliança, são apenas alguns exemplos (...) Queremos uma Aliança Atlântica forte e funcional e uma União Europeia capaz de, quando necessário, poder agir individualmente na área da segurança e defesa, mas sempre que possível em estreita coordenação, complementaridade e não duplicação com a NATO, numa lógica de reforço das capacidades euro-atlânticas de defesa coletiva.”¹⁵⁹

Em 2024 dá-se a primeira avaliação à BE que concluiu ter havido uma melhoria na prontidão e resposta da UE em matérias de segurança, tendo atingido vários dos objetivos propostos em cada um

¹⁵⁹ PEREIRA, P. - A Cooperação entre a NATO e a União Europeia; IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS; 2022; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20B.B.pdf

dos pilares que definem a BE, *“At the end of the second year of implementation of the Strategic Compass, we have further improved our ability and readiness in security and defence matters.”*¹⁶⁰

Deste relatório entendemos ser importante destacar alguns dos pontos em cada um dos pilares definidos.

Act - Agir – presença e colaboração no terreno

Neste pilar o objetivo é o de reforçar o papel da UE na gestão de crises que possam ocorrer no seu território, ou em qualquer parte do mundo, adaptando os seus recursos às necessidades dos seus Estados e parceiros. *“We have accelerated the process of adapting our civilian and military tools to project security, stability and peace in various theatres in our neighbourhood and beyond.”*¹⁶¹

Como exemplos de ações, levadas a cabo pela UE no sentido de apoiar os países parceiros a lidarem com ameaças híbridas e com a crise de refugiados, temos a missão de assistência militar de apoio à Ucrânia, em 2022, uma missão de parceria com a Moldávia, em 2023, ou o lançamento da EUNAVFOR ASPIDES, 2024.

*“EUNAVFOR ASPIDES is an EU military operation contributing to the protection of freedom of navigation, to safeguarding maritime security, especially for merchant and commercial vessels in the Red Sea, the Indian Ocean and the Gulf under the EU Common Security and Defense Policy (CSDP).”*¹⁶²

Secure - Garantir a segurança – antecipar ameaças e proteger os cidadãos

O tópico essencial deste pilar é o da resiliência dos Estados e da UE, para que possam ter sempre uma resposta atempada e correta aos desafios colocados, nomeadamente no que diz respeito “acesso livre, seguro e fiável a domínios estratégicos disputados”¹⁶³, colocando em primeiro lugar a proteção dos seus cidadãos. *“We have further built our resilience to ensure free, safe and secure access to the*

¹⁶⁰ União Europeia – External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence; consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en

¹⁶¹ União Europeia – External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence; consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en

¹⁶² União Europeia – EUNAVFOR Operation ASPIDES – Consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eunavfor-aspides_en?s=410381

¹⁶³ Conselho Europeu – Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa; consultado em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/strategic-compass/>

*strategic domains which are increasingly contested. This is essential to protect our citizens, defend our interests and support our partners worldwide.”*¹⁶⁴

Como exemplo de ações neste pilar temos criação de equipas de resposta rápida às ameaças híbridas para ajudar os Estados-Membros e os parceiros, ou a adoção da Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa e do Regulamento Ciber-Resiliência, isto em 2023.

Invest - Investir – gastar mais e gastar melhor

Criar uma indústria de defesa europeia, autónoma e capaz, que possa servir de base à PESC, alocando melhor os recursos de cada Estado.

*“Through a combined effort stemming from the European Investment Fund and the European Defence Fund, we launched a Defence Equity Facility in January 2024. This instrument will allow for EUR 175 million investments into private funds supporting innovative dual-use technologies with potential defence applications.”*¹⁶⁵

Partner - Criar parcerias – uma fonte fundamental de força e resiliência

A UE está apostada em alargar as suas parcerias bilaterais e multilaterais, das quais destacamos a colaboração com a União Africana em matéria de operações e iniciativas de apoio à paz, o que indica uma nova abordagem da UE, à margem da OTAN, perante o panorama internacional.

O objetivo é não ficar refém de parceiros que possam ter mudanças abruptas nos seus valores e estratégias de segurança, colocando em risco a segurança da UE.

*“As the EU is stepping up its geopolitical posture, we have been further expanding and reinforcing our rich network of tailored bilateral partnerships on security and defence through new dialogues and expanded cooperation with partners around the world.”*¹⁶⁶

¹⁶⁴ União Europeia – External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence; p. 14; consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en

¹⁶⁵ União Europeia – External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence; p. 14; consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en

¹⁶⁶ União Europeia – External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence; p. 14; consultado em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en

Como principais dificuldades destes pilares temos a instabilidade política de alguns países da UE, e de alguns dos seus parceiros, a divergência de pontos de vista entre os Estados-Membros, a desinformação e o atraso que existe, em matéria de defesa e armamento, em relação a outras potências.

Entendemos que este primeiro relatório da BE vem destacar que a UE está a levar muito a sério este tema da segurança europeia. Do que pudemos estudar para este trabalho existe de facto uma intenção de dotar a UE com uma capacidade de defesa e segurança completamente autónoma e resiliente, inovadora e capaz de responder a qualquer cenário, tendo como objetivo a segurança dos seus cidadãos e das suas fronteiras. Não agir agora pode aumentar o nosso atraso nesta matéria, tornando-nos mais dependentes para a nossa segurança e defesa, podendo trazer dissabores nefastos no futuro.

“As ameaças estão a aumentar e o custo da inação é evidente. A Bússola Estratégica é um guia de ação. Define uma via a seguir ambiciosa para a nossa política de segurança e defesa ao longo da próxima década e ajudar-nos-á a assumir as nossas responsabilidades em matéria de segurança perante os nossos cidadãos e o resto do mundo. Se não agora, então quando?”¹⁶⁷

No final deste capítulo, podemos concluir que, sendo o CEDN um documento que define o posicionamento estratégico português em matéria de defesa e segurança, e por entendermos que Portugal tem, caso assim o entenda, um papel preponderante na Política Externa Europeia, devido sobretudo à posição geoestratégica do seu território no Atlântico Norte, os Açores, este documento é muito importante para o futuro do país e para a nossa política de defesa, por forma a podermos determinar que país queremos ter, em relação à segurança e defesa, e que papel queremos desempenhar nas instituições internacionais, nomeadamente na UE.

“Assegurar a Portugal um papel de destaque no palco internacional, procurar antever as principais ameaças ao Interesse Nacional em todos os horizontes temporais e fortalecer, progressivamente, o Estado, instituições e sociedade para uma resposta adequada no combate a essas ameaças externas ou internas. Além disso, é imprescindível maximizar o nosso potencial, canalizando os esforços nacionais para atingir metas realistas, alinhadas com os recursos disponíveis.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ BORRELL, J. - Uma Bússola Estratégica para reforçar a segurança e a defesa da UE ao longo da próxima década; 2022; consultado em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/03/21/a-strategic-compass-for-a-stronger-eu-security-and-defence-in-the-next-decade/>

¹⁶⁸ MONTEIRO, A. - Conceitos, Planos e Estratégias. Mas falta a Estratégia Nacional; 2024; consultado em: <https://eurodefense.pt/conceitos-planos-e-estrategias-mas-falta-a-estrategia-nacional/>

As constantes transformações geoestratégicas e geopolíticas tornam necessário que o CEDN tenha uma atualidade constante sendo uma ferramenta necessária para a “adaptação de defesa nacional às principais transformações no ambiente geoestratégico.”¹⁶⁹

Ao prepararmos este capítulo definimos uma pergunta de partida - Que papel desempenham, ou podem desempenhar, as ilhas açorianas nos fundamentos desta estratégia de segurança e defesa nacional, num mundo onde, a cada dia que passa, as ameaças são mais diversas e surgem de onde menos se espera?

A resposta a esta pergunta é, em nosso entender, e de acordo com os documentos estudados, nomeadamente o documento de enquadramento estratégico Portugal 2030, mas também o CEDN, o seu ciclo de revisão, e a BE, de simples resposta.

O Arquipélago dos Açores, Portugal, tem um papel muito importante para desempenhar na Política Externa Europeia, em matéria de segurança e defesa.

“O posicionamento geográfico das duas Regiões Autónomas que potenciam de forma muito vincada a dimensão atlântica do país, designadamente no contexto do Atlântico Norte, com um valor geoestratégico sempre atual, que se evidencia num potencial ao nível da exploração científica e económica, no domínio marítimo e do espaço.”¹⁷⁰

Contudo este papel não está a ser aproveitado, muito devido ao facto da estratégia atual não ter o Atlântico em linha de conta, pelo menos até ao momento.

Concluimos ainda que garantir a segurança e a defesa, fortalecendo a autonomia estratégica nos domínios cruciais que determinam a competitividade europeia à escala global, são objetivos que, para serem concretizados, devem ter em linha de conta uma estratégia que englobe as ilhas açorianas nos seus fundamentos, assim como uma integração delas na Política Externa Europeia.

¹⁶⁹ CEDN – Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – 2022-2023; consultado em: https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf

¹⁷⁰ República Portuguesa - Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico; 2020; consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEAKBRcpAUAAAA%3D>

Existem, contudo, contra-argumentos em relação à conclusão de que os Açores são muito importantes, fundamentais até, para a Política Externa Europeia, e para a sua segurança, que entendemos ser importante referir, pois valorizam o debate.

A evolução tecnológica e a globalização diminuem a importância da geografia. Este facto é algo muitas vezes referido para retirar importância aos Açores. Um exemplo desta evolução são os aviões que têm cada vez mais autonomia, o que implica menos escalas para reabastecimentos. “Se a geografia era considerada fator crucial e medidor primeiro do poder nacional de um Estado, a mesma viu reduzida sua importância no decorrer do tempo.”¹⁷¹

Um outro contra-argumento é a localização de uma base militar, sob influência externa, na Região, o que pode limitar a autonomia estratégica da mesma. A utilização da Base das Lajes é vista como subordinada aos interesses dos EUA, “este colete de forças (...) só com os EUA ... não tem permitido abrir o leque das potencialidades da posição geoestratégica.”¹⁷²

É ainda referido que a “extensão e dispersão do arquipélago levantam dificuldades ... em coesão interna, de ligação entre ilhas, e entre estas e o continente”¹⁷³, o que, do ponto de vista logístico e operacional pode ser uma dificuldade.

Apesar de tudo isto, entendemos que, a geografia continua a ser um dos fatores determinantes nas relações internacionais e na definição do poder. “*Geography is the backdrop to human history itself*”¹⁷⁴

É também nossa conclusão, que, ao longo dos documentos analisados para este trabalho o Atlântico nunca foi referido como um território de relevado interesse para a UE, e aqui entendemos relevado interesse pelo facto de não haver uma estratégia definida para este território, nomeadamente para o Atlântico Norte.

¹⁷¹ MIYAMOTO, S., GEOPOLÍTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS1, ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Política e Geopolítica, 2014. p.11-32, consultado em: <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/2349/1341>

¹⁷² VENTURA, A., Base das Lajes. “Quem ganha sempre são os Estados Unidos”, Jornal i, 2018, consultado em: <https://ionline.sapo.pt/2018/03/16/base-das-lajes-quem-ganha-sempre-sao-os-estados-unidos/>

¹⁷³ FERREIRA, J., Os Espaços Estratégicos de Interesse para Portugal (I Parte), consultado em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/633>

¹⁷⁴ KAPLAN, R. D., *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*, New York: Random House, 2012, p. 28

É, ainda, do nosso entendimento que as tensões geopolíticas atuais deveriam fazer pensar a UE sobre o que pretendem para o Atlântico Norte e como o querem gerir, nomeadamente como fronteira com a América e como ponto de passagem das principais rotas comerciais, local onde se situam os cabos submarinos responsáveis por assegurar a maior parte das comunicações globais e, não menos importante, o ponto de ligação entre o Ártico e o Atlântico que revolucionará os transportes marítimos como os conhecemos.

“Portugal tem sob sua jurisdição cerca de 50 % das massas de águas marinhas do mar pan-europeu e cerca de 50 % dos respetivos solos e subsolos marinhos. Com uma localização estratégica privilegiada na interseção das principais rotas mundiais Norte/Sul Este/Oeste, essa posição sai reforçada com o alargamento e aprofundamento do Canal do Panamá, que em 2025 se estima, num cenário moderado, venha a atingir 192,5 milhões de toneladas de carga contentorizada transportada e que num cenário otimista poderá atingir 205,2 milhões de carga contentorizada. No entanto, esta vantagem não é suficiente para dar resposta aos desafios e oportunidades que hoje se colocam aos portos comerciais do continente.”¹⁷⁵

Todas as referências efetuadas ao Atlântico, no CEDN, na Política Externa da UE e na BE, têm por base a relação Transatlântica e no âmbito da OTAN, o que nos parece manifestamente pouco para um território que contém muitas potencialidades e é fundamental para a segurança de Portugal e da UE, isto apesar de já haver um pensamento que reclama maior autonomia, em matéria de defesa.

Concordamos que assim possa ser, até porque concordamos com os princípios e valores da Aliança Atlântica, mas as mais recentes declarações dos líderes dos EUA deveriam fazer refletir a UE sobre o futuro da OTAN, e até, sobre o que pode acontecer em caso de desintegração da mesma.

“Donald Trump Ameaçou a Dinamarca, sugerindo a apropriação da Gronelândia; defendeu a anexação das províncias inglesas do Canadá pelos Estados Unidos; e a necessidade de Washington controlar o Canal do Panamá. O que explica o imperialismo de Trump a dois países da NATO e a um país vizinho na América Central? (...) Para Trump o acesso ao Ártico e o controlo da Gronelândia e do Canal do Panamá são necessários para os Estados Unidos conseguirem dominar linhas de comunicação

¹⁷⁵ República Portuguesa - Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico; 2020; consultado em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEakBRcpAUAAAA%3D>

marítimas e centros geográficos de recursos na sua competição com a China e a Rússia. Ficarão os Açores excluídos desta visão de Trump?”¹⁷⁶

Apesar da política externa da UE não ter, em nossa opinião, uma vertente atlântica, existem sinais de que isto pode mudar, desde logo pelas ameaças de Donald Trump ao euroatlantismo, e à própria existência da OTAN.

Caso este cenário se concretize, podemos concluir a efetiva importância dos Açores neste possível novo contexto mundial, uma vez que “a importância geoestratégica dos Açores depende muito da conjuntura mundial (...) os Açores tendem a ser importantes nos momentos que há desintegração internacional, em que há tensão.”¹⁷⁷

¹⁷⁶ MONJARDINO, M. – Estamos a assistir ao fim do Euroatlantismo, Expresso, N.º 2724, 10 de janeiro de 2025, p. 26

¹⁷⁷ MONJARDINO, M. - A nova ordem mundial do “imprevisível” Donald Trump, Açoriano Oriental, N.º 22508, Domingo 19 de janeiro de 2025, p. 2

Capítulo V

Estudo do Caso - Importância geopolítica e geoestratégica dos Açores

O arquipélago dos Açores constitui, em nossa opinião, um espaço de inegável relevância no contexto geopolítico e geoestratégico do Atlântico Norte.

A sua localização privilegiada, entre a Europa, a América e a África, confere-lhe um papel de relevada importância nas relações internacionais, foi assim no passado, entendemos ser assim no presente, e será assim no futuro, é a nossa convicção.

Desde a época dos Descobrimentos, em que serviu como ponto de apoio às rotas marítimas, até ao papel desempenhado nas duas grandes Guerras do século XX, com relevada importância durante a Segunda Guerra Mundial, e a Guerra Fria, os Açores têm sido palco de interesses estratégicos de diferentes potências ao longo dos anos.

Ao longo do século XX, como já foi abordado, Portugal foi chamado a colaborar, concedendo facilidades aos EUA na I Guerra Mundial e depois já durante a II Guerra Mundial ao conceder o acesso dos americanos à Ilha de Santa Maria, construindo estes aí a sua primeira Base aérea nos Açores.

Os EUA perceberam que teriam de incluir o Atlântico na sua estratégia por forma a projetar a sua força militar e assim conter o expansionismo soviético, sendo os Açores fundamentais.

Foi este interesse dos EUA nos Açores que levou Portugal a receber um convite para ser “membro fundador da Aliança Atlântica”.¹⁷⁸

Nos dias de hoje, a sua importância mantém-se e, em nosso entender, até é reforçada. Num contexto mundial marcado por novos desafios ao nível da segurança, pela crescente centralidade do Atlântico, enquanto espaço de circulação de pessoas, bens e recursos energéticos, e pela necessidade de vigilância face a ameaças transnacionais.

¹⁷⁸ ANDRADE, L. - Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico, p. 107

A presença da OTAN e a utilização da Base das Lajes demonstram ainda a importância militar, e diplomática, deste arquipélago, enquanto a valorização da economia do mar, a monitorização ambiental e as políticas de defesa futuras, aqui com principal foco para a PESC, apontam para um aumento da sua importância estratégica.

O objetivo deste capítulo será o de compreender a importância geopolítica e geoestratégica dos Açores, não apenas analisando aquela que foi a sua função histórica, mas também analisar, identificar, reconhecer e valorizar a forma como o arquipélago se insere nas atuais lógicas de segurança, defesa e cooperação internacional.

Para cumprir este objetivo, para além da pesquisa bibliográfica, efetuamos algumas entrevistas. Estas entrevistas foram conduzidas junto de informantes privilegiados e/ou especialistas que assumiram ou assumem cargos de relevância académica e política, de forma a recolher testemunhos e interpretações fundamentadas na experiência e no conhecimento direto dos fenómenos em causa. Iremos proceder à análise das entrevistas realizadas, procurando compreender as perspetivas e contributos dos participantes relativamente ao tema em estudo.

Paralelamente, vamos articular a pesquisa bibliográfica com a pesquisa qualitativa. A junção destas abordagens visa garantir uma compreensão mais ampla e aprofundada do tema em estudo, permitindo integrar a reflexão teórica com as evidências empíricas obtidas.

Açores 2.0

A “política externa portuguesa tem sido caracterizada por ser euro-atlântica”.¹⁷⁹ É assim desde o 25 de Abril de 1974.

Quer isto dizer que, apesar de Portugal fazer parte da UE, a sua dimensão atlântica será sempre tida em conta, devido aos seus dois arquipélagos atlânticos, “geograficamente é um país arquipelágico, assente no “triângulo estratégico nacional” continente-Açores-Madeira”,¹⁸⁰ o que lhe confere uma dimensão importante neste território e uma atenção especial à relação Euro-Atlântica.

Neste caso o Arquipélago dos Açores confere a Portugal esta importância devido à sua localização geográfica e estratégica, e no futuro, com a confirmação da extensão da plataforma continental de

¹⁷⁹ ANDRADE, L. - Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico, p. 35.

¹⁸⁰ PALMEIRA, J. – O mar na geopolítica de Portugal - https://impactum-journals.uc.pt/biblos/article/view/2_5/4423

Portugal, “essencialmente por conta da localização da RAA e da geomorfologia dos fundos marinhos que lhe são adjacentes, da natureza geológica e geofísica dos mesmos”.¹⁸¹ Esta importância tenderá a aumentar.

“O poder internacional português é exclusivamente funcional; o seu ponto crítico, por razões exógenas em cuja definição não tem influência a soberania portuguesa, está nos arquipélagos do Atlântico;”¹⁸²

Esta situação geográfica atribui a este território, em nosso entender, uma relevância geopolítica ímpar devido à sua centralidade no Atlântico.

“Pela sua posição, o “mar português” é, simultaneamente, fronteira e ponte entre os continentes europeu, americano e africano, o que lhe atribui particular relevância geopolítica. Daqui resulta que o nosso poder funcional, no que diz respeito às Relações Internacionais.”¹⁸³

Nos dias de hoje, num mundo onde a geopolítica marítima ganha preponderância, os Açores apresentam-se para Portugal e para a UE como um importante ativo geopolítico. A atenção para com os Oceanos é cada vez maior, quer em termos económicos, quer em termos científicos.

A UE, e não só, tem-se empenhado no desenvolvimento de estudos com o intuito de conhecer melhor as potencialidades que os recursos marinhos podem oferecer, com especial atenção para as energias renováveis, recursos minerais e biotecnologia, tentando desenvolver assim uma economia azul sustentável.

“Os oceanos estão a receber cada vez mais atenção, seja na economia, quando junto ao mar se concentra cerca de 95% do comércio mundial, onde a União Europeia mostra um empenho crescente em desenvolver a economia azul, seja na ciência, ao percebermos que ainda conhecemos muito pouco dos oceanos e que os recursos e as potencialidades são enormes para o desenvolvimento da vida humana no planeta.”¹⁸⁴

¹⁸¹ VAZ, N. M. - A Extensão da Plataforma Continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores, p. 77.

¹⁸² MOREIRA, A. – Poder Funcional – poder errático. Nação e Defesa, 12, p. 23

¹⁸³ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/155/106>

¹⁸⁴ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/155/106>

Há, contudo, que ter em conta os enormes desafios desta exploração marítima. Por vezes a forma errática como exploramos os recursos naturais pode colocar em causa a sustentabilidade dos mesmos.

Os Açores quer do ponto de vista económico, economia azul, quer do ponto de vista científico, devido à sua vasta dimensão marítima, mas ainda do ponto de vista securitário, é um território com uma preponderância enorme para Portugal e para a UE, no âmbito das relações internacionais, no futuro.

“Os problemas decorrentes da poluição, da sobre pesca, mas também do tráfico internacional de droga, da pirataria, da segurança, entre outros impõem um grande esforço de articulação na governação dos oceanos. Toda esta problemática aliada à crescente imprevisibilidade das relações internacionais, numa conjuntura internacional rapidamente mutável, requer ao nível da política novas configurações geoestratégicas a vários níveis.”¹⁸⁵

A relação transatlântica tem vários desafios que consideramos importante enumerar, desde logo a enorme peculiaridade de todos os Estados que constituem a bacia atlântica, sem esquecer as dificuldades globais que nos afetam também.

“Os principais desafios das relações transatlânticas relacionam-se com a especificidade da bacia atlântica, mas também com os desafios globais, como as alterações climáticas e o papel que a ciência e a tecnologia poderão desempenhar na salvaguarda de habitats, incluindo os humanos, como também ao nível da segurança e defesa, onde a NATO assume um papel fundamental, para a estabilidade e progresso das comunidades da bacia atlântica.”¹⁸⁶

No que à ciência diz respeito, queremos destacar a implementação na RAA do *AIR Center*.

O *AIR Center*, que conta atualmente com 21 países signatários, da Europa, África e América, tem como principal objetivo o reforço do diálogo político, a investigação, a produção de conhecimento e a capacitação para a segurança no Atlântico. - “*promote the voice of the Atlantic by the fair cooperation between national and regional organizations that share a common commitment to the Ocean and to their communities*”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpep.pt/index.php/rpep/article/view/155/106>

¹⁸⁶ Ibidem

¹⁸⁷ AIR CENTER; <https://www.aircentre.org/about-us/>

Este centro resulta do acordo para o reforço da cooperação científica e tecnológica entre Portugal e os EUA, surgindo a criação de uma agência de investigação internacional, sediada nos Açores, direcionada para as áreas do espaço, oceano, atmosfera/clima, energia e dados. Considerando o potencial dos Açores em algumas destas matérias, assim como o seu posicionamento geoestratégico, foi entendido que a sede seria neste arquipélago.

A importância desta estrutura foi também defendida pela ex-Ministra da Defesa, maio de 2023, quando afirmou que ao existir o reforço das infraestruturas da Base das Lajes, este era o "indicador da relevância estratégica dos Açores"¹⁸⁸, não só para o centro do atlântico, mas também para a projeção externa de Portugal.

“Os Açores têm para o *Atlantic Center* [Centro do Atlântico] uma importância enorme. É o lugar onde pretendemos desenvolver o próprio Centro do Atlântico, mas é, de facto, um lugar que tem uma importância estratégica crescente no mundo, porque a sua posição no Atlântico lhe confere essa relevância”¹⁸⁹

Esta importância deve-se, como já referido anteriormente, à dispersão geográfica dos Açores, e à dimensão que esta dispersão atribui a Portugal.

Entendemos ser importante referenciar alguns exemplos de projetos que estão a ser desenvolvidos no Atlântico que, do ponto de vista científico, económico e securitário, demonstram a importância deste território.

O **New Space Portugal**, liderado pela GEOSAT, é um consórcio que reúne 38 entidades, com o objetivo de conceber, desenvolver, produzir e lançar satélites de Observação da Terra, colocando Portugal na vanguarda dos mercados globais. Até 2025, a *New Space Portugal* irá disponibilizar satélites de Observação da Terra de Muito Alta Resolução com revisitação diária, 3 satélites; contribuir para a Constelação do Atlântico com 8 satélites para revisitas frequentes; 3 Satélites SAR – Radar de Abertura Sintética; e 10 satélites *AIS/VDES – VHF Data Exchange System*. Este projeto demonstra a centralidade dos Açores na exploração do Espaço.

¹⁸⁸ OBSERVADOR - <https://observador.pt/2023/05/12/ministra-da-defesa-destaca-papel-dos-aco-res-no-centro-do-atlantico-e-na-projecao-de-portugal/>

¹⁸⁹ Ibidem

Ainda no domínio espacial relevamos a importância da ilha de Santa Maria, onde está a ser construído um porto espacial, onde “os primeiros lançamentos suborbitais já estão previstos para o próximo ano, e espera-se que desempenhe um papel relevante na autonomia e resiliência da Europa no acesso ao Espaço.”¹⁹⁰

“O objetivo é promover as capacidades e o potencial de Portugal, através da sua centralidade atlântica, como uma plataforma europeia de missões de retorno e de acesso ao espaço, alavancando a posição geográfica estratégica do arquipélago dos Açores e, a partir daí, as condições institucionais e técnicas para que o país possa desempenhar um papel relevante na nova economia espacial europeia”.¹⁹¹

Outro investimento, interessante, que valoriza a posição estratégica dos Açores é a pista de drones na ilha do Faial. Esta pista, com uma extensão de 300 metros por 20 metros de largura, será construída brevemente “podendo as primeiras aeronaves não-tripuladas levantar voo ainda este ano”¹⁹². Este projeto é apenas possível porque nos Açores se situará, aguarda apenas o processo de regulamentação, uma Zona Livre Tecnológica (ZLT), com 153 mil quilómetros quadrados, “a maior existente na Europa e sem comparação com qualquer existente nos Estados Unidos da América.”¹⁹³ A ZLT é mais uma prova de investimento e inovação possível graças à posição geoestratégica dos Açores.

Os Açores são considerados o sítio ideal, pois são centrais na ligação Europa-América e a sua área por ser muito vasta pode “testar todo o tipo de tecnologia, em três camadas diferentes: espaço aéreo, marítimo de superfície e subsuperfície.”¹⁹⁴

Tendo em consideração o panorama atual, Guerra Rússia-Ucrânia, Guerra Israel-Palestina, tensão entre EUA e China, nomeadamente sobre Taiwan, o desenvolvimento deste tipo de tecnologia é considerado de extrema importância.

Entendemos fazer ainda uma pequena referência à Economia Azul, *Blue Economy*, “conceito que traduz a abordagem holística e integrada das áreas de atuação necessárias para, em simultâneo, fo-

¹⁹⁰ SAPO - <https://sapo.pt/artigo/esta-a-nascer-um-porto-espacial-nos-aco-res-portugal-prepara-se-para-novas-orbitas-em-santa-maria-68d19b961e3513edd7f7d517>

¹⁹¹ OBSERVADOR - <https://observador.pt/2025/08/20/licenciamento-do-porto-espacial-de-santa-maria-promove-potencial-do-pais-diz-governo/>

¹⁹² AÇORIANO ORIENTAL – Pista de drones no Faial prestes a ser adjudicada – 9 julh0 2024, p. 3

¹⁹³ Ibidem

¹⁹⁴ Ibidem

mentar o crescimento económico e garantir o futuro sustentável dos oceanos, ameaçado pelos impactos da sobrepesca, da poluição e das mudanças climáticas, nos ecossistemas marinhos e nas comunidades deles dependentes.”¹⁹⁵

Se olharmos para as principais áreas de atuação desta economia, conservação da biodiversidade marinha, gestão responsável da pesca, aquacultura sustentável, energia renovável, turismo sustentável, investigação, inovação e formação para impulsionar economias locais a conservar os ecossistemas marinhos e a governança eficaz dos oceanos, veremos que todos estes pontos tem uma relação muito forte com o território dos Açores, o que nos pode colocar deste logo na liderança destes temas.

Parece-nos o momento certo para ressaltar um ponto que nos parece importante, a extensão da plataforma continental de Portugal, que, quando concluída e aceite, tornará Portugal um país com uma dimensão extraordinária o que lhe trará muitos benefícios, alguns a médio longo prazo, e uma posição de negociação em várias áreas muito superior. Esta extensão é “essencialmente por conta da localização da RAA e da geomorfologia dos fundos marinhos que lhe são adjacentes, da natureza geológica e geofísica dos mesmos”.¹⁹⁶

Esta referência é ainda importante tendo em conta o pensamento de *Alfred Thayer Mahan*.

“*Mahan* entendia que o poder naval era, não apenas mais importante do que o poder continental na luta pelo domínio internacional, mas também menos ameaçador para a estabilidade mundial. (...) O controlo dos mares é que era essencial para que um Estado pudesse ter um papel de relevo nas Relações Internacionais”.¹⁹⁷

A extensão da Plataforma Continental portuguesa colocará a Portugal, e claro aos Açores, enormes desafios económicos, culturais, ambientais e políticos. Pelo que analisamos, a questão da soberania e o acesso aos recursos do fundo marinho, desta grande plataforma, serão os grandes desafios que se colocarão.

“O grande desafio que se coloca ao país de garantir que, ao abrigo das convenções das Nações Unidas, os portugueses e Portugal possam ter acesso a recursos valiosíssimos que se encontram na extensão da

¹⁹⁵ RIBEIRO, Almirante Silva. - A Economia azul e os Açores - <https://correiodosacores.pt/2024/03/20/a-economia-azul-e-os-acores/>

¹⁹⁶ VAZ, N. M. - A Extensão da Plataforma Continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores, p. 77.

¹⁹⁷ ANDRADE, L. - Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte, p. 29.

plataforma continental portuguesa, onde os Açores pela sua posição geográfica e configuração geomorfológica do território do fundo têm, evidentemente, a possibilidade de aceder a recursos muito importantes.”¹⁹⁸

Contudo, e apesar dos desafios que evidentemente serão colocados, emendemos que também trará benefícios e aumentará a perceção da importância deste território. Portugal terá de se desenvolver para que possa ter acesso ao seu fundo marinho.

Este desenvolvimento científico, industrial e até político, pois os nossos políticos terão de ser mais astutos, mais negociadores e menos limitados na sua forma de fazer política, trará ao país uma melhor economia, mais robusta e diversificada, e uma posição única perante os seus pares, desde logo na UE.

Trará ainda uma interação entre os vários sectores da sociedade e as suas academias, para formar pessoas capazes de aproveitar estes recursos, ou seja, os benefícios vão fazer com que Portugal, e os Açores, voltem a ver no Mar o seu território de eleição para a sua nova afirmação no mundo.

“Temos utilizado o mar de uma forma geral. A humanidade tem usado o mar com duas finalidades fundamentais: uma de navegação, de transporte de pessoas e bens e a outra tem a ver com a captação de recursos vivos. Aquilo que a extensão da plataforma continental vai proporcionar é a extracção de recursos inertes, que estão no fundo do mar. Este objectivo lança um desafio científico fundamental, que é ter capacidade para saber o que existe no fundo do mar. Este é o primeiro ponto. O segundo tem a ver com a capacidade de aceder a esses recursos e isto exige tecnologias que o país precisa de desenvolver.”¹⁹⁹

Tendo em consideração o que estudamos, e analisamos para este trabalho, do ponto de vista económico, os “recursos minerais e biológicos que vierem a ser identificados na plataforma continental de Portugal poderão, no futuro, existindo a tecnologia adequada, ser economicamente viáveis para comercialização”²⁰⁰, o que quer dizer que o controlo dos mares e dos seus recursos serão, também, preponderantes num futuro próximo e vão colocar os Açores, na linha da frente da política externa de

¹⁹⁸ RIBEIRO, Almirante Silva. - A ampliação da Plataforma Continental dá aos Açores acesso a recursos valiosos no fundo do mar, diz Almirante Silva Ribeiro, antigo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas - <https://correiodosaco-res.pt/2023/12/28/a-ampliacao-da-plataforma-continental-da-aos-acores-acesso-a-recursos-valiosos-no-fundo-do-mar-diz-almirante-silva-ribeiro-antigo-chefe-do-estado-maior-das-forcas-armadas/>

¹⁹⁹ Ibidem

²⁰⁰ VITORINO, Ana Paula - Ministra do Mar em entrevista ao Jornal Económico - <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/extensao-da-plataforma-continental-vai-estar-fechada-ate-2021-345332>

Portugal, e da Europa, não só em relação à sua posição geoestratégica, no que concerne à defesa, mas também devido a questões económicas e científicas.

Todavia esta exploração não está isenta de riscos, de tal forma que existem recomendações para a existência de moratórias à exploração mineira no fundo do mar, como forma de protegermos estes ecossistemas. “A importância de proteger esses ecossistemas é clara, especialmente quando consideramos os efeitos da dispersão dos sedimentos, a diversidade da vida marinha e o equilíbrio delicado do ecossistema”²⁰¹ Num tema tão relevante, destacamos a importância que a Universidade dos Açores terá nos estudos científicos destes ecossistemas, de modo que possamos compreender como tirar partido dos mesmos, causando o mínimo impacto possível. “O mar profundo é vital para o futuro do nosso planeta, regulando o clima e nutrindo formas de vida extraordinárias. Porém, este ecossistema vulnerável enfrenta enormes desafios à medida que a demanda por novos recursos continua a crescer.”²⁰²

Entretanto estes riscos de exploração já se encontram a ser debatidos ao nível político. A Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprovou, através da Resolução n.º 23/2023/A, de 23 de maio, uma moratória à mineração, até 1 de janeiro de 2050, havendo inclusive um ponto onde se prevê que cinco anos antes do termo da moratória, esta possa ser reavaliada quanto ao seu possível prolongamento. Esta resolução, em nossa opinião, não só demonstra a importância que o mar tem para os Açores, mas também destaca que os açorianos querem, e devem, ter uma palavra a dizer sobre a exploração do seu espaço marinho.

“O crescente interesse económico e geopolítico na mineração dos fundos marinhos representa um desafio à governação do mar dos Açores, com reflexos na gestão, conservação e exploração de recursos, ao qual a Região tem, obrigatoriamente, de estar atenta e agir em conformidade, no sentido de salvaguardar os ecossistemas e habitats do fundo e subsolo, coluna e superfície da água, da Zona Económica Exclusiva (ZEE) e da plataforma continental, bem como as atividades marítimas pré-existent e de grande relevância socioeconómica regional.”²⁰³

²⁰¹ SANTOS, R. - Comissão científica co-coordenada por Ricardo Serrão Santos recomenda moratória - <https://www.oceanos.uac.pt/post-159>

²⁰² OKEANOS - Descubra os enigmas do mar profundo com o Minuto Azul Escuro. - <https://www.oceanos.uac.pt/post-60>

²⁰³ Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2023/A, de 23 de maio. - <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-legislativa-regiao-autonoma-aco/23-2023-213345454>

Apesar de tudo isto, as Organizações Não Governamentais do Ambiente (ONGA) alertam para o facto de que “o Governo Regional e o Governo da República não fecham a porta à mineração em mar profundo, antecipando eventuais interesses e escudando-se nas omissões legais atuais.”²⁰⁴ Será um tema certamente a acompanhar com atenção, tendo em conta o mar dos Açores é um ativo geopolítico importante para Portugal e para a UE.

Do ponto de vista securitário, é nosso entendimento que os Açores mantêm intacta toda a sua importância, pois no novo século surgiram novas ameaças e novas funcionalidades e oportunidades, quem sabe se estas ainda mais importantes.

Em 2001, após os ataques terroristas aos EUA, o mundo percebeu que não estava a salvo. Foi no seguimento destes ataques, e da consequente Guerra ao Terror, que mais uma vez os Açores voltaram a ser o centro da política externa portuguesa, e de alguns países europeus, recebendo em 2003 a Cimeira das Lajes, precedendo a invasão do Iraque. Era o ressurgir da importância geoestratégica da Base das Lajes, agora como centro de decisão, simbólico, para o que viria a seguir na Guerra ao Terror.

Através do que é referido acima entendemos, uma vez mais, que os Açores tiveram, tem e terão, uma importância na relação transatlântica e nos desafios que esta relação tem a enfrentar no futuro.

“O Arquipélago dos Açores, independentemente das conjunturas geopolíticas e geoestratégicas, manter-se-á um ponto muito importante no que diz respeito, não apenas à defesa, mas também à segurança de um espaço atlântico que foi, é e continuará a ser extremamente relevante para a Europa, para os Estados Unidos da América e para todo o Atlântico Sul.”²⁰⁵

Esta relevância tem ainda mais destaque se tivermos em consideração que “uma nova realidade estratégica (e tecnológica), que envolve EUA, China e Rússia numa disputa pelo controlo do espaço geoestratégico dos Açores e do Atlântico em geral”²⁰⁶ faz reacender juntos dos militares norte-americanos a importância da Base das Lajes como uma das principais infraestruturas dos EUA fora do seu território.

²⁰⁴ EXPRESSO - Plano de ordenamento dos Açores mantém possibilidade de mineração em mar profundo, alertam organizações ambientalistas. <https://expresso.pt/sociedade/2024-07-27-plano-de-ordenamento-dos-acores-mantem-possibilidade-de-mineracao-em-mar-profundo-alertam-organizacoes-ambientalistas-64a03ae8>

²⁰⁵ ANDRADE, L. - Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico, p. 14

²⁰⁶ MENDES, A. – O Regresso da Base das Lajes, Diário de Notícias

Ou seja, agora, como no passado, a Base das Lajes tem para os americanos uma importância chave não só pela sua capacidade de projecção de força, mas também pelo facto de a base controlar:

“o sistema de comunicação de ondas curtas de longo alcance para a missão de Comando, Controlo e Comunicações Nucleares da Força Aérea, auxilia na retransmissão de comunicações que dá cobertura através de satélite ao *Mid-Atlantic Gap*, protegendo e ampliando o alcance operacional para EUA e países aliados, além de armazenar cerca de metade (48 por cento) da capacidade de combustível que a US Air Force mantém na Europa.”²⁰⁷

Dos documentos analisados consideramos ser correto afirmar que, os militares norte americanos entendem que o espaço geográfico dos Açores é muito importante para a estratégia de controlo do poder mundial, até porque este poder pode vir a ser disputado no espaço exterior, sideral.

“É prevista uma disputa do espaço num futuro não muito distante, envolvendo a China e os EUA, mas também a Rússia, sobretudo face à capacidade de penetração de uma nova classe de submarinos oceânicos de ataque”²⁰⁸

São os militares que junto da administração americana reforçam isso mesmo.

*“Maintain an American Presence: Although the relevance of the Azores rises and falls as technology and geopolitics change, America is well advised to retain a presence, preferably an exclusive presence, there in anticipation of the inevitable times ahead where the relevance of the islands spike again.”*²⁰⁹.

Esta posição contrasta com a posição dos sucessivos Governos portugueses que não tem sabido afirmar a importância do espaço geográfico da RAA. Prova disso é o facto de o acordo de utilização da Base das Lajes pelos americanos ser de 1995, sem ter sido renegociado até aos dias de hoje. No passado Portugal soube tirar partido da posição estratégica das ilhas açorianas, algo que hoje parece longe de acontecer.

O Atlântico Sul deve ser tido também em conta como parte da afirmação de Portugal na Europa pois “é um espaço geopolítico que se reveste para Portugal de especial relevância, uma vez que, entre muitos outros aspectos, a nossa língua é falada nas suas duas margens”.²¹⁰

²⁰⁷ MENDES, A. – O Regresso da Base das Lajes, Diário de Notícias

²⁰⁸ Ibidem

²⁰⁹ LITTLETON, S. - THE STRATEGIC SIGNIFICANCE OF THE AZORES, p.36

²¹⁰ ANDRADE, L. - Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte, p. 88

É importante perceber como pode Portugal capitalizar essa oportunidade e ser o elemento de ligação entre o Atlântico Norte e o Sul, ainda para mais quando vemos um investimento cada vez mais forte de potências “hostis” no continente africano, como é o caso da China e da Rússia, o que pode ser uma ameaça à segurança do Atlântico Norte num médio prazo.

Ao falarmos de segurança, é nossa opinião que os Açores, assim como outras RUP da UE, podem desempenhar num futuro próximo um papel fundamental no combate ao crime organizado e a ameaças tais como a pirataria mundial e o terrorismo internacional.

“O combate às ameaças securitárias tradicionais é apenas uma das problemáticas nas quais as RUP podem ser uma mais-valia para a UE e para a NATO. A ascensão e o surgimento de outros tipos de constrangimentos à segurança global, tais como a pirataria e o terrorismo internacional, trazem com elas a necessidade das grandes potências se adaptarem. Ao assumir a responsabilidade de contribuir para e de levar a cabo missões próprias de manutenção de paz e de apoio em países e zonas do Mundo afetadas por estes novos perigos, a UE tem a necessidade de possuir pontos estratégicos no globo a partir dos quais pode lançar, monitorizar e prestar apoio logístico a tais empreendimentos.”²¹¹

Há ainda a considerar a ameaça à segurança e à paz na Europa, novamente em risco, com o conflito Ucrânia - Rússia na ordem do dia. Isto leva-nos ao passado e às ameaças de guerra no continente europeu, o que iria ameaçar a vida e segurança dos aliados da OTAN.

Neste contexto entendemos que agora, tal como no passado, nunca fez tanto sentido voltar a introduzir a questão da importância do Açores para a UE, para a Europa, e para a relação transatlântica.

“Do ponto vista estratégico e militar o controlo do atlântico norte continua a ser muito importante, seja por força dos satélites, ou da presença física no espaço oceânico e terrestre. Os Açores continuam a ter importância “. ²¹²

As nossas ilhas são de facto o ponto estratégico, e logístico, ideal para garantir a projeção de poder em relação à ameaça da segurança do espaço europeu e atlântico, e ainda um ponto de defesa importante deste espaço.

²¹¹ FONSECA, H. C. - Política de Vizinhança para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia, p. 37

²¹² SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-acores-de-acordo-com-especialistas/>

“Mesmo considerando algumas recentes demonstrações de força por parte de Moscovo na Europa Ocidental, através do envio de bombardeiros de longa distância para zonas perto de espaço aéreo de alguns países da NATO, não seria correto dizer que, neste momento, a Rússia seja um rival capaz de igualar a Aliança Atlântica no Atlântico Norte. Contudo, e tal como sempre aconteceu ao longo da História, as ilhas são uma importante forma de garantir a capacidade de projeção de poder sobre uma determinada área. No caso do Atlântico Norte, os Açores ocupam a posição perfeita para tal.”²¹³

Não podemos esquecer também que a Europa tem vindo a desenvolver a sua Política Externa e de Segurança Comum (PESC), e isto é um ponto a favor de Portugal, e dos Açores, do ponto de vista geopolítico e também geoestratégico.

Em nosso entender os Açores, como território Atlântico e Europeu, serão muito importantes para esta PESC uma vez que é o ponto de interseção entre a América e a Europa, entre o Atlântico Sul e o Atlântico Norte e ainda é o local onde se interseitam grande parte das rotas marítimas e aéreas, tendo um papel importantíssimo a desempenhar na segurança europeia.

Esta localização privilegiada das ilhas açorianas, dá uma “importância estratégica” a Portugal.

“Estamos a assistir a uma transformação tecnológica muito rápida. O que sabemos é que o atlântico norte continua a ser muito importante. Sabemos que os Açores continuam a ser um espaço terrestre, de presença humana e política que dá a Portugal essa responsabilidade”²¹⁴

Entendemos também que os Açores terão o seu papel Euro-atlântico reforçado, pois existem situações que ao longo dos tempos não mudam, atribuindo a Portugal uma influência internacional importante.

“Quando tudo muda à nossa volta, e muitas coisas estão a mudar ao mesmo tempo, há duas coisas que não mudam. Uma porque já aconteceu, a outra porque é difícil de remover. Não muda a história, não muda a geografia. E a história e geografia são pilares essenciais da relação entre Portugal e os Estados Unidos e da relevância dos Açores nessa relação”.²¹⁵

²¹³ FONSECA, H. C. - Política de Vizinhança para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia, 51.

²¹⁴ SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-aco-res-de-acordo-com-especialistas/>

²¹⁵ PORTAS P. – Açoriano Oriental - <https://www.acorianooriental.pt/noticia/paulo-portas-defende-que-relacao-atlantica-da-influencia-internacional-a-portugal-371447>

Contudo estamos em crer que o nosso papel deve ser também europeu, uma vez que acreditarmos que uma PESC será fundamental para o futuro da Europa, para a paz neste continente e para a não dependência de terceiros no que à sua segurança diz respeito.

A importância dos Açores foi e é relevante para os EUA, de tal forma que nunca permitiram que outros ocupassem estas ilhas, mas não para a Europa que, em nosso entender, não percebeu ainda o valor deste território, preferindo centrar atenções no Leste europeu e não no Atlântico, dando como garantida a segurança deste espaço devido à proteção da OTAN.

Entendemos que os políticos portugueses devem afirmar esta importância, relevando esta posição atlântica, assumindo um papel de líderes no que à política atlântica e transatlântica diz respeito.

Portugal é um país europeu e atlântico, e deve saber utilizar a importância que o seu território lhe confere.

“A nossa política externa, independentemente das flutuações conjunturais, terá sempre de manter esta dupla dimensão e esta dupla dimensão assegurará sempre ao arquipélago dos Açores, na minha opinião, um papel central na definição da estratégia portuguesa e da sua política externa”²¹⁶

Com o avanço da PESC entendemos ser importante a instalação nos Açores de um posto avançado de segurança da Europa e do Atlântico Norte, relativamente ao crime organizado, narcotráfico, pirataria e demais ameaças que possam ter a sua origem na América do Sul ou no Golfo da Guiné.

“Cada vez mais compreendemos que os desafios que enfrentamos noutros lugares, como agora na Europa, não podem desligar-se daqueles que enfrentamos também aqui no Atlântico e noutras regiões do mundo, designadamente em África, e tivemos aqui hoje muitos parceiros africanos.”²¹⁷

Estas declarações de Helena Carreiras, ex-Ministra da Defesa, na ilha Terceira durante uma visita ao *AIR Center*, demonstram a importância dos Açores num contexto de manutenção de segurança e paz.

²¹⁶ SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-aco-es-de-acordo-com-especialistas/>

²¹⁷ CARREIRAS, H. - Ministra da Defesa destaca papel dos Açores no Centro do Atlântico e na projeção de Portugal - <https://observador.pt/2023/05/12/ministra-da-defesa-destaca-papel-dos-aco-es-no-centro-do-atlantico-e-na-projecao-de-portugal/>

Outro ponto que consideramos importante realçar, porque, em nosso entender, demonstra a importância dos Açores na segurança europeia, e até global, são os cabos submarinos, pois estes são muito importantes para as comunicações a nível mundial.

Os cabos submarinos são responsáveis por transportar maioria do tráfego de dados através dos oceanos, permitindo o acesso à internet, às telecomunicações e a transações financeiras em tempo real.

“Estes são responsáveis por aproximadamente 95% do tráfego de dados intercontinentais desempenhando um papel crucial na economia global, na segurança nacional e na vida quotidiana das sociedades. No entanto, neste mundo cada vez mais digital e global, em que a informação é um dos recursos mais valiosos e estratégicos, a importância destes cabos vai muito além das suas funções técnicas, posicionando-os como peças centrais na guerra da informação e nos alvos críticos a ciberataques.”²¹⁸

Nos dias de hoje, sobretudo devido ao enorme volume de dados existentes, há uma maior perceção da necessidade de proteção destes cabos, pois eles representam infraestruturas críticas para a nossa segurança e bem-estar.

“Devido ao grande volume de dados atual, há uma necessidade crescente para a sensibilização e maior consciencialização para a salvaguarda da segurança da informação (e a própria segurança nacional), enfatizando assim a importância crítica da segurança e da resiliência da infraestrutura de cabos submarinos. Portugal é um dos pontos principais de passagem da rede global de cabos submarinos, representa de forma inerente, um potencial de oportunidades a desenvolver ao nível tecnológico, e também ao nível dos desafios colocados à sua segurança nacional.”

Com tudo o que enumeramos acima, acreditamos que, também aqui, conseguimos provar a importância geopolítica e geoestratégica do território açoriano para a UE.

Esta importância é ainda acentuada quando falamos da relação transatlântica.

Apesar de ao longo dos últimos anos, 2008 a 2022, assistirmos a uma preferência pelo Oceano Pacífico em detrimento do Atlântico, e até do interesse no Ártico, concordamos que a relação Euro-atlântica continuará a ser importante, e que os Açores terão, como sempre tiveram, um papel crucial nesta relação.

²¹⁸ DINHEIRO VIVO - <https://dinheirovivo.dn.pt/cabos-submarinos-uma-responsabilidade-global-inclusive-de-portugal>

Bolieiro quer ver “potenciado o tratamento diferenciado das RUP e o peso que elas têm na valorização do próprio território e na projeção atlântica da União Europeia”, sendo que, com o ‘Brexit’, e a consequente saída do Reino Unido da União Europeia, os Açores “e a sua dimensão e projeção atlântica são ainda mais relevantes para a Europa e a sua valorização geoestratégica”.²¹⁹

É feita esta referência pois a mesma mostra que apesar das alterações que ocorreram, e ocorrem no quadro da política internacional, continua a existir por parte dos nossos governantes a convicção de que os Açores são importantes para a dimensão europeia no futuro.

Após o Brexit, a UE perde uma parte da sua dimensão atlântica, e será esta a altura de definirmos o que queremos do Atlântico.

Entendemos ter chegado o momento de Portugal assumir a sua posição de liderança neste território, por forma a contribuirmos de forma efetiva para a PESC, assim como nos tornarmos fundamentais na política externa da UE, principalmente no que diz respeito à relação com os EUA, com o Canadá e com o Reino Unido.

Entrevistas - análise

Espaço agora para a análise às entrevistas que realizamos para este trabalho.

Optamos por recorrer a entrevistas como método de investigação por entendermos que seriam a melhor forma de captar os sentimentos, as atitudes e entendimentos, de pessoas com conhecimento profundo sobre o tema, quer seja de uma perspetiva de cargo político, ou da perspetiva de investigador académico. *“Interviews provide information on understandings, opinions, what people remember doing, attitudes, feelings and the like.”*²²⁰

Através das entrevistas podemos obter dados qualitativos detalhados e contextualizados, que são mais difíceis de obter com a pesquisa bibliográfica, sobretudo porque nós, investigadores, podemos ter acesso a perceções, experiências, e interpretações dos entrevistados selecionados com base na sua

²¹⁹ AÇORIANO ORIENTAL - <https://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-dos-acores-quer-que-antonio-costa-valorize-a-ultraperiferia-320540>

²²⁰ MARSH, David; STOKER, Gerry (orgs.) – Theory and Methods in Political Science. 3.^a ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010, p. 258

experiência direta no caso em estudo. - *“They are often used by political scientists to study political behaviour inside and outside political institutions,”*²²¹

Além disso, este método qualitativo oferece a flexibilidade necessária para explorar temas complexos, captar nuances de opiniões e esclarecer ambiguidades, reforçando a validade e a profundidade da investigação, tornando a mesma mais rica e fundamentada. – *“Interviews conducted in-depth rather than through formal survey mechanisms tend to be exploratory and qualitative, concentrating on the distinctive features of situations and events, and upon the beliefs and personal experiences of individuals.”*²²²

Foi ainda importante para nós perceber, e avaliar, como podem os Açores, aos olhos dos entrevistados, contribuir para uma maior relevância de Portugal no panorama internacional, e como este território pode contribuir para o controlo de poder no Atlântico Norte.

As entrevistas foram realizadas de forma mista, por meio de perguntas, e respostas, enviadas por email, e ainda por recurso à recolha de respostas por áudio, em entrevistas realizadas presencialmente.

As perguntas que utilizamos para as entrevistas foram as seguintes:

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?
2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?
3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

²²¹ MARSH, David; STOKER, Gerry (orgs.) – *Theory and Methods in Political Science*. 3.^a ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010, p. 258

²²² Ibidem

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?
5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?
6. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema?

Realizamos 7 entrevistas, nomeadamente ao Presidente da Assembleia Regional da RAA, aos antigos Presidentes do Governo Regional dos Açores Mota Amaral, Carlos César, Vasco Cordeiro, ao ex-Reitor da Universidade dos Açores, e deputado europeu entre 1986 a 1994, Vasco Garcia, ao Professor Luis Andrade e ao Professor Tomé Ribeiro Gomes.

Os entrevistados foram selecionados com base na sua experiência, conhecimento especializado e relevância face à temática da investigação.

Incluíram-se participantes da perspetiva política, com experiência direta em decisões e questões relacionadas com a importância geopolítica dos Açores para a UE, e da perspetiva académica, especialistas em Relações Internacionais e Ciência Política, cujo conhecimento aprofundado permite analisar criticamente os fenómenos estudados.

Entendemos que esta combinação articulará tanto a perspetiva prática, de atores políticos, como a análise teórica da academia, garantindo uma abordagem mais completa e fundamentada.

Os elementos recolhidos enriquecem de forma inequívoca este trabalho.

A primeira pergunta tinha por objetivo perceber se Portugal, através da sua dimensão marítima no Atlântico, poderia, de certa forma, assumir a liderança da UE neste espaço, e como os Açores seriam importantes neste contexto.

As respostas a esta questão visaram diversos pontos, contudo unânimes de que Portugal tem um ativo, os Açores, que pode utilizar para, no mínimo, ter uma palavra mais audível na prossecução da política externa portuguesa. “O arquipélago dos Açores ocupa uma posição privilegiada no Atlântico Norte, na medida em que fica situado entre a América do Norte e a Europa.”²²³

“O nosso arquipélago é, assim, uma peça central na afirmação da Política Externa de Portugal e da União Europeia, constituindo-se como uma plataforma atlântica avançada, dos pontos de vista logístico, estratégico-militar, diplomático, científico e ambiental.”²²⁴

Reconhecendo que a política externa europeia enfrenta diferentes desafios, pois o bloco europeu não é, muitas vezes, unânime, e os tempos mais próximos podem levar a que os Estados próximos dos conflitos existentes na Europa, Rússia - Ucrânia e Israel – Palestina, tenham um papel maior no que à política externa diz respeito, o Atlântico, “posição estratégica de articulação intercontinental, onde se cruzam as mais importantes rotas marítimas mundiais”²²⁵, terá sempre uma importância para a UE, e para a relação transatlântica o que implica não descurar deste espaço geográfico, e Portugal tem um papel importante, decorrente da sua posição geográfica.

“As questões atlânticas tendem a ficar na sombra, mas o certo é que Portugal continua a ser peça chave em tal domínio, avultando os Açores, enquanto Região Autónoma, como arquipélago central no Atlântico Norte. O nosso papel no seio da UE tenderá a ampliar-se quando a situação geral se normalizar.”²²⁶

Mas esta posição, por si só não é suficiente, é necessário um papel ativo dos nossos governantes para afirmar esta posição e importância. – “Portugal é a testa da Europa atlântica, mas isso nunca o dispensará de uma posição ativa que aproveite a posição geográfica.”²²⁷

Com a saída do Reino Unido da UE existe de facto um espaço, e uma oportunidade, que deve ser aproveitado, sendo os Açores o espaço geográfico que permite a Portugal esta posição privilegiada. “Do ponto vista estratégico e militar o controlo do atlântico norte continua a ser muito importante, seja por força dos satélites, ou da presença física no espaço oceânico e terrestre. Os Açores continuam a ter importância. “²²⁸

²²³ ANDRADE, L. - Os Açores a II Guerra Mundial e a Nato, p. 21.

²²⁴ Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

²²⁵ MONJARDINO, M. – Estamos a assistir ao fim do Euroatlantismo, Expresso, N.º 2724, 10 de janeiro de 2025, p. 26

²²⁶ Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

²²⁷ Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

²²⁸ SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-acores-de-acordo-com-especialistas/>

“A saída do Reino Unido da União Europeia, um dos seus membros com maior projeção atlântica, naturalmente dá espaço a uma nova dinâmica no cenário europeu. Portugal, com a sua história e localização únicas, tem uma oportunidade para reforçar a sua influência no Atlântico. (...) Neste contexto, os Açores são um elemento central em termos geopolíticos. A nossa posição geoestratégica, bem evidenciada através da Base das Lajes, em que nos encontramos localizados entre a Europa e os Estados Unidos, apresenta-nos como um ativo de valor sobretudo em termos de segurança e defesa.”²²⁹

Apesar desta importância realçada, e desta oportunidade identificada, há também algumas situações que temos de ter em conta, desde logo o facto de que, e apesar da sua saída da UE, o Reino Unido mantém-se na OTAN, assim como se mantém no Atlântico, sendo desde logo um dos principais atores neste território.

“Muito embora o Reino Unido tenha saído da UE, não abandonou a NATO. (...) Portugal deve, no entanto, trabalhar, conjuntamente com os seus parceiros europeus, na concretização dessas políticas não esquecendo a sua dimensão atlântica. Neste contexto, o arquipélago dos Açores continuará a desempenhar um papel da maior relevância dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico devido, sobretudo, à grande imprevisibilidade das Relações Internacionais e o facto de o Senhor Trump estar no poder nos EUA.”²³⁰

Depois há a questão da dimensão, e da importância, que cada estado tem dentro da UE.

“Difícilmente um pequeno Estado como Portugal conseguirá assumir um papel de “liderança” sobre a política externa da U.E. no Atlântico. Dada a sua importância, a política externa de um bloco como o europeu tenderá a refletir principalmente os interesses dos Estados com mais peso político.”²³¹

Um pequeno Estado como o português tem de trabalhar muito bem a sua diplomacia e utilizar os seus ativos de forma que as suas opiniões sejam aceites, e integradas, nas posições de um bloco como o europeu. Sendo Portugal um país europeu e Atlântico,

“a nossa política externa, independentemente das flutuações conjunturais, terá sempre de manter esta dupla dimensão, e esta dupla dimensão assegurará sempre ao arquipélago dos Açores, na minha opinião, um papel central na definição da estratégia portuguesa e da sua política externa”²³²

²²⁹ Entrevista a Luís Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

²³⁰ Entrevista a Luís Andrade, via correio eletrónico, em 07-09-2025, transcrição do autor

²³¹ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²³² SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-acores-de-acordo-com-especialistas/>

Não nos podemos esquecer que o Atlântico Norte é um dos territórios mais importantes na definição do poder mundial, e que do outro lado estão os EUA. “A região atlântica não é uma região qualquer, uma vez que na outra margem estão os EUA, que são, por enquanto, o país mais importante nas relações bilaterais de todos os países europeus, assim como para a política externa europeia.”²³³

A questão passa a ser, sobretudo, como deve o nosso país utilizar os seus ativos, nomeadamente os Açores, e a sua posição estratégica para se manifestar em relação à sua importância geopolítica e geoestratégica?

“Portugal ganhou com o Brexit uma oportunidade para se fazer ouvir de uma forma mais qualificada no que toca a problemas relacionados com o Atlântico. Desde logo, a saída do RU da UE remove um interlocutor natural dos EUA e Portugal, pela sua geografia, história e presença de uma diáspora significativa nos EUA, pode assumir esse papel, pelo menos em parte.”²³⁴

Devemos saber tirar vantagens desta situação, até porque não nos podemos esquecer que esta posição privilegiada não é “só devido à posição geoestratégica dos Açores, mas porque o país não deve esquecer as suas ligações históricas ao Atlântico Sul, tantas vezes esquecidas.”²³⁵ O Atlântico Sul “é um espaço geopolítico que se reveste para Portugal de especial relevância, uma vez que, entre muitos outros aspectos, a nossa língua é falada nas suas duas margens”.²³⁶

No entanto parece-nos importante destacar que nada disto acontecerá se Portugal não colocar mãos à obra.

Há que trabalhar não só diplomaticamente, como também na construção de estruturas críticas, assim como desenvolver o material e equipamento necessário para desenvolvimento destas estruturas, o que fará de todo este espaço geoestratégico um espaço válido. Portugal não pode ainda dispensar fazer parte de organizações que vão definir o futuro do Atlântico Norte, e de outros espaços geoestratégicos, porque isto será alienar-se do seu futuro geopolítico, perdendo capacidade de influência e decisão. Como tal será necessário:

²³³ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²³⁴ Ibidem

²³⁵ Entrevista a Vasco Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

²³⁶ ANDRADE, L. - Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte, p. 88

“assegurar a Portugal um papel de destaque no palco internacional, procurar antever as principais ameaças ao Interesse Nacional em todos os horizontes temporais e fortalecer, progressivamente, o Estado, instituições e sociedade para uma resposta adequada no combate a essas ameaças externas ou internas. Além disso, é imprescindível maximizar o nosso potencial, canalizando os esforços nacionais para atingir metas realistas, alinhadas com os recursos disponíveis.”²³⁷

“Para se fazer ouvir junto dos seus parceiros europeus no que toca ao Atlântico, Portugal ter capacidade para agir no Atlântico e isto requer capacidades militares e diplomáticas que o país não parece ter ainda. Logo à partida, Portugal teria de se afirmar como um ponto de contacto na UE para os Estados *stakeholders* do Ártico e do Atlântico Sul que não fazem parte da UE. Pegando no exemplo do Ártico, Portugal nunca se candidatou ao Conselho do Ártico, ao passo que a Espanha já o integra como membro-observador (só os oito Estados do Ártico podem ser membros de pleno direito). Isto não augura nada de bom quanto à disponibilidade de Portugal em seguir com atenção os desenvolvimentos no Ártico, que são cada vez mais fulcrais para o Atlântico.”²³⁸

Portugal tem, de certa forma, sido negligente na gestão do seu espaço Atlântico. Entendemos que não estamos a conseguir aproveitar a importância que o espaço geográfico da RAA nos dá, as ligações que permite e o “poder funcional” que Portugal possui com o mesmo.

“Portugal tem, historicamente descurado muito o papel e o potencial que tem e, na minha opinião, esse é um potencial efetivo, ou seja, ele existe, (...) Obviamente que a saída do Reino Unido, dá acrescidas possibilidades desse ponto de vista, mas nunca devemos esquecer, obviamente, a dimensão relativa de ambos os países e a sua importância política. Mais facilmente eu salientaria a questão do potencial que não tem sido aproveitado, que não depende do facto do Reino Unido pertencer ou não pertencer à União Europeia. Depende apenas da lucidez, da competência e do empenho de Portugal, quanto a poder, no fundo, alavancar nas ligações históricas que tem com diversos países, (...) E poder também isso servir para rentabilizar a sua posição na União Europeia.”²³⁹

No seguimento das entrevistas, na segunda questão colocada aos entrevistados, quisemos saber a sua opinião sobre a importância dos Açores para a segurança da UE, tendo em consideração as ameaças que podem surgir do Atlântico, pois, “os oceanos estão a receber cada vez mais atenção, seja na economia, (..) seja na ciência, ao percebermos que ainda conhecemos muito pouco dos oceanos e que os

²³⁷ MONTEIRO, A. - Conceitos, Planos e Estratégias. Mas falta a Estratégia Nacional; 2024; consultado em: <https://eurodefense.pt/conceitos-planos-e-estrategias-mas-falta-a-estrategia-nacional/>

²³⁸ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²³⁹ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

recursos e as potencialidades são enormes”²⁴⁰, e ainda, se existe algum contributo que as ilhas açorianas podem dar para um aumento do poder europeu no Atlântico Norte.

Nesta questão os entrevistados demonstraram acreditar na importância dos Açores para a UE, “os Açores continuam a ser muito relevantes dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico e constituem uma mais valia para a UE”²⁴¹, e ainda entendem que estas ilhas açorianas podem ser ainda mais importantes no futuro, funcionando como um espaço onde a UE poderá ter uma presença ainda maior, no que toca a investimentos e a interesses estratégicos para a própria União, por exemplo ao nível da exploração espacial.

Aqui relevar, mais uma vez, a importância da ilha de Santa Maria, local de construção do porto espacial, onde “os primeiros lançamentos suborbitais já estão previstos para o próximo ano, e espera-se que desempenhe um papel relevante na autonomia e resiliência da Europa no acesso ao Espaço.”²⁴²

Os Açores têm, também, um papel histórico na relação Transatlântica, “o Arquipélago dos Açores tem sido uma ponte e interface atlântica de relações que se perdem no tempo.”²⁴³ Este papel decorre da sua posição geográfica e foi fundamental para a integração de Portugal como um dos membros fundadores da OTAN. Hoje, como no passado, este papel continua a existir, e será tanto maior quanto melhor for a utilização deste espaço.

“O papel dos Açores decorre da Geografia e é por isso estrutural, (...) A entrada de Portugal para a UE projectou os Açores para o âmbito europeu, dando-nos um lugar de relevo na afirmação dos interesses e da identidade da UE na zona crucial do Atlântico Norte, nomeadamente quanto às ligações marítimas e aéreas com a América, bem como no que toca ao Espaço e às telecomunicações.”²⁴⁴

A atenção que é necessária dar ao Ártico, devido à sua cada vez maior capacidade de navegação, é outro ponto que eleva a importância do Atlântico Norte, logo dos seus territórios. “O degelo do Ártico

²⁴⁰ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpecp.pt/index.php/rpecp/article/view/155/106>

²⁴¹ Entrevista a Luís Andrade, via correio eletrónico, em 07-09-2025, transcrição do autor

²⁴² SAPO - <https://sapo.pt/artigo/esta-a-nascer-um-porto-espacial-nos-acores-portugal-prepara-se-para-novas-orbitas-em-santa-maria-68d19b961e3513edd7f7d517>

²⁴³ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpecp.pt/index.php/rpecp/article/view/155/106>

²⁴⁴ Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

terá implicações profundas não só para o aquecimento global, mas também para a geopolítica e para a economia internacional.”²⁴⁵

“O Oceano Atlântico poderá tornar-se um dos principais corredores energéticos da economia global no decorrer deste século. Inclusive, a tendência para o degelo do Ártico, provocado pelas alterações climáticas, potencia novas rotas de navegação, tal como a possível exploração de zonas antes inóspitas.”²⁴⁶

Do ponto de vista da segurança europeia os Açores são um espaço importante para a UE, pois “desempenham um papel central na segurança marítima e aérea da União Europeia, graças à sua localização estratégica entre a Europa e a América do Norte.”²⁴⁷

Numa altura em que Portugal, e a UE, pensam cada vez mais a sua defesa, e segurança, o Atlântico, e os Açores, pois “a Segurança Europeia nunca se poderá dissociar da segurança do Atlântico Norte e das suas margens.”²⁴⁸, devido à sua centralidade, são um dos principais locais para onde se deve olhar. “A “ultracentralidade” em matérias de segurança e defesa não se trata apenas de um conceito, mas de uma realidade que demonstra que os Açores têm muito a dar”²⁴⁹

No futuro, e até devido ao degelo do Ártico, o acesso ao Atlântico será não só mais facilitado para as rotas internacionais de mercadorias, mas será também um espaço onde do ponto de vista militar as grandes potências irão atuar, sendo mais um local de exposição da UE, e da OTAN, a potências hostis que é necessário proteger. “O degelo do Ártico está também a criar espaço para a presença militar na região polar, o que para Portugal e os seus aliados no Atlântico é uma fonte de ameaças de segurança.”²⁵⁰

No passado os Açores, desempenharam alguns papéis muito importantes, do ponto de vista internacional. Entre muitos outros, “a vigilância aérea e marítima, com a operação a partir das Lajes de aviões de patrulha marítima que seguiam submarinos soviéticos durante grande parte da Guerra Fria”

²⁴⁵ GOMES, T. – Portugal e o degelo do Ártico - <https://www.publico.pt/2023/07/02/azul/opiniaio/portugal-degelo-arctico-2053160>

²⁴⁶ Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

²⁴⁷ Entrevista a Vasco Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

²⁴⁸ SACHETTI, F. - A SEGURANÇA LESTE-OESTE E O ATLÂNTICO, 1995, consultado em: <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/83ae4811-ac22-4b96-b04d-e245936a86bd>

²⁴⁹ Entrevista a Luís Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

²⁵⁰ GOMES, T. – Portugal e o degelo do Ártico - <https://www.publico.pt/2023/07/02/azul/opiniaio/portugal-degelo-arctico-2053160>

²⁵¹, e base de apoio para projeção de poder militar, “o uso dos Açores faz com que a rota do centro se torne a mais importante do Atlântico na altura do desembarque na Normandia”²⁵².

No futuro, e devido à escalada de conflitos a nível mundial, mas também tendo em consideração “os tempos muito conturbados que estamos a viver” ²⁵³, onde a imprevisibilidade é uma constante, a UE deverá estar preparada para se defender, sem necessidade de recorrer a terceiros.

“Será claramente necessário assegurar a vigilância aérea e marítima do Atlântico num cenário de autonomia estratégica, não só porque a Rússia tem mostrado níveis de atividade elevados no Ártico e Atlântico Norte (com navios de superfície, submarinos e bombardeiros), mas porque poderão sempre surgir desafios à segurança marítima no Atlântico (ex.: a pirataria no Golfo da Guiné), que podem não ter a mesma atenção de Washington no futuro.”²⁵⁴

No que se refere à importância dos Açores para a segurança, e para o poder, no Atlântico Norte, e consequente afirmação de Portugal, “historicamente isso está comprovado (...) e não me parece que a evolução tecnológica atenuar essa importância.”²⁵⁵

“o posicionamento dos Açores nesta parte do Atlântico, foram, em tempos, também, reconhecidos, ou pelo menos considerados (...) quanto à força de proteção civil Europeia, e que previa que os Açores, a par das outras regiões ultraperiféricas, constituíssem efetivamente uma, plataformas de projeção dessa força de proteção civil e também por essa via, obviamente, projeção da importância e do significado político da União.”²⁵⁶

Aliás, parafraseando Nuno Morais Sarmiento, Presidente da Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, (FLAD), “é no Oceano que Portugal tem, talvez, a maior vantagem competitiva e a possibilidade de encontrar um desígnio e um caminho para o país, do ponto de vista económico, mas também científico, tecnológico e de segurança e defesa.”²⁵⁷

Devido à imprevisibilidade, constante, das relações internacionais, “*International relations takes place in an environment of uncertainty (...) Those challenges include the instability of behavioral*

²⁵¹ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²⁵² TELO, A. J., Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948), p. 442

²⁵³ Entrevista a Luís Andrade, via correio eletrónico, em 07-09-2025, transcrição do autor

²⁵⁴ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²⁵⁵ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

²⁵⁶ Ibidem

²⁵⁷ AÇORIANO ORIENTAL – Açores devem estar no centro do lançamento de uma rede internacional do Oceano e do Espaço – 19 setembro 2025, p. 6

relationships between variables over time and the fact that the unpredictable choices made by states.”²⁵⁸, mas sobretudo devido ao atual panorama de conflitos mundiais, quer na Europa, conflito Rússia – Ucrânia, quer no Médio-Oriente, conflito Israel-Palestina, quisemos compreender como os nossos entrevistados avaliariam as relações de Portugal, Açores, com os EUA e com a UE, num cenário de desintegração da OTAN.

Sendo o território da RAA português, e europeu, este é também a fronteira natural da Europa com os EUA, e com a América em geral. “Pela sua posição, o “mar português” é, simultaneamente, fronteira e ponte entre os continentes europeu, americano e africano, o que lhe atribui particular relevância geopolítica.”²⁵⁹

Atendendo à atual administração americana, e à sua constante postura de guerrilha, até com os seus aliados, “depois de Donald Trump manifestar o desejo de integrar a ilha dinamarquesa da Gronelândia nos EUA, têm-me perguntado se o presidente-eleito não poderá dizer algo semelhante sobre os Açores. A resposta é sim.”²⁶⁰, entendemos que seria importante avaliar este cenário, hipotético.

Apesar de considerarem este cenário pouco provável, e até indesejável, “nunca se pode garantir que não aconteça enquanto durar o clima actual nas relações entre a Europa e os Estados Unidos, com reflexos na NATO.”²⁶¹

“Seria sempre uma situação muito difícil de gerir no plano nacional e internacional, com múltiplas consequências. (...) É certo que, nesta fase, com a administração Trump, essa estabilidade parece menos inquestionável, mas estou convencido de que se trata de um processo de ajustamento à superfície e não uma disrupção com profundidade.”²⁶²

Contudo, e apesar de entenderem que a administração americana atual torna tudo mais difícil, também entendem que a relação bilateral entre a UE e os EUA está para durar, sobretudo devido a “um *rapprochement* entre a Rússia, a China, a Índia e outros Estados, a administração norte americana não se pode dar ao luxo de não se entender com a UE.”²⁶³

²⁵⁸ KIRSHNER, J. – *An Unwritten Future: Realism and Uncertainty in World Politics*. Princeton: Princeton University Press, 2022, p. 214

²⁵⁹ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rccp.pt/index.php/rccp/article/view/155/106>

²⁶⁰ GOMES, T - Hoje, a Gronelândia; amanhã, os Açores?, Público, 2025 <https://www.publico.pt/2025/01/12/opiniao/opiniao/hoje-gronelandia-amanha-aco-2118514>

²⁶¹ Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

²⁶² Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

²⁶³ Entrevista a Luís Andrade, via correio eletrónico, em 07-09-2025, transcrição do autor

Importante é perceber, mesmo no quadro de alianças e de relações bilaterais qual o papel que os Açores, Portugal e a UE, pretendem ter no futuro, tendo em conta o atual contexto de enfraquecimento e instabilidade da Aliança Atlântica.

“Num contexto de fragilização, num contexto em que, existem, como tem existido atualmente, perspetivas tão diversas, em termos de forma e em termos de substância, quanto à forma como a NATO pode atuar, o papel dos Açores, e também o papel de Portugal, resume-se, bem, a ser o quê? A ser caixa de ressonância dos outros parceiros da NATO? A ser caixa de ressonância dos Estados Unidos da América? Ou a ter um trajeto e uma perspetiva própria, naquilo que é, dentro de um quadro de alianças, (...) a valorização do seu território, da sua importância geopolítica, da sua importância estratégica? Eu acho que é muito grande, e tudo se resume, ou tudo entronca, digamos assim, naquilo que são relações privilegiadas que a nossa história permitiu, com um conjunto de países, que na minha opinião, essas ligações não estão a ser cultivadas, não estão a ser renovadas, não estão a ser alimentadas, e que são fundamentais para esta, esta tal importância geopolítica do nosso país.”²⁶⁴

Entendemos que Portugal, e a UE, deve ter em atenção os seus interesses, dentro de um quadro de alianças, conforme referido, mas não de forma submissa ao grande poder mundial, realçando as suas forças e a sua importância geopolítica, retomando, desenvolvendo e aperfeiçoando ligações históricas que possuímos.

Contudo a questão imponha avaliar o cenário, mesmo que “de pura ficção”²⁶⁵.

“O Arquipélago dos Açores tem sido uma ponte e interface atlântica de relações que se perdem no tempo”²⁶⁶, e numa hipotética “situação de tensão, os Açores devem servir como uma ponte transatlântica para o diálogo e a negociação, fazendo uso da nossa posição única para defender um interesse comum, fomentando a cooperação.”²⁶⁷

Contudo e caso este cenário se tornasse real a opinião do professor Tomé Ribeiro Gomes é de que:

“Caso a NATO se desintegre e a UE e os EUA entrem em algum tipo de conflito, a história leva-nos a pensar que haveria uma disputa pelo controlo dos Açores enquanto “fronteira” quer dos EUA, quer da UE. Se os EUA percepcionarem o seu perímetro de segurança como incluindo os Açores, e se

²⁶⁴ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

²⁶⁵ Entrevista a Vasco Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

²⁶⁶ FONTES, P. - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro - <https://rpep.pt/index.php/rpep/article/view/155/106>

²⁶⁷ Entrevista a Luís Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

acharem que a UE representa uma ameaça suficientemente séria, é possível que acreditem ser vital o controlo sobre os Açores. Felizmente estamos longe deste cenário extremo.”²⁶⁸

Somos de opinião que, independentemente das alianças do País e da UE, há que ter uma estratégia própria para responder aos nossos interesses, sem que tenhamos de estar sempre dependentes dos nossos aliados quer do ponto de vista securitário, económico ou energético.

Quisemos também introduzir o tema da extensão da plataforma continental, alargamento da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE).

A confirmar-se este alargamento, “essencialmente por conta da localização da RAA e da geomorfologia dos fundos marinhos que lhe são adjacentes”²⁶⁹, a importância desta região sairá reforçada? Com este alargamento os Açores passariam a ter que papel na economia e na afirmação de Portugal na UE?

Em relação a esta questão o entendimento é, mais uma vez, unânime, relativamente à importância que este alargamento trará aos Açores, e a Portugal, quer do ponto de vista geopolítico, científico e económico.

“A proposta portuguesa para alargamento da plataforma continental apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas abrange cerca de 4 milhões de km², o que, se aprovado, representará uma das maiores áreas marítimas sob jurisdição nacional no mundo. Essa dimensão é possível essencialmente devido à localização dos Açores no centro do Atlântico Norte, conferindo ao nosso arquipélago um papel central na geopolítica do mar e no reposicionamento estratégico de Portugal no mundo. Com esta extensão, Portugal passará a ter direitos exclusivos sobre os recursos do subsolo marinho para além das 200 milhas náuticas, incluindo minerais raros, metais estratégicos, potenciais fontes energéticas e recursos genéticos marinhos com aplicações na biotecnologia e farmacêutica, o que reforçará a relevância económica, logístico-operacional e científica dos Açores, atraindo investimento europeu e internacional. Inevitavelmente, Portugal terá de ver também a sua relevância internacional reforçada ao nível político, nomeadamente no que respeita às decisões sobre políticas marítimas europeias.”²⁷⁰

²⁶⁸ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²⁶⁹ VAZ, N. M. - A Extensão da Plataforma Continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores, p. 77.

²⁷⁰ Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

Mas o alargamento por si só não trará nada. O alargamento da plataforma continental será importante, para Portugal, aumentando os seus recursos e a sua importância geopolítica, desde que exista vontade em investir nos Açores. “É importante que o reforço de investimento no setor da Defesa, (...) tenha nos Açores uma forte expressão considerando a mais-valia do seu posicionamento geoestratégico, (...) fixando no Atlântico Norte infraestruturas de monitorização, logísticas e de resposta avançada”²⁷¹

“Os Açores apenas são úteis se estivermos dispostos a utilizá-los; ou seja, a investir em infraestruturas de vários tipos e nos meios navais e aéreos que fazem uso das ilhas nas suas operações. A extensão da ZEE produz efeitos legais que podem ser aproveitados economicamente por Portugal, mas também impõe uma responsabilidade acrescida ao país.”²⁷²

Esta importância terá de ser assumida pelo nosso país, mas terá ainda, em nosso entender de trazer benefícios efetivos para a RAA, “uma situação que exige investimento por parte do Estado.”²⁷³ Este investimento é fundamental para o desenvolvimento, social, económico e científico, através da Universidade dos Açores.

“A extensão da plataforma continental, e a importância que os Açores assumem nesse processo de extensão da plataforma continental, não pode ser desligado de benefícios que devem reverter também, mesmo que não exclusivamente, ou não exclusivamente, para os Açores”²⁷⁴

A inação em relação a este território por parte de Portugal, e da UE, ou a assunção de que este território deve ser utilizado, quase em exclusividade, pelos aliados no âmbito da OTAN, ou então sempre que lhes apeter, trará riscos, tendo em conta o “incalculável valor económico (...) a cobiça que poderá despertar, seja dentro ou fora da União Europeia”²⁷⁵

Conforme pudemos ver na questão anterior, num cenário de disputa por este território, estas questões de interesse económico, científico, e não devemos esquecer a questão da exploração do espaço, serão alvo de cobiça.

²⁷¹ GOVERNO REGIONAL dos AÇORES - Governo dos Açores defende que arquipélago seja abrangido pelo reforço de investimento em Defesa, Açores9 - <https://jornalacores9.pt/2025/04/08/governo-dos-acores-defende-que-arquipelago-seja-abrangido-pelo-reforco-de-investimento-em-defesa/>

²⁷² Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²⁷³ BALÃO, S. - Contexto internacional pode potenciar posição geoestratégica dos Açores, de acordo com especialistas, Observador, 2025. - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-acores-de-acordo-com-especialistas/>

²⁷⁴ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

²⁷⁵ Entrevista a Vasco Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

Entendemos poder afirmar que o território açoriano já dá uma importância a Portugal enorme, mas caso se confirme a extensão da plataforma continental, esta importância aumentará, logo urge pensar este território de forma diferente para tirar partido de todo o seu capital geopolítico, económico e científico.

“Portugal deve valorizar o contributo inestimável que os Açores dão no acesso ao mar e aos recursos marinhos, tal como na protecção dos mesmos, campo em que têm sido tomadas pelas autoridades açorianas iniciativas de muito relevo e até exemplares. O mesmo se diga do Espaço e no campo das comunicações. Os valores em causa são difíceis de calcular, mas são obviamente muito grandes. Oxalá contribuam para o desenvolvimento dos Açores e para a melhoria das condições de vida do Povo Açoriano.”²⁷⁶

Sendo os Açores uma região de emigrantes, a nossa diáspora é, para além de vasta, muito importante para nós. “A nossa diáspora, por ser prestigiada, ajuda a prestigiar os Açores, ajuda a prestigiar a nossa autonomia política e a existência dos nossos órgãos de governo próprio”²⁷⁷

Assim sendo, entendemos que seria relevante introduzir a importância que esta diáspora pode ter na relação bilateral com os EUA, sobretudo na importância que estes podem dar aos Açores na prossecução da política externa de Portugal e da UE nesta matéria.

Para os nossos entrevistados esta importância é muito grande e já se traduziu, no passado, em maior influência, contudo entendem, tal como nós, que, quer o Governo da RAA, quer o Governo da República Portuguesa devem investir na aproximação da sua diáspora como forma de tornar presente a importância de Portugal no mundo.

“Não só a Região Autónoma dos Açores, mas também, e talvez especialmente, o Governo da República têm a oportunidade de alavancar a sua diáspora nos EUA enquanto rede de influência política e económica. Como em tudo o resto, isto requer vontade política para investir, por exemplo, no ensino da língua portuguesa nos EUA, uma vez que as segundas e terceiras gerações de emigrantes tendem a perder a língua e a assimilar-se completamente na sociedade de acolhimento. Também é necessário investimento para manter ativas e relevantes as várias redes que ligam pessoas dos dois lados do Atlântico, sejam elas redes académicas, culturais, artísticas ou outras.”²⁷⁸

²⁷⁶ Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

²⁷⁷ BOLIEIRO, J. M. - Diáspora açoriana “ajuda a prestigiar” a Região. 2024 - <https://portal.azores.gov.pt/web/comunicacao/news-detail?id=16440562>

²⁷⁸ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

Por exemplo o Canadá e os EUA têm uma capacidade de investimento enorme que, em articulação com a nossa diáspora, poderiam ser canalizados para os Açores e para Portugal. Este investimento traria a Portugal um reforço de importância ao nível económico, até na UE, como porta de entrada deste investimento. Há um grande trabalho a fazer em relação a este tema.

“Eu acho que sobretudo, essa circunstância devia ser melhor aproveitada pelo nosso país. Porque alguns dos Estados, norte americanos, têm a dimensão, uma dimensão e uma importância económica, desde logo, superior a muitos países independentes, (...) e em alguns deles, há uma comunidade da diáspora açoriana, que tem feito um caminho crescente de afirmação e de integração política, económica, cultural, institucional, até, e que me parece, pela minha experiência, que estão, e sempre estiveram muito recetivos a poderem acolher no fundo e colaborar, e estabelecer parcerias. (...) O país tem voltado as costas a essa realidade. Não sei se por inércia se por incompetência, ou se por ignorância, em qualquer dos casos, parece-me profundamente negativo que isso não se aproveite, obviamente também com benefícios para as regiões.”²⁷⁹

A diáspora açoriana é, por si só, uma extensão dos Açores, e de Portugal, na América do Norte. Através dela mantemos e projetamos a nossa cultura em terras americanas. A dimensão política que a mesma já tem, pelos diversos luso-americanos eleitos para cargos importantes, sobretudo nos EUA, vem fortalecer o papel dos Açores nesta ponte transatlântica. Impõe-se, neste contexto, potenciar esta relação e sublinhar a sua relevância, reforçando assim a posição geopolítica dos Açores e de Portugal junto de Estados como os EUA e o Canadá — uma relevância que em grande medida deriva da presença significativa, da diáspora açoriana nestes países.

Concluimos este capítulo com a convicção de que conseguimos demonstrar que hoje, como no passado, quando os Açores foram a razão para o convite a Portugal “para ser membro fundador da Aliança Atlântica”²⁸⁰, e para o futuro, a importância deste território para Portugal e para a UE é clara.

O Arquipélago dos Açores dá a Portugal uma dimensão atlântica ímpar, dimensão esta que traz ao nosso país, desde que queira e saiba aproveitar, uma importância e um papel preponderante ao nível securitário, económico, mas também científico, “os Açores não se esgotam nas Lajes do ponto vista

²⁷⁹ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

²⁸⁰ ANDRADE, L. - Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico, p. 107

da valorização da sua posição estratégica. Acho que o que vem aí em matéria espacial é muito interessante porque é um projeto que interessa à Europa.”²⁸¹

O projeto *New Space Portugal*, liderado pela GEOSAT, o porto espacial de Santa Maria e o projeto da pista de drones no Faial, são alguns dos investimentos que reforçam o capital científico da RAA.

A extensão da plataforma continental de Portugal, muito por conta da geografia dos Açores, irá colocar a região, e Portugal, em patamares científicos, e quiçá económicos, nunca vistos, de acordo com o que pudemos estudar e observar.

Mas também do ponto de vista securitário é possível concluir que a RAA tem uma importância real. Os Açores podem desempenhar um papel fundamental no combate ao crime organizado e ao controlo das ameaças no Atlântico.

Há ainda a questão das comunicações, e dos cabos submarinos. Os cabos submarinos são responsáveis por transportar maioria do tráfego de dados através dos oceanos, permitindo o acesso à internet, às telecomunicações e a transações financeiras em tempo real.

Nos dias de hoje, sobretudo devido ao enorme volume de dados existentes, há uma maior perceção da necessidade de proteção destes cabos, pois eles representam infraestruturas críticas para a nossa segurança e bem-estar.

Sabendo que a grande maioria destes cabos atravessam águas territoriais portuguesas, entendemos que os Açores têm, uma vez mais, um papel preponderante a assumir.

“O papel dos Açores decorre da Geografia e é por isso estrutural, ou seja mantém-se no tempo, quaisquer que sejam as questões em cada altura dominantes.”²⁸²

²⁸¹ PORTAS, P. - Paulo Portas defende que "relação atlântica" dá influência internacional a Portugal. - <https://observador.pt/2025/09/18/paulo-portas-defende-que-relacao-atlantica-da-influencia-internacional-a-portugal/>

²⁸² Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi poder analisar e avaliar qual a importância geopolítica dos Açores para a UE.

Para tal partimos da pergunta de partida, “Que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?”.

Entendemos começar esta conclusão com uma citação de João Bosco Mota Amaral, primeiro Presidente do Governo Regional dos Açores. “O papel dos Açores decorre da Geografia e é por isso estrutural, ou seja, mantém-se no tempo, quaisquer que sejam as questões em cada altura dominantes.”²⁸³

Assim se verificou no passado, se confirma no presente e se projeta no futuro.

Através do que pudemos estudar para este trabalho pudemos concluir que a importância dos Açores é factual.

Iniciamos este trabalho com o enquadramento teórico e conceptual de Geopolítica, Relações Internacionais e Teorias de Poder nas Relações internacionais. Entendemos que seria importante introduzir alguns conceitos e depois analisar os mesmos enquadrando-os no caso de estudo, a RAA.

Conforme indicado no primeiro capítulo, a Teoria que entendemos ser a que melhor se aplica a este território é o Realismo. A nossa opinião é que os interesses do Estado estão sempre em primeiro lugar, mesmo que este Estado pertença a um conjunto de Estados, ou seja parte integrante de uma aliança. O interesse deste Estado determinará as suas posições.

Em relação aos Açores, apesar das alianças existentes, este território foi sempre utilizado mediante os interesses dos seus parceiros, como ficou bem patente durante as duas guerras mundiais, havendo inclusive a possibilidade de ocupação dos Açores, quer por parte dos EUA, quer por parte da Inglaterra.

O Professor Doutor Tomé Ribeiro Gomes, na sua entrevista diz o seguinte:

“Caso a NATO se desintegre e a UE e os EUA entrem em algum tipo de conflito, a história leva-nos a pensar que haveria uma disputa pelo controlo dos Açores enquanto “fronteira” quer dos EUA, quer

²⁸³ Entrevista a Mota Amaral, via correio eletrónico, em 19-09-2025, transcrição do autor

da UE. Se os EUA percepcionarem o seu perímetro de segurança como incluindo os Açores, e se acharem que a UE representa uma ameaça suficientemente séria, é possível que acreditem ser vital o controlo sobre os Açores. Felizmente estamos longe deste cenário extremo.”²⁸⁴

Ou seja, os estados, quando colocados perante um conflito de Poder, prosseguem políticas destinadas a preencher três objetivos essenciais: Manter e “preservar o *status quo*, atingir a expansão imperialista ou ganhar prestígio”²⁸⁵. Ou seja, conservar, aumentar e demonstrar o seu poder.

A Teoria Realista demonstra-se diariamente pelo mundo com os Estados a fazerem prevalecer em primeiro lugar os seus interesses em detrimento dos interesses globais, como se pode verificar através da Guerra Rússia-Ucrânia e Israel-Palestina.

Apesar de entendermos que o Realismo é a Teoria que melhor se aplica aos Açores, não quer isto dizer que em determinados momentos da sua história, outras teorias não se tenham aplicado, como foi o caso da neorrealista e do construtivismo, conforme foi possível abordar.

Depois analisamos as Teorias de Poder em Geopolítica. Teoria do Poder Marítimo, de Alfred Mahan, Teoria do Poder Terrestre, de Halford Mackinder e a Teoria do Poder Aéreo de Alexander Seversky. Constatamos que estas atribuem uma elevada importância ao território onde se situam os Açores para o controlo do Atlântico.

Para Mahan quem controlasse o mar dominava o mundo, para Mackinder, na sua Teoria Corrigida, seria no *midland ocean*, que se desenvolveria o espaço do poder mundial, e para Seversky, uma zona de interseção das duas áreas de influência que chamou “área de decisão”²⁸⁶, centrada no estreito de Bering, envolvendo o oceano Ártico. Todas as Teorias de Poder analisadas têm em comum o facto de ser extremamente importante o Atlântico Norte na definição do poder nesta zona, o que para nós resulta na importância da RAA para a definição de poder.

A perspetiva histórica efetuada para esta dissertação tinha como objetivo olhar para o passado, e tentar compreender o papel dos Açores durante os períodos mais conturbados, e importantes da história mais recente.

²⁸⁴ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

²⁸⁵ Dougherty; James; Relações Internacionais – As Teorias em Confronto; Gradiva; 2003; p. 98

²⁸⁶ CORREIA, P. P. - Manual de Geopolítica e Geoestratégia, p.187

Creio que conseguimos demonstrar que os Açores foram, desde finais do século XIX e ao longo do século XX, um território fundamental para a segurança do Atlântico Norte, e até para a projeção de poder para outras partes do globo.

É possível afirmar que foram um ativo americano quer para a sua defesa, quer para a projeção do seu poder, o que consequentemente nos leva para o facto de serem fundamentais para Portugal e para a relação Transatlântica.

Consideramos ainda de maior importância a análise a esta situação, do ponto de vista da UE, no contexto mundial atual, onde existe uma atitude ofensiva em relação às velhas alianças por parte dos EUA.

Neste novo século, com novas ameaças, novas funcionalidades e oportunidades, estarão os Açores, e Portugal, destinados para funções ainda mais importantes?

Ou estaremos resignados “a ser caixa de ressonância dos Estados Unidos da América?”²⁸⁷

Questões como Defesa e Segurança - Política Externa Segurança Comum (PESC), a plataforma continental portuguesa, o AIR Centre, Economia Azul, o Espaço, mas não só, são alguns dos pontos onde os Açores já são, mas que podem ser ainda mais importantes no futuro para Portugal e para a UE.

“Percebemos a centralidade que as ilhas assumem, tanto na projeção atlântica de Portugal europeu e, no nosso caso concreto, torna-se pertinente aprofundar o papel fundamental que os Açores desempenham na construção portuguesa da Europa, tanto como ideia, como no contributo que dão por um lado e ao que usufruem, por outro, da comunidade jurídico-política, económica e social que é a Europa.”²⁸⁸

Considera-se que num mundo que agora é bem mais imprevisível, onde o terrorismo ameaça a paz e segurança dos Estados, a posição geoestratégica dos Açores foi, é, e será, muito importante, não só para a relação transatlântica, mas sobretudo para Portugal, para a Europa e para a OTAN, caso esta organização sobreviva aos ataques mais recentes de alguns dos seus membros, isto é, dos EUA.

²⁸⁷ Entrevista a Vasco Cordeiro, realizada em Ponta Delgada, em 22-09-2025, transcrição do autor

²⁸⁸ FONTES, P., Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia, Oasis, 2023, p. 100

Esta imprevisibilidade mundial deve, no nosso entendimento, levar a uma maior envolvimento das RUP na estratégia da UE para a sua defesa e segurança, assim como na inclusão destas na estratégia de desenvolvimento da própria UE.

Os Açores são uma das RUP da UE, o que nos levou a estudar, e tentar perceber como as RUP, nomeadamente os Açores se enquadram na estratégia europeia, mas não só, como os Açores se enquadram na estratégia de defesa de Portugal.

Contudo, e pelo que estudamos, torna-se evidente concluir que as RUP não são diretamente analisadas, exploradas, de uma perspetiva geopolítica, e geoestratégica, que é o principal foco deste trabalho, principalmente no que se refere aos Açores.

Pode concluir-se que estas regiões:

“Têm uma relevância geoestratégica que passa frequentemente despercebida, relevância essa que poderá ser aumentada significativamente caso a UE, as suas instituições e os seus Estados -membros escolham fortalecer as políticas europeias na área da Defesa e da presença da UE no Mundo.”²⁸⁹

Estamos a falar não só em questões securitárias, mas também em questões económicas, de transportes, de comunicações etc.

O Oceano Atlântico, é de extrema importância para a Europa. É por ele que passam as principais rotas marítimas comerciais, de e para a Europa, e é ainda por onde passam os principais cabos de fibra ótica, essenciais às comunicações, que hoje em dia são essenciais para os Estados.

Será de extrema importância para a UE que esta zona permaneça calma e sem interferências e, ou, ameaças externas.

“O Oceano Atlântico Norte é, provavelmente, a zona mais importante para a UE, por duas razões principais. A primeira é muito pragmática: o oceano Atlântico e as suas subdivisões (Mar do Norte, canal da Mancha, entre outros) é a principal rota de comunicação e de transporte marítimo de e para a Europa, e a estabilidade dos países localizados nas costas daquele oceano tem uma consequência direta óbvia nos interesses da UE e dos seus Estados -membros.”²⁹⁰

²⁸⁹ FONSECA, H. - As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo, In Debater 2022-2023, p. 183

²⁹⁰ FONSECA, H. - As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo, In Debater 2022-2023, p. 183

É urgente, em nosso entender, definir um plano para as RUP e dotar estas regiões, nomeadamente Açores, Madeira e Canárias, de condições para serem postos avançados da defesa da UE no Atlântico.

As RUP serão fundamentais para a afirmação da UE no panorama internacional como uma potência, não só económica, mas também militar, e os Açores, são um ativo geopolítico valioso, conforme já o demonstraram no passado.

Com a saída do Reino Unido da UE, as ilhas, as RUP portuguesas, nomeadamente as açorianas, são o garante de uma dimensão atlântica. “As ilhas são a garantia da manutenção de uma União aberta, marítima e inserida no diálogo internacional.”²⁹¹

Sendo este um trabalho de análise à importância geopolítica dos Açores, para a UE, julgamos que estudar o CEDN, de Portugal, e relacioná-lo com a política externa europeia, na sua vertente de segurança e defesa, seria muito importante.

No que respeita à política externa europeia, em relação à segurança e defesa, centramos a nossa avaliação a partir de 2022, através da BE, pois, em nosso entender, foi a partir desta data que a UE começou a levar mais a sério a sua segurança.

Dos elementos analisados concluímos que o CEDN é um documento muito importante para o futuro do país e para a nossa política de defesa, por forma a podermos determinar que país queremos ter, em relação à segurança e defesa, e que papel queremos desempenhar nas instituições internacionais, nomeadamente na UE.

“Assegurar a Portugal um papel de destaque no palco internacional, procurar antever as principais ameaças ao Interesse Nacional em todos os horizontes temporais e fortalecer, progressivamente, o Estado, instituições e sociedade para uma resposta adequada no combate a essas ameaças externas ou internas. Além disso, é imprescindível maximizar o nosso potencial, canalizando os esforços nacionais para atingir metas realistas, alinhadas com os recursos disponíveis.”²⁹²

Concluímos, ainda, que garantir a segurança e a defesa, fortalecendo a autonomia estratégica nos domínios cruciais que determinam a competitividade europeia à escala global, são objetivos que, para

²⁹¹ LOPES, N - O estatuto de Região Ultraperiférica e a sua importância na União Europeia: o caso açoriano, 2022

²⁹² MONTEIRO, A. - Conceitos, Planos e Estratégias. Mas falta a Estratégia Nacional; 2024; consultado em: <https://eurodefense.pt/conceitos-planos-e-estrategias-mas-falta-a-estrategia-nacional/>

serem concretizados, devem ter em linha de conta uma estratégia que englobe as ilhas açorianas nos seus fundamentos, assim como uma integração delas na Política Externa Europeia.

Contudo, é possível afirmar que, todas as referências efetuadas ao Atlântico, quer no CEDN, quer na Política Externa da UE, e até na BE, têm por base a relação Transatlântica e no âmbito da OTAN, o que nos parece manifestamente pouco para um território que contém muitas potencialidades e é fundamental para a segurança de Portugal e da UE

Apesar da política externa da UE não ter, em nossa opinião, uma vertente atlântica, existem sinais de que isto pode mudar, e se assim for os Açores passam a ter uma efetiva importância neste, possível, novo contexto mundial, uma vez que “a importância geoestratégica dos Açores depende muito da conjuntura mundial (...) os Açores tendem a ser importantes nos momentos que há desintegração internacional, em que há tensão.”²⁹³

O último capítulo desta dissertação teve como objetivo estudar os Açores, e avaliar esta região no presente. É nossa convicção de que conseguimos demonstrar a sua importância, atual e futura, para Portugal, e consequentemente para a UE.

A dimensão atlântica de Portugal, por conta do Arquipélago dos Açores é única. Esta característica faz de Portugal um Estado importante para a UE, no que respeita às políticas atlânticas, mas é necessário saber tirar partido desta mesma importância e assumir, querer assumir, este papel, seja ao nível económico, científico, em relação ao desenvolvimento da PESC, e demonstrar capacidade para influenciar a política externa da UE, no que ao Atlântico diz respeito.

“Portugal é a testa da Europa atlântica, mas isso nunca o dispensará de uma posição ativa que aproveite a posição geográfica. Naturalmente que Portugal - país que historicamente tem uma forte vocação marítima e atlântica - desempenha um papel relevante na Política Externa da União Europeia, seja em relação ao Atlântico, seja por exemplo no diálogo com a África e com os países da lusofonia, como é também o caso do Brasil.”²⁹⁴

²⁹³ MONJARDINO, M. - A nova ordem mundial do “imprevisível” Donald Trump, Açoriano Oriental, N.º 22508, Domingo 19 de janeiro de 2025, p. 2

²⁹⁴ Entrevista a Carlos César, via correio eletrónico, em 07-08-2025, transcrição do autor

O *AIR Center* é um projeto científico que conta com 21 países signatários e pretende reforçar o diálogo político, a investigação, a produção de conhecimento e a capacitação para a segurança no Atlântico. Ter esta infraestrutura sediada nos Açores é importante para a afirmação do arquipélago internacionalmente.

Ainda do ponto de vista científico, o projeto *New Space Portugal*, liderado pela GEOSAT, o porto espacial de Santa Maria e o projeto da pista de drones no Faial reforçam o capital científico da RAA.

A exploração do espaço nas ilhas açorianas é uma mais-valia para Portugal e para a UE. O futuro, económico, científico e militar da UE, pode passar pela exploração espacial e os Açores demonstram ser o local ideal para tal exploração.

A extensão da plataforma continental de Portugal, da sua ZEE, muito por conta da geografia dos Açores, irá colocar a região, e Portugal, em patamares científicos, e quiçá económicos, nunca vistos.

Esta extensão, “tem um incalculável valor económico, que devemos preservar e defender a todo o custo. Daí a cobiça que poderá despertar, seja dentro ou fora da União Europeia, com a consequente valorização de Portugal no quadro europeu e internacional.”²⁹⁵

Mas também do ponto de vista securitário é possível concluir que a RAA tem uma importância real. Os Açores podem desempenhar um papel fundamental no combate ao crime organizado e ao controlo das ameaças no Atlântico.

Ao falarmos de segurança, concluímos que os Açores, assim como outras RUP da UE, podem desempenhar num futuro próximo um papel fundamental no combate ao crime organizado e a ameaças tais como a pirataria mundial e o terrorismo internacional.

“O combate às ameaças securitárias tradicionais é apenas uma das problemáticas nas quais as RUP podem ser uma mais-valia para a UE e para a NATO. A ascensão e o surgimento de outros tipos de constrangimentos à segurança global, tais como a pirataria e o terrorismo internacional, trazem com elas a necessidade das grandes potências se adaptarem. Ao assumir a responsabilidade de contribuir para e de levar a cabo missões próprias de manutenção de paz e de apoio em países e zonas do Mundo

²⁹⁵ Entrevista a Vasco Garcia, via correio eletrónico, em 23-09-2025, transcrição do autor

afetadas por estes novos perigos, a UE tem a necessidade de possuir pontos estratégicos no globo a partir dos quais pode lançar, monitorizar e prestar apoio logístico a tais empreendimentos.”²⁹⁶

Com a Europa empenhada em desenvolver a sua PESC, os Açores, do ponto de vista geopolítico, e também geoestratégico, são um ativo importante a considerar, pois são o ponto de interseção entre a América e a Europa, entre o Atlântico Sul e o Atlântico Norte, e ainda, é o local onde se interseitam grande parte das rotas marítimas e aéreas, tendo um papel importantíssimo a desempenhar na segurança europeia.

Segundo a nossa análise é esta localização privilegiada, das ilhas açorianas, que dá uma “importância estratégica” a Portugal.

“Estamos a assistir a uma transformação tecnológica muito rápida. O que sabemos é que o Atlântico Norte continua a ser muito importante. Sabemos que os Açores continuam a ser um espaço terrestre, de presença humana e política que dá a Portugal essa responsabilidade”²⁹⁷

Apesar de todas as alterações de força, e poder, a nível mundial existem situações que ao longo dos tempos não mudam, sendo a geografia uma delas.

“Quando tudo muda à nossa volta, e muitas coisas estão a mudar ao mesmo tempo, há duas coisas que não mudam. Uma porque já aconteceu, a outra porque é difícil de remover. Não muda a história, não muda a geografia. E a história e geografia são pilares essenciais da relação entre Portugal e os Estados Unidos e da relevância dos Açores nessa relação”.²⁹⁸

Defende-se a instalação nos Açores de um posto avançado de segurança da Europa no Atlântico. Será necessário investir nas infraestruturas e nos serviços, militares e de investigação científica, por forma a podermos tirar partido de todo o potencial destas ilhas.

Há ainda a questão das comunicações, e dos cabos submarinos. Os cabos submarinos são responsáveis por transportar a maioria do tráfego de dados através dos oceanos, permitindo o acesso à internet, às telecomunicações e a transações financeiras em tempo real. A proteção destes cabos é algo funda-

²⁹⁶ FONSECA, H. C. - Política de Vizinhança para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia, p. 37

²⁹⁷ SIMÃO L. – Observador - <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-aco-cores-de-acordo-com-especialistas/>

²⁹⁸ PORTAS P. – Açoriano Oriental - <https://www.acorianooriental.pt/noticia/paulo-portas-defende-que-relacao-atlantica-da-influencia-internacional-a-portugal-371447>

mental para o funcionamento das sociedades modernas. Imaginemos viver sem internet, comunicações móveis, sem acesso a informação, quase de forma imediata. Isto sem falar nas comunicações ao mais alto nível entre Estados que poderão ser afetadas.

Sendo os Açores uma região por onde passam grande parte destes cabos, é nosso entendimento que, também, devido a esta situação a região deve estar na linha da frente para assegurar a proteção e funcionalidade destas estruturas, consideradas críticas por muitos.

Enumeramos acima uma série de pontos importantes que valorizam o território da RAA. Contudo, sendo um ativo importante, entendemos que comporta riscos se não for bem preservado, avaliado e protegido.

Para demonstrar o que afirmamos deixamos abaixo um pequeno excerto da entrevista que realizamos ao Professor Doutor Tomé Ribeiro Gomes.

“Muitas vezes falamos dos Açores como um ativo estratégico e assumimos que isso é algo bom. Mas todos os ativos estratégicos trazem também riscos. Desde logo porque podem ser cobiçados por adversários, mas não só. No caso de Portugal e dos Açores, a falta de investimento nas ilhas leva frequentemente a que elas sejam usadas por aliados, sendo estes a investir nas infraestruturas para os fins por eles designados. Portugal fica depois na posição de tentar obter vantagens (que podem ser financeiras, militares, ou políticas). Isto é uma posição negocial fraca, que muitas vezes leva Portugal a ter de pagar um preço (ex.: Guerra do Yom Kippur em 1973) ou a utilizar a concessão de acesso aos Açores em substituição de outras responsabilidades.”²⁹⁹

Esta é mais uma razão para investimento nestas ilhas e para o reconhecimento da sua importância estratégica.

É nossa convicção que conseguimos demonstrar a importância geopolítica, e geoestratégica, do Arquipélago dos Açores para a UE.

Saibamos nós, comunidade, políticos, investigadores, cientistas, economistas, todos, preservar e tirar partido desta realidade.

²⁹⁹ Entrevista a Tomé Gomes, via correio eletrónico, em 11-07-2025, transcrição do autor

REFERÊNCIAS

AÇORIANO ORIENTAL – **Açores devem estar no centro do lançamento de uma rede internacional do Oceano e do Espaço** – Jornal Açoriano Oriental, 19 de setembro de 2025.

AÇORIANO ORIENTAL - **Governo dos Açores quer que António Costa valorize a ultraperiferia.** [Consult. 24 Mar. 2024]. Disponível em <https://www.acorianooriental.pt/noticia/governo-dos-acores-quer-que-antonio-costa-valorize-a-ultraperiferia-320540>.

AÇORIANO ORIENTAL – **Pista de drones no Faial prestes a ser adjudicada** – Jornal Açoriano Oriental, 9 de julho de 2024.

AIR CENTRE – **Atlantic International Research Centre** - <https://www.aircentre.org/about-us/>

AMARAL, C. - **Audição na Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia.** Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 2017.

AMARAL, C. – **Insularidade e a Europa das Ilhas** - In I. Valente (org). Olhares Cruzados sobre as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia. Editora da Universidade Federal de Campina Grande e Imprensa da Universidade de Coimbra.

AMARAL, J. B. Mota - **Os Açores, Portugal e a União Europeia (2ª Edição).** Ponta Delgada : Letras Lavadas Edições, 2019.

AMARAL, J. B. Mota - **Os Açores, Portugal e a União Europeia.** Ponta Delgada : Letras Lavadas, 2019.

AMARAL, J. B. Mota - **Uma abordagem federalista à problemática das ilhas europeias.** In C. Amaral (Coord.), Federalismo em tempos de renacionalização. Coleção Estudos sobre a Europa. Edições Almedina, 2019.

ANDRADE, Luís - Alguns tópicos sobre as relações entre os Açores e a Grã-Bretanha (durante a Segunda Guerra Mundial). **Arquipélago.** Ponta Delgada. (1998). Número especial 1988: Relações Açores – Grã-Bretanha.

ANDRADE, Luís - **Os Açores a II Guerra Mundial e a NATO.** Ponta Delgada : Impraçor, 1992.

ANDRADE, Luís - **Os Açores e os desafios da Política Internacional**. Ponta Delgada : Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 2002.

ANDRADE, Luís - **Os Açores, A Política Externa Portuguesa e o Atlântico**. Ponta Delgada : Letras Lavadas, 2013. ISBN 978-989-735-018-4.

ANDRADE, Luís - **Uma Perspectiva Açoriana da Política Externa dos Estados Unidos da América e o Atlântico Norte**. Ponta Delgada : Letras Lavadas, 2017. ISBN 978-989-735-122-8.

ANDRADE, Luis - **A nova ordem mundial do “imprevisível” Donald Trump**. Açoriano Oriental, N.º 22508, Domingo 19 de janeiro de 2025.

ASH, Timothy Garton - **Free World – A América, A Europa e o Futuro do Ocidente**. Alêtheia Editores, 2006.

BALÃO, S. - **Contexto internacional pode potenciar posição geoestratégica dos Açores, de acordo com especialistas**. Observador, 2025. [Consult. 12 Out. 2025]. Disponível em <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-aco-es-de-acordo-com-especialistas/>.

BECKER, Bertha K. - **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados [Em linha]. Vol.19, n.53, 2005. [Consult. 9 Dez. 2023]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>.

BLOOMBERG - ***Europe’s Contested Deal With China Sends Warning to Joe Biden***. 2021. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-08/europe-s-contested-deal-with-china-sends-warning-to-joe-biden#xj4y7vzkg>.

BOLIEIRO, J. M. - **Diáspora açoriana “ajuda a prestigiar” a Região**. 2024. [Consult. 12 Out. 2025]. Disponível em <https://portal.azores.gov.pt/web/comunicacao/news-detail?id=16440562>.

BORREL, Josep, ***Europe in the “Arc of Fire”***. [Consult. 22 Jan. 2024]. Disponível em <https://www.eeas.europa.eu/sites/default/files/documents/2024/EUROPE%20IN%20THE%20%E2%80%98ARC%20OF%20FIRE%E2%80%99%20EU%20foreign%20policy%20in%202024.pdf>.

BORRELL, Josep, **Uma Bússola Estratégica para reforçar a segurança e a defesa da UE ao longo da próxima década** 2022, [Consult. 30 Abr. 2025]. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2022/03/21/a-strategic-compass-for-a-stronger-eu-security-and-defence-in-the-next-decade/>.

BRAILLARD, Philippe - **Teoria das Relações Internacionais**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BRITANNICA - **Marshall Plan**. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.britannica.com/event/Marshall-Plan>.

CNBC - **‘An attack on one is an attack on all’ — Biden backs NATO military alliance in sharp contrast to Trump**. 2021. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.cnn.com/2021/02/19/munich-security-conference-biden-backs-nato-in-sharp-contrast-to-trump.html>.

COHEN, Bernard S. - **Geography and Politics in a World Divided**. New York : Random House, 1963.

COMISSÃO EUROPEIA - **European Pillar of Social Rights**. - [Consult. 23 Mar. 2025]. Disponível em https://employment-social-affairs.ec.europa.eu/policies-and-activities/european-pillar-social-rights-building-fairer-and-more-inclusive-european-union_en.

COMISSÃO EUROPEIA - **Putting people first, securing sustainable and inclusive growth, unlocking the potential of the EU’s outermost regions**. 2022. [Consult. 23 Mar. 2025]. Disponível em https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/policy/themes/outermost-regions/rup-2022/comm-rup-2022_en.pdf.

Governo de Portugal - **Conceito Estratégico de Defesa Nacional – Ciclo de Revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional – 2022-2023**. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.idn.gov.pt/pt/noticias/Documents/2023/CEDN_teste.pdf.

Governo de Portugal - **Conceito Estratégico de Defesa Nacional**. 2013. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/documentos/Lists/PDEFINTER_DocumentoLookupList/Conceito-Estrategico-de-Defesa-Nacional.pdf.

CONSELHO DA EUROPA, **A UE adota uma estratégia para o Golfo da Guiné**. 2014. [Consult. 07 Jan. 2024]. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/media/28731/141592.pdf>.

CONSELHO EUROPEU - **Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa**. [Consult. 29 Abr. 2025]. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/strategic-compass/>.

CONSELHO EUROPEU - *Conclusions of the Presidency of the European Council*. Rodés, 2 and 3 December 1998. [Consult. 26 Mai. 2025]. Disponível em https://www.european-council.europa.eu/media/849098/1988_december-_rodés_eng_.pdf.

CORREIA, Pedro de Pizarat - Geopolítica e Geoestratégia. **Nação e Defesa** [Em linha]. 131:5ª série (2012) 229-246. 2012. [Consult. 26 Nov. 2023]. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7670/1/NeD131_PedroPizaratCorreia.pdf.

CORREIA, Pedro de Pizarat - **Manual de Geopolítica e Geoestratégia**, Lisboa : Edições 70, 2018.

CORREIO DOS AÇORES - **A ampliação da Plataforma Continental dá aos Açores acesso a recursos valiosos no fundo do mar, diz Almirante Silva Ribeiro, antigo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas**. [Consult. 13 Jul. 2024]. Disponível em <https://correiodosacores.pt/2023/12/28/a-ampliacao-da-plataforma-continental-da-aos-acores-acesso-a-recursos-valiosos-no-fundo-do-mar-diz-almirante-silva-ribeiro-antigo-chefe-do-estado-maior-das-forcas-armadas/>.

CORREIO DOS AÇORES - **A Economia azul e os Açores**. [Consult. 13 Jul. 2024]. Disponível em <https://correiodosacores.pt/2024/03/20/a-economia-azul-e-os-acores/>.

CRUZ, B. - **Trump, a Gronelândia e... os Açores**. [Consult. 01 Mar. 2025]. Disponível em <https://www.dn.pt/opiniao/trump-a-gronel%C3%A2ndia-e-os-a%C3%A7ores>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS – **O Regresso da Base das Lajes**. [Consult. 11 Jul. 2024]. Disponível em <https://www.dn.pt/internacional/o-regresso-da-base-das-lajes-16888984.html/>.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS - **Obama avisa que NATO é vital para a segurança dos EUA**. 2016. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.dn.pt/mundo/obama-avisa-que-nato-e-vital-para-a-seguranca-dos-eua-5499740.html>.

DINHEIRO VIVO - **Cabos submarinos: uma responsabilidade global, inclusive de Portugal.** [Consult. 25 Set. 2025]. Disponível em <https://dinheirovivo.dn.pt/cabos-submarinos-uma-responsabilidade-global-inclusive-de-portugal>.

DOUGHERTY, James E. - **Relações Internacionais – As Teorias em Confronto.** Gradiva, 2003.

DTIC – *Defense Technical Information Center - The Strategic Significance of the Azores.* [Consult. 14 Jul. 2024]. Disponível em <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1189478.pdf>.

DW.COM - **A Europa sem Obama.** [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/a-europa-sem-obama/a-36424353>.

El PAIS - **Trump apresenta orçamento com cortes sociais e mais gasto militar nos Estados Unidos.** [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-02-11/trump-apresenta-orcamento-com-cortes-sociais-e-mais-gasto-militar-nos-estados-unidos.html>.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL AÇORES - **Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores**, Lei 39/80, de 5 de agosto. [Consult. 19 Jan. 2025]. Disponível em http://www.alra.pt/documentos/estatuto_pt.pdf.

EURO DEFENSE PORTUGAL - **Política Externa Europeia.** Tertúlia EDJ #03. 2021. [Consult. 07 Jan. 2024]. Disponível em https://eurodefense.pt/wp-content/uploads/2022/11/03_Pol%C3%ADtica-Externa-Europeia-27OUT2021.pdf.

Eurostat - *Early leavers from education and training by sex and NUTS 2 region.* [Consult. 26 Mai. 2025]. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/edat_lfse_16/default/table?lang=en.

EUROSTAT - *Persons at risk of poverty or social exclusion by NUTS 2 region - EU 2020 strategy.* [Consult. 26 Mai. 2025]. Disponível em https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/ilc_peps11/default/table?lang=en.

EXPRESSO - **Plano de ordenamento dos Açores mantém possibilidade de mineração em mar profundo, alertam organizações ambientalistas.** [Consult. 18 Out. 2025]. Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2024-07-27-plano-de-ordenamento-dos-acores-mantem-possibilidade-de-mineracao-em-mar-profundo-alertam-organizacoes-ambientalistas-64a03ae8>.

FERREIRA, J. Medeiros - **Os Açores na política internacional**. Lisboa : Tinta da China, 2011.

FERREIRA, J. Medeiros - Os Açores nas duas guerras mundiais. **Política Internacional** [Em linha]. 1:1. 1990. [Consult. 10 Dez. 2023]. Disponível em http://www.ipris.org/files/1/02_Os_Acores.pdf.

FERREIRA, J. Medeiros - **Os Açores nas duas guerras mundiais**. Angra do Heroísmo : Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Vol. XLV, N.º 1. 1988.

FERREIRA, J. Medeiros - Um século ainda pequeno. **Relações Internacionais** [Em linha]. (2010) 43-39. [Consult. 12 Set. 2025]. Disponível em https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a03.pdf.

FERREIRA, J. Medeiros - Os Espaços Estratégicos de Interesse para Portugal (I Parte). **Revista Militar** [Em linha]. n.º 2463, [Consult. 11 Jun. 2025]. Disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo-pdf/633>.

FIOTT, Daniel - *European Defence and the Security of Strategic Resources*. **IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS**. (2022) 5-6. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.idn.gov.pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20BB.pdf.

FONSECA, Henrique - **As Regiões Ultraperiféricas e a presença da União Europeia no Mundo**, In Debater a Europa, Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.26/27 – 2022 -2023 – Anual.

FONSECA, Henrique - **Política de Vizinhaça para o Atlântico: As Regiões Ultraperiféricas e a Ação Externa Europeia**. Ponta Delgada : Universidade dos Açores, 2018. Dissertação de Mestrado.

FONTES, Paulo - As relações transatlânticas e a centralidade dos Açores: entre passado e futuro. **Observatório Político** [Em linha]. 18 (2022) 87-103. [Consult. 20 Set. 2025]. Disponível em <https://rpcp.pt/index.php/rpcp/article/view/155/106>. ISSN: 2795-4757 | ISSN-e: 2795-4765.

FONTES, Paulo - Os Açores no sistema das relações internacionais: entre autonomia e integração europeia. **Oasis** [Em linha]. 37 (2023) 93-114. [Consult. 09 Jan. 2025]. Disponível em <https://revistas.ueexternado.edu.co/index.php/oasis/article/view/8420/13598>. ISSN: 1657-7558, E-ISSN: 2346-2132.

FRIEDMAN, T. L. - *The world is flat: A brief history of the twenty-first century*. New York : Farrar, Straus and Giroux, 2025.

GERALDES, João - O Pensamento Geopolítico e Geoestratégico – Uma perspetiva da sua evolução. **Nação e Defesa** [Em linha]. 1982. [Consult. 14 Jan. 2024]. Disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/3466/1/NeD27_JoaoCarlosAzevedoAraujoGeraldDes.pdf.

GOMES, Tomé - **Hoje, a Gronelândia; amanhã, os Açores?** Publico, 2025. [Consult. 10 Out. 2025]. Disponível em <https://www.publico.pt/2025/01/12/opinioao/opinioao/hoje-gronelandia-amanha-acores-2118514>.

GOMES, Tomé – **Portugal e o degelo do Ártico**. Publico, 2023. [Consult. 10 Out. 2025]. Disponível em <https://www.publico.pt/2023/07/02/azul/opinioao/portugal-degelo-arctico-2053160>.

GOVERNO REGIONAL AÇORES - **Governo dos Açores defende que arquipélago seja abrangido pelo reforço de investimento em Defesa**. Açores9, 2025. [Consult. 10 Out. 2025]. Disponível em <https://jornalacores9.pt/2025/04/08/governo-dos-acores-defende-que-arquipelago-seja-abrangido-pelo-reforco-de-investimento-em-defesa/>.

GUILLAUMIN, Patrick - *La dimension ultrapériphérique de l'Union Européenne*. Edition l'Harmattan, 2000.

HERTZ, Norman - **Os Açores e a Guerra no Atlântico - Os Açores e a II Guerra Mundial – actas do colóquio comemorativo dos 60 anos sobre a capitulação alemã**. Angra do Heroísmo : Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

IAEM - **Análise Geoestratégica – Subsídios para o Seu Estudo**. NC-71-00-01, Lisboa.

INSEE - *Niveaux de vie en Guadeloupe en 2017 : La pauvreté touche un tiers de la population guadeloupéenne*. Analyses Guadeloupe. No 43 (2020). [Consult. 26 Mai. 2025]. Disponível em <https://www.insee.fr/fr/statistiques/4623253#:~:text=En%202017%2C%20134%20800%20Guadeloup%C3%A9ens,de%20moins%20de%20quatorze%20ans>.

JACKSON, Robert; Sørensen, Georg - **Introduction to International Relations – Theories and Approaches**. Oxford : Oxford University Press, 2003.

JORNAL ECONÓMICO - **Extensão da plataforma continental vai estar fechada até 2021**. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/extensao-da-plataforma-continental-vai-estar-fechada-ate-2021-345332>.

KAPLAN, R. D. - *The Revenge of Geography: What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate*. New York : Random House, 2012.

KIRSHNER, Jonathan – *An Unwritten Future: Realism and Uncertainty in World Politics*. Princeton: Princeton : Princeton University Press, 2022.

LACOSTE, Yves - *Questions de géopolitique, l'Islam, la mer, l'Afrique*. Paris : Biblio Essais, 1990.

LEYEN, Ursula - *Speech by President von der Leyen at the European Parliament Plenary joint debate on European Council meetings and European Security*. 2025. [Consult. 29 Abr. 2025]. Disponível em https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/speech_25_739.

LOPES, N - **O estatuto de Região Ultraperiférica e a sua importância na União Europeia: o caso açoriano**. In Political Observer | Portuguese Journal of Political Science | Revista Portuguesa de Ciência Política, 2022.

MACKINDER, Halford - *The Geographical Pivot of History*. **Geographical Journal** [Em linha]. 23:4 (1904). [Consult. 14 Jan. 2024]. Disponível em https://www.jstor.org/vlib.interchange.at/stable/pdf/1775498.pdf?refreqid=fastly-default%3Ad458283b52e9c2321af55b475fc85d65&ab_segments=0%2FSYC-7052%2Ftest&origin=&initiator=search-results&acceptTC=1.

MARSH, David; STOKER, Gerry (orgs.). - **Theory and Methods in Political Science**. 3.^a ed. Houndmills : Palgrave Macmillan, 2010.

MENESES, Avelino – **As Ilhas de Portugal na Construção da Europa**. In As Ilhas e a Europa. A Europa das Ilhas. Funchal : CEHA, 2011.

MIYAMOTO, Shighenoli - GEOPOLÍTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **ACTA Geográfica** [Em linha]. (2014) 11-32. [Consult. 20 Jun. 2025]. Disponível em <https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/2349/1341>. ISSN 1980-5772eISSN 2177-4307.

MONJARDINO, Miguel - **A nova ordem mundial do “imprevisível” Donald Trump**. Açoriano Oriental, N.º 22508, Domingo 19 de janeiro de 2025.

MONJARDINO, Miguel - **Estamos a assistir ao fim do Euroatlantismo**. Expresso, N.º 2724, 10 de janeiro de 2025.

MONTEIRO, António - **Conceitos, Planos e Estratégias. Mas falta a Estratégia Nacional**. EuroDefense Portugal (2024). [Consult. 15 Abr. 2025]. Disponível em <https://eurodefense.pt/conceitos-planos-e-estrategias-mas-falta-a-estrategia-nacional/>

MOREIRA, Adriano - **Poder funcional – poder errático**. Nação e Defesa, N.º 12, outubro-dezembro, Lisboa, 1979.

MOREIRA, Carlos - **ALFRED THAYER MAHAN**. [Consult. 14 Jan. 2024]. Disponível em www.academia.edu/11873527/ALFRED_THAYER_MAHAN

NATO - [Consult. 10 Dez. 2023]. Disponível em https://www.nato.int/nato-welcome/index_pt.html

NUNES, Isabel F. - A Bússola Estratégica e a Defesa Europeia. **IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS**. (2022) 4-5. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20BB.pdf

OBSERVADOR - **Clima: Barack Obama classifica como "enorme" o acordo de Paris**. 2015. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://observador.pt/2015/12/12/clima-barack-obama-classifica-enorme-acordo-paris/>

OBSERVADOR - Especialista defende que americanos não vão abandonar a base das Lajes para não criar “vazios de poder”. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://observador.pt/2019/10/23/especialista-defende-que-americanos-nao-vao-abandonar-a-base-das-lajes-para-nao-criar-vazios-de-poder/>

OBSERVADOR - Licenciamento do porto espacial de Santa Maria promove potencial do país, diz Governo. [Consult. 28 Set. 2025]. Disponível em <https://observador.pt/2025/08/20/licenciamento-do-porto-espacial-de-santa-maria-promove-potencial-do-pais-diz-governo/>

OBSERVADOR - Ministra da Defesa destaca papel dos Açores no Centro do Atlântico e na projeção de Portugal. [Consult. 24 Mar. 2024]. Disponível em <https://observador.pt/2023/05/12/ministra-da-defesa-destaca-papel-dos-aco-res-no-centro-do-atlantico-e-na-projecao-de-portugal/>

OKEANOS - Descubra os enigmas do mar profundo com o Minuto Azul Escuro. [Consult. 18 Out. 2025]. Disponível em <https://www.oceanos.uac.pt/post-60>.

PALMEIRA, J. - O mar na geopolítica de Portugal. **Biblos** [Em linha]. 2 (3.^a Série) 117-125 (2016) DOI: http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_3-2_5.

PEREIRA, P. - A Cooperação entre a NATO e a União Europeia. **IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS.** (2022) 8-9. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20BB.pdf.

PINTO, J. F. - **Lisboa, os Açores e a América. Base das Lajes: Jogos de Poder ou Rapina de Soberania?** Coimbra : Almedina, 2012.

PIZARRO, Noémia, Bússola Estratégica e a Política de Defesa Europeia. **IDN - BÚSSOLA ESTRATÉGICA : PERSPETIVAS.** (2022) 2-3. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Documents/2022/IDN%20brief%20maio%20de%2017_05_2022%20BB.pdf.

PORTAS, P. - **Paulo Portas defende que "relação atlântica" dá influência internacional a Portugal.** [Consult. 25 Set. 2025]. Disponível em <https://www.acorianooriental.pt/noticia/paulo-portas-defende-que-relacao-atlantica-da-influencia-internacional-a-portugal-371447>.

REPÚBLICA PORTUGUESA - **Estratégia Portugal 2030 – Documento de Enquadramento Estratégico**. (2020). [Consult. 28 Abr. 2025]. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDC3NAEAKBRcpAUAAAA%3D>.

REPÚBLICA PORTUGUESA - **Fundo Europeu de Defesa**. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/duf/fed>.

DIÁRIO DA REPÚBLICA - **Defesa dos oceanos e do património natural azul: moratória à mineração dos fundos marinhos - Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2023/A, de 23 de maio**. Diário da República n.º 99/2023, Série I de 2023-05-23, páginas 25 – 27. [Consult. 18 Out. 2025]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-legislativa-regiao-autonoma-acaores/23-2023-213345454>.

RODRIGUES, L. – **Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança**. Lisboa : Noticias Editorial, 2002.

SÁ, T. M. - **Os Estados Unidos e os Açores. A base das lajes e o retraimento americano**. Relações Internacionais, 2016.

SACHETTI, F. - **A SEGURANÇA LESTE-OESTE E O ATLÂNTICO**. (1995). [Consult. 30 Abr. 2025]. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/entities/publication/83ae4811-ae22-4b96-b04d-e245936a86bd>.

SANTOS, R. - **Comissão científica co-coordenada por Ricardo Serrão Santos recomenda moratória**. [Consult. 18 Out. 2025]. Disponível em <https://www.oceanos.uac.pt/post-159>.

SAPO - **Está a nascer um porto espacial nos Açores. Portugal prepara-se para novas órbitas em Santa Maria**. [Consult. 22 Set. 2025]. Disponível em [Está a nascer um porto espacial nos Açores. Portugal prepara-se para novas órbitas em Santa Maria](#).

SIMÃO, Licínia - **Contexto internacional pode potenciar posição geoestratégica dos Açores, de acordo com especialistas**. Observador. [Consult. 28 Set. 2025]. Disponível em <https://observador.pt/2025/09/03/contexto-internacional-pode-potenciar-posicao-geoestrategica-dos-acaores-de-acordo-com-especialistas/>.

TEIXEIRA, Nuno Severiano - Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. **Relações Internacionais** [Em linha]. 28 (2010). [Consult. 12 Set. 2025]. Disponível em https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri28/n28a04.pdf.

TELO, António José - **Os Açores e o controlo do Atlântico (1898 / 1948)**. Lisboa : Edições ASA, 1993.

TELO, António José - **Portugal e a Nato – o reencontro da tradição atlântica**. Lisboa : Edições Cosmo, 1996.

THE GUARDIAN - **Barack Obama calls for 'reset' in US-Russia relations**. (2009). [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2009/jul/07/barack-obama-russia-moscow-speech>.

THE WHITE HOUSE - **The New Atlantic Charter**. [Consult. 21 Nov. 2023]. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/06/10/the-new-atlantic-charter/>.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA, (versão consolidada) (2016). Jornal Oficial da União Europeia.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. 1992. [Consult. 19 Jan. 2025]. Disponível em eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:11992M/TXT&from=PT.

UNIÃO EUROPEIA - **External Action - 2024 Progress Report on the Implementation of the Strategic Compass for Security and Defence**. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em https://www.eeas.europa.eu/eeas/2024-progress-report-implementation-strategic-compass-security-and-defence_en.

UNIÃO EUROPEIA - **A Strategic Compass for Security and Defence**. (2022). [Consult. 28 Abr. 2025]. Disponível em https://www.eeas.europa.eu/eeas/strategic-compass-security-and-defence_1_en.

UNIÃO EUROPEIA - **EUNAVFOR Operation ASPIDES**. [Consult. 11 Jun. 2025]. Disponível em https://www.eeas.europa.eu/eunavfor-aspides_en?s=410381.

UNIÃO EUROPEIA - *Permanent Structured Cooperation*. [Consult. 02 Mai. 2025]. Disponível em <https://www.pesco.europa.eu/>.

UNIÃO EUROPEIA - **Política externa e de segurança**. [Consult. 28 Abr. 2025]. Disponível em https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/foreign-and-security-policy_pt.

VALENTE, I. - **A Construção de um conceito – Região Ultraperiférica**. In DEBATER A EUROPA Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.8 Janeiro/Julho, 2013.

VALENTE, I. – **Portugal, política regional e Ultraperiferia**. In Debater a Europa, Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.15 julho/dezembro, 2016.

VAZ, Nélia Moniz - **A Extensão da Plataforma Continental de Portugal e a Região Autónoma dos Açores**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 2019. Dissertação de Mestrado.

VENTURA, A. - **Base das Lajes. “Quem ganha sempre são os Estados Unidos”**. Jornal i, (2018). [Consult. 11 Jun. 2025]. Disponível em <https://ionline.sapo.pt/2018/03/16/base-das-lajes-quem-ganha-sempre-sao-os-estados-unidos/>.

WALTZ, Kenneth N. - **Teoria das Relações Internacionais**. Gradiva, 2002.

WU, Zhengyu - *Classical geopolitics, realism and the balance of power theory*. **Journal of Strategic Studies** [Em linha]. 41:6 (2018) 786-823. [Consult. 9 Dez. 2023]. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01402390.2017.1379398>.

Fontes Orais/Primárias

AMARAL, João - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 19 de setembro de 2023. Transcrição do autor.

ANDRADE, Luís - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 07 de setembro de 2025. Transcrição do autor.

CÉSAR, Carlos - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 07 de agosto de 2025. Transcrição do autor.

CORDEIRO, Vasco - Entrevista realizada por Pedro Furtado, Ponta Delgada, 22 de setembro de 2025.
Transcrição do autor.

GARCIA, Luis - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 29 de setembro de 2025. Transcrição do autor.

GARCIA, Vasco - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 23 de setembro de 2025. Transcrição do autor.

GOMES, Tomé - Entrevista realizada por Pedro Furtado, via correio eletrónico, 11 de julho de 2025.
Transcrição do autor.

Anexo

Entrevistas

As entrevistas foram realizadas de forma mista, por meio de perguntas, e respostas, enviadas por email, e ainda por recurso à recolha de respostas por áudio, em entrevistas realizadas presencialmente.

As perguntas que utilizamos para as entrevistas foram as seguintes:

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?
2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?
3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?
4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?
5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?
6. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema?

Transcrição de Entrevista

Data: 19-09-2025

Entrevistado: **João Bosco Mota Amaral**

Cargo: Presidente do Governo Regional dos Açores - 1976 a 1995

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

A "política externa" da União Europeia é matéria de grande complexidade, como temos visto nos últimos tempos, pois envolve domínios reservados dos poderes soberanos, nomeadamente as questões de relações internacionais e de defesa, que os Estados Membros resistem em partilhar. Por outro lado, vigora no Conselho Europeu, órgão criado para dar lugar e voz aos representantes ao mais alto nível dos Estados Membros, a regra da unanimidade, o que obriga á busca de consensos e se tem revelado particularmente difícil de gerir nos momentos críticos que estamos atravessando. Nos tempos mais próximos, os temas dominantes na UE vão ser os referentes à relação com os Estados Unidos e a Rússia, a defesa da UE e as guerras em curso na Ucrânia e na Palestina. As questões atlânticas tendem a ficar na sombra, mas o certo é que Portugal continua a ser peça chave em tal domínio, avultando os Açores, enquanto Região Autónoma, como arquipélago central no Atlântico Norte. O nosso papel no seio da UE tenderá a ampliar-se quando a situação geral se normalizar.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

O papel dos Açores decorre da Geografia e é por isso estrutural, ou seja mantém-se no tempo, quaisquer que sejam as questões em cada altura dominantes. O facto de os Açores estarem, desde o tempo do seu povoamento, sob soberania portuguesa tem sido importante para o nosso País. A en-

trada de Portugal para a UE projectou os Açores para o âmbito europeu, dando-nos um lugar de relevo na afirmação dos interesses e da identidade da UE na zona crucial do Atlântico Norte, nomeadamente quanto às ligações marítimas e aéreas com a América, bem como no que toca ao Espaço e às telecomunicações.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

Gostaria muito que tal conflito nunca existisse, mas infelizmente nunca se pode garantir que não aconteça enquanto durar o clima actual nas relações entre a Europa e os Estados Unidos, com reflexos na NATO. A fronteira atlântica de Portugal e da UE passa presentemente a Ocidente dos Açores e rebus sic stantibus é desejável que tal situação se mantenha.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

Com certeza. Portugal deve valorizar o contributo inestimável que os Açores dão no acesso ao mar e aos recursos marinhos, tal como na protecção dos mesmos, campo em que têm sido tomadas pelas autoridades açorianas iniciativas de muito relevo e até exemplares. O mesmo se diga do Espaço e no campo das comunicações. Os valores em causa são difíceis de calcular, mas são obviamente muito grandes. Oxalá contribuam para o desenvolvimento dos Açores e para a melhoria das condições de vida do Povo Açoriano.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

Julgo que sim e que tal é mesmo muito vantajoso para Portugal e para a UE. Admito que nos tempos mais próximos, de intensa polarização nos Estados Unidos, o nível das relações luso-americanas e mesmo euro-americanas baixe um pouco. Mas logo que a situação se normalize voltaremos a ter um papel importante em tais relações, fruto da presença de tantos açorianos na América. E entretanto convém não esquecer o Canadá, que é também um grande país americano, por sinal alinhado com a UE, onde há muitos açorianos e seus descendentes.

6. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema?

Nota: (Por convicção pessoal, o Autor não respeita o assim chamado Acordo Ortográfico.)

Transcrição de Entrevista

Data: 07-08-2025

Entrevistado: **Carlos Manuel Martins do Vale César**

Cargo: Presidente do Governo Regional dos Açores - 1996 a 2012

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

Portugal é a testa da Europa atlântica, mas isso nunca o dispensará de uma posição ativa que aproveite a posição geográfica. Naturalmente que Portugal - país que historicamente tem uma forte vocação marítima e atlântica - desempenha um papel relevante na Política Externa da União Europeia, seja em relação ao Atlântico, seja por exemplo no diálogo com a África e com os países da lusofonia, como é também o caso do Brasil. O País consolidou esse estatuto na última década com grande mérito para a diplomacia portuguesa e é fundamental que não o deixe escapar. O eixo Atlântico tem-se mantido ao longo dos anos como um elemento clássico da Política Externa Portuguesa, antes e depois do 1974, e a posição de pivot de Portugal no Atlântico deve-se, em grande medida, não apenas à frente litoral continental como, especialmente, à localização privilegiada do arquipélago dos Açores e, com menor impacto logístico, da Madeira. As Regiões Autónomas, e em particular os Açores, assumem uma posição central no Atlântico, tornando-se a ponte física entre, sobretudo, a América do Norte e a Europa. Os Açores desempenham um papel absolutamente fundamental para essa projeção, desde os primórdios da sua descoberta no século XV. A posição geoestratégica do território português e o novo ambiente internacional exigem, no entanto, que Portugal assuma política e efetivamente a sua centralidade nesse espaço marítimo e logístico e comunicacional em geral. Essa dimensão estratégica pode e deve ser aprofundada no âmbito da geopolítica portuguesa e europeia. Os Açores asseguram a Portugal a maior parte da ZEE nacional, posicionando o País como um dos principais players europeus no domínio da chamada economia azul. Cumulativamente, os Açores consolidam a condição portuguesa de fronteira mais ocidental da União Europeia, com importância, por exemplo, na vigilância, controlo e proteção das rotas marítimas. A unidade do Atlântico, para a qual os Açores contribuem com seu posicionamento geoestratégico, é por isso fundamental na garantia de segurança, não só das

linhas de comunicação marítimas, mas também das reservas energéticas e de matérias-primas cuja importância, no futuro, se vai consolidar com o desenvolvimento da nova economia do mar e o alargamento da plataforma continental portuguesa. O nosso arquipélago é, assim, uma peça central na afirmação da Política Externa de Portugal e da União Europeia, constituindo-se como uma plataforma atlântica avançada, dos pontos de vista logístico, estratégico-militar, diplomático, científico e ambiental. Tal afirmação exige, no entanto, uma estratégia clara, mas, igualmente, investimentos em infraestruturas críticas e correlacionadas que têm sido descurados pelos poderes com maior capacidade para o efeito.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

O Oceano Atlântico poderá tornar-se um dos principais corredores energéticos da economia global no decorrer deste século. Inclusive, a tendência para o degelo do Ártico, provocado pelas alterações climáticas, potencia novas rotas de navegação, tal como a possível exploração de zonas antes inóspitas. A crescente competição entre potências atlânticas e não atlânticas a Norte, que se espera que aumente com a possibilidade de uma rota do Ártico, desempenha um papel importante nas dinâmicas marítimas atuais e futuras, com o crescente interesse da Rússia e da China nesta região. Os Açores assumem uma importância estratégica incontornável para a segurança da União Europeia e para a projeção do seu poder na área marítima do Atlântico Norte. A sua localização geográfica, entre a Europa e a América do Norte, coloca o arquipélago no centro das principais rotas marítimas e aéreas transatlânticas, conferindo-lhe um papel crucial ao nível da segurança marítima, na vigilância de fluxos comerciais, na deteção de ameaças e na proteção de infraestruturas críticas. Apesar das contradições tão flagrantes como preocupantes do papel dos EUA no contexto global, a aliança, ou, pelo menos a partilha de interesses, entre Portugal e a Europa na segurança atlântica é incontornável e desejada. Portugal deverá desempenhar um papel mais relevante na vigilância e segurança das linhas de comunicação marítimas do Atlântico, e deve colocar ênfase nos Açores enquanto ponto de referência dessa dinâmica. Por outro lado, não podemos ignorar áreas emergentes como o domínio espacial. Algumas ilhas dos Açores oferecem à Europa condições favoráveis para o lançamento de satélites, como é exemplo o Porto Espacial da ilha de Santa Maria, onde a ESA iniciou a sua presença no dobrar da primeira década deste século, mas também do Centro de Operações Espaciais localizado na ilha Terceira. Os Açores oferecem, pelas mesmas razões, uma base para reforçar a capacidade europeia de atuação no Atlântico, num contexto crescente de ameaças híbridas e disruptivas, como a

sabotagem de cabos submarinos, tráfico internacional ou pirataria. Os países do lado americano partilham, certamente, o interesse na eficiência dessa capacidade. Os investimentos em Santa Maria e na Terceira, mas não só, são exemplos prometedores desses propósitos, sobretudo para a modernização, valorização e cooperação no setor da Defesa. No caso da Terceira trata-se de um centro de excelência, focado na área do Defence Capacity Building e na cibersegurança, através da aposta no desenvolvimento de capacidades associadas à defesa do espaço atlântico, focando-se no domínio da segurança marítima, mas igualmente com alcance nos domínios terrestre, aéreo e da ciberdefesa.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

Esse é um cenário bastante improvável. Não é vislumbrável qualquer configuração de interesses suficientemente permanentes fora do contexto, digamos assim, bilateral, da relação UE/EUA. Isso prefigura a manutenção de uma aliança político-militar euro-americana com o atual perfil, embora com o reforço da componente europeia mercê do interesse imediato na contenção da ameaça efetiva na sua fronteira leste. Mas, em todo o caso, seria sempre uma situação muito difícil de gerir no plano nacional e internacional, com múltiplas consequências. Convém recordar que Portugal, historicamente, tem mantido uma política externa assente no equilíbrio entre o compromisso com o projeto de unidade europeia e da NATO, (da qual é membro fundador por virtude, em grande parte, da relevância geoestratégica à época dos Açores) e a sua relação formal com os EUA, a qual é uma das mais antigas, sólidas e estáveis do mundo. É certo que, nesta fase, com a administração Trump, essa estabilidade parece menos inquestionável, mas estou convencido de que se trata de um processo de ajustamento à superfície e não uma disrupção com profundidade.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

Naturalmente que sim. A proposta portuguesa para alargamento da plataforma continental apresentada à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas abrange cerca de 4 milhões de km², o que, se aprovado, representará uma das maiores áreas marítimas sob jurisdição nacional no

mundo. Essa dimensão é possível essencialmente devido à localização dos Açores no centro do Atlântico Norte, conferindo ao nosso arquipélago um papel central na geopolítica do mar e no reposicionamento estratégico de Portugal no mundo. Com esta extensão, Portugal passará a ter direitos exclusivos sobre os recursos do subsolo marinho para além das 200 milhas náuticas, incluindo minerais raros, metais estratégicos, potenciais fontes energéticas e recursos genéticos marinhos com aplicações na biotecnologia e farmacêutica, o que reforçará a relevância económica, logístico-operacional e científica dos Açores, atraindo investimento europeu e internacional. Inevitavelmente, Portugal terá de ver também a sua relevância internacional reforçada ao nível político, nomeadamente no que respeita às decisões sobre políticas marítimas europeias. O reforço do valor estratégico e económico que advirá desse alargamento exige, por outro lado, um esforço acrescido em termos de investimento público nacional e comunitário, sobretudo nas áreas da investigação científica, infraestruturas logísticas e críticas, meios relacionados com a Defesa, transportes e conectividade. Esses investimentos, a que se poderão adicionar parcerias com privados e países terceiros, contribuirão, certamente, nos planos internos, para uma maior coesão territorial nacional e regional.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

Os Açores já tiveram uma proximidade institucional com estados americanos e ao nível federal, também facilitada pela comunidade açoriana ali residente que era, em certa altura, no passado mais significativa e influente nessa ponte. Vários presidentes americanos salientaram publica e privadamente essa circunstância. Lembro-me que, num encontro que tive com o Presidente Obama, ele, com certeza informado pela assessoria que o municiou, disse-me num tom divertido, “tenho muito gosto em estar consigo, porque, como sabe, sou presidente de mais açorianos do que você”. Todavia, com poucas mas identificáveis exceções, no topo das instituições políticas portuguesas essa relação direta foi sempre obstaculizada. Os Açores têm intervenção oficial na relação bilateral com os Estados Unidos através da sua participação na Comissão Bilateral Permanente Portugal - EUA. Naturalmente que esse papel pode ser sempre exponenciado e o País só terá a ganhar com isso. A condução da política externa cabe naturalmente ao Governo da República, mas os governos regionais não devem desvalorizar as suas capacidades diplomáticas, sobretudo ao nível da paradiplomacia. Há todo um soft power

que importa manter ou potenciar. A diáspora açoriana nos EUA, embora mais envelhecida e prejudicada pelas atuais políticas federais, que é particularmente significativa em estados como Califórnia, Massachusetts e Rhode Island, constitui, ainda, um ativo estratégico de grande valor para o País e para a própria Região, estando em alguns casos integrada em estruturas políticas, económicas e académicas norte-americanas. NOTA: A propósito desta questão do MAR relacionada com os Açores (e porque estava a revisitar alguns apontamentos a outro propósito), encontrei uma intervenção que proferi na Assembleia Legislativa Regional, creio que em novembro de 2011, e da qual respigo como curiosidade: (...) Urge, pois, insistir na centralidade e na importância deste tema e mobilizar a opinião partidária, a especializada e a opinião pública em geral. Um simples olhar sobre um mapa-mundo mostra-nos que a dispersão dos Açores pelo oceano gera uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia, com cerca de um milhão de quilómetros quadrados. Se a essas águas acrescentarmos a imensa área de fundos oceânicos que - nos termos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - pode ser considerada como extensão da plataforma continental em torno dos Açores, teremos, já não um, mas quase três milhões de quilómetros quadrados: um território que dá uma nova dimensão às nossas ilhas, a Portugal e à própria União Europeia. Com a criação do Parque Marinho dos Açores acrescentámos às áreas sob nossa jurisdição cerca de 100 mil quilómetros quadrados, ou seja, um território que, por si só, é maior que a totalidade do território emerso da República Portuguesa. A singularidade do nosso enquadramento tectónico determina as complexas características dos mares e dos fundos oceânicos que nos rodeiam, cuja riqueza biológica e geológica nos coloca no centro, e na posse, de um dos mais valiosos acervos de recursos vivos e de recursos minerais e energéticos desta zona do planeta. Nas nossas águas e fundos exuberam a biodiversidade, variadas áreas de pesca e um potencial biotecnológico que só agora vai sendo lentamente desvendado. Se a riqueza biológica e o potencial para aproveitamento genómico e biotecnológico do nosso mar são grandes, igualmente importante é a sua riqueza energética e geológica. Mas uma riqueza ainda maior encontra-se nos fundos que nos rodeiam. A presença de sulfuretos polimetálicos muito ricos em cobre - um dos mais cobiçados metais da actualidade, que é mais de uma dezena de vezes superior à dos melhores minérios encontrados em terra - e de concentrações interessantes de múltiplos outros metais, a que se aliam as profundidades moderadas ao longo da crista média atlântica e as facilidades logísticas que a proximidade dos nossos portos confere, tornam o nosso mar um destino extraordinariamente promissor para importantes operações de extração mineral. Embora seja ainda prematuro anunciar investimentos ou valores, é já claro que os fundos marinhos em torno dos Açores são, e serão, de forma crescente, objecto de importantes interesses económicos e políticos por parte de uma

multiplicidade de entidades. Deve ser claro para todos nós que, quem nas próximas décadas controlar o Mar dos Açores, controlará uma imensa riqueza. Por isso, devemos ser prevenidos. Para isso, devemos estar unidos. É neste contexto que o Governo se tem empenhado, ao longo desta legislatura, reforçando na sua orgânica o tratamento dos assuntos do Mar; regulámos matérias tão diversas como a arqueologia subaquática, a extracção de inertes em torno das nossas ilhas, o planeamento da zona costeira, a gestão do domínio público marinho; regulámos áreas essenciais como o licenciamento, a fiscalização ou o regime contraordenacional em matéria pesqueira, incorporámos no direito regional importantes poderes correlacionados, e aprovaremos em breve o regime jurídico relativo ao acesso a amostras de recursos naturais para fins científicos. Lideramos o financiamento do Departamento de Oceanografia e Pescas, conscientes de que o fortalecimento do nosso potencial científico e tecnológico no mar é uma prioridade inadiável. E desenvolvemos uma presença contínua, activa e qualificada nos eventos internacionais que se relacionam com as políticas marítimas. A mensagem que aqui pretendo deixar é, pois, a de alertar e deixar claro que os Açores assumem o mar como uma das suas responsabilidades inalienáveis, estando prontos para uma gestão partilhada nas áreas em que a Constituição e o Estatuto assim determinam, mas jamais tolerando menorizações ou extorsões dos seus direitos. Que fique claro: mais do que a contestação em torno da centralização do poder no Estado Liberal no séc. XIX, mais do que a reacção a qualquer insulto ou limitação ocasional passados sobre exportações ou sobre impostos, mais do que a guerra das bandeiras ou a revolta da lavoura no 6 de Junho, o Mar vale todas as batalhas porque o principal do nosso futuro não se prescinde de nenhuma maneira! (...)

Transcrição de Entrevista

Data: 29-09-2025

Entrevistado: **Luís Carlos Correia Garcia**

Cargo: Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores – desde 16-11-2020

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

A saída do Reino Unido da União Europeia, um dos seus membros com maior projeção atlântica, naturalmente dá espaço a uma nova dinâmica no cenário europeu. Portugal, com a sua história e localização únicas, tem uma oportunidade para reforçar a sua influência no Atlântico. A nossa postura não deve ser de exclusividade, mas sim de parceria estratégica, como tem sido até ao momento, promovendo a cooperação e a estabilidade com todos os intervenientes relevantes, tanto na Europa como do outro lado do oceano. Neste contexto, os Açores são um elemento central em termos geopolíticos. A nossa posição geoestratégica, bem evidenciada através da Base das Lajes, em que nos encontramos localizados entre a Europa e os Estados Unidos, apresenta-nos como um ativo de valor sobretudo em termos de segurança e defesa.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

A importância dos Açores para a segurança da União Europeia é uma questão de grande relevo e que tenho defendido, especialmente porque vivemos um momento em que a Europa apresenta a defesa e a segurança como prioridades incontornáveis. Importa salientar que durante muitos anos, a Europa foi uma parceira fundamental no que diz respeito ao nosso desenvolvimento. Graças ao apoio dos fundos comunitários, foi possível evoluir de forma notável, especialmente no que toca aos investimentos em infraestruturas. De outra forma, não teríamos alcançado o nível de desenvolvimento que hoje conhecemos. Hoje, no entanto, a nossa relação é muito mais do que apenas unilateral. Acredito que é também nas áreas da segurança e defesa que a nossa contribuição para o poder europeu no

Atlântico Norte pode ser muito substancial. É inegável que a Base das Lajes continua a ser um ativo crucial, e a nossa posição geoestratégica é fundamental para a vigilância e controlo de um vasto espaço marítimo e aéreo, que é de interesse vital para toda a União Europeia. Esta não pode deixar o Atlântico à mercê de outros, mesmo que sejam considerados parceiros. Ainda assim, a "ultracentralidade" em matérias de segurança e defesa não se trata apenas de um conceito, mas de uma realidade que demonstra que os Açores têm muito a dar. Aliás essa capacidade de contribuir ativamente para a segurança e estabilidade do Atlântico Norte deve ser reconhecida e devidamente valorizada nos quadros financeiros europeus, fortalecendo a nossa posição como um parceiro estratégico e não apenas como uma Região ultraperiférica. O País e a União Europeia têm de perceber esta importância geoestratégica e geopolítica dos Açores e agir rápido. Felizmente as Forças Armadas Portuguesas já o perceberam há muito, reforçando a sua presença e defendendo investimentos estratégicos neste espaço. Mas isso não basta! O poder político tem de acompanhar esse esforço.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

A hipótese de um conflito entre a União Europeia e os Estados Unidos, num cenário de desintegração da NATO, seria um evento de extrema complexidade. A ligação entre os Açores, Portugal e a Europa resulta naturalmente do facto de Portugal ser um Estadomembro da União Europeia e de os Açores constituírem uma região autónoma do país, cuja localização no centro do Atlântico sempre representou um ponto estratégico fundamental nas relações transatlânticas. Não por acaso, Portugal foi incluído como membro fundador da NATO em 1949 essencialmente devido ao valor geoestratégico dos Açores, que funcionavam como plataforma de apoio às forças norte-americanas e como elo vital entre a Europa e os EUA. Nesse sentido, a própria formação da Aliança Atlântica evidenciou desde o início a centralidade do triângulo Portugal–Açores–Europa na arquitetura de segurança ocidental. Ao mesmo tempo os laços históricos com os Estados Unidos, fortalecidos pela nossa vasta diáspora, são um ativo diplomático que não pode ser ignorado. Numa situação de tensão, os Açores devem servir como uma ponte transatlântica para o diálogo e a negociação, fazendo uso da nossa posição única para defender um interesse comum, fomentando a cooperação.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

A questão da extensão da plataforma continental portuguesa é um tema de grande importância, e a sua concretização poderá reforçar a relevância dos Açores. Embora o processo ainda esteja em curso, a nossa importância já se reflete em investimentos concretos. Para além dos contributos tradicionais, acredito que a posição dos Açores abre espaço para muitas oportunidades de colaboração com a Europa nas suas novas prioridades de forma inovadora. Os exemplos são vários. Nos últimos anos, a Região tem feito investimentos consideráveis em áreas estratégicas para a Europa como a ciência e a tecnologia. É também nestas áreas que a Região pode atuar como um laboratório vivo de inovação, impulsionando, por exemplo, mas não só, a tecnologia de defesa e segurança no Atlântico. Na ilha de Santa Maria, a instalação da sede da Agência Espacial Portuguesa é um exemplo claro do nosso contributo para a exploração espacial e para a segurança e monitorização do Atlântico a partir de uma perspetiva espacial. Na ilha Terceira, não só através da Base das Lajes, mas também a aspiração de acolher o Observatório Climático do Atlântico demonstram a nossa aposta na ciência e investigação. Na ilha do Faial, os Açores podem desempenhar um papel de liderança na economia azul, com projetos como o Tecnopolo do Mar dos Açores (MARTEC) que constitui uma plataforma de investigação e inovação dedicada ao mar profundo e às tecnologias marinhas, funcionando como centro de transferência de conhecimento e de cooperação internacional. Associado a isso, encontra-se o Observatório Europeu do Mar Profundo, cuja localização ambicionamos que seja aqui, na Região, reforçando a participação ativa de Portugal e dos Açores em redes europeias de ciência oceânica. Acresce ainda a construção de um novo navio de investigação oceânica, equipado com tecnologia de ponta, que permitirá desenvolver conhecimento essencial para a exploração sustentável dos recursos marinhos e para a proteção dos ecossistemas do Atlântico. Estes projetos em oceanografia e alterações climáticas contribuem indiretamente para a segurança europeia, na medida em que a estabilidade ambiental e a gestão de recursos são cada vez mais entendidas como elementos-chave da segurança global. Ainda no Faial, está em curso a criação de uma pista experimental para drones que será o primeiro passo para a criação da futura Zona Livre Tecnológica, que permitirá testar novas tecnologias em ambiente real e seguro, com potencial para atrair investimento internacional em áreas como a vigilância marítima, resposta a desastres naturais ou monitorização ambiental. A nossa aposta nestas áreas de elevado

valor acrescentado, demonstram que os Açores são um parceiro ativo e capaz de responder aos desafios do futuro da Europa, fazendo uso das potencialidades de cada ilha. Muitos destes projetos têm a parceria estratégica das Forças Armadas Portuguesas e têm motivado interesse de muitos de várias geografias mundiais.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

A intervenção dos Açores na relação bilateral com os EUA é algo que se traduz, inequivocamente, na presença de militares norte-americanos na Base das Lajes. No entanto, e apesar da relevância inegável que a nossa diáspora assume no campo cultural e social, representando um ativo de grande valor, a sua influência na política externa dos Estados Unidos e da União Europeia é algo mais complexo. Embora se reconheça a sua importância enquanto "ponte humana" para o reforço dos laços de amizade e de cooperação, a política externa, tanto a nível nacional como europeu, tem a sua própria dinâmica. Porém, o pendor humano desta relação amiga e histórica entre Portugal e os Estados Unidos, firmado nos açorianos que emigraram para as “américas da abundância”, não pode ser preterido por nenhum dos lados. Aos Açores, aos seus Órgãos de Governo Próprio, cabe estrategicamente valorizar e potenciar esta dimensão

Transcrição de Entrevista

Data: 07-09-2025

Entrevistado: **Luís Manuel Vieira de Andrade**

Cargo: Professor Catedrático da Universidade dos Açores. Especialista em Ciência Política

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

Muito embora o Reino Unido tenha saído da UE, não abandonou a NATO. No entanto, no âmbito da UE, é fundamental que se implemente, de facto, uma Política Externa e de Segurança Comum e, por consequência, uma Política Comum de Segurança e Defesa. Portugal deve, no entanto, trabalhar, conjuntamente com os seus parceiros europeus, na concretização dessas políticas não esquecendo a sua dimensão atlântica. Neste contexto, o arquipélago dos Açores continuará a desempenhar um papel da maior relevância dos pontos de vista geopolítico e geoestratégico devido, sobretudo, à grande imprevisibilidade das Relações Internacionais e o facto de o Senhor Trump estar no poder nos EUA.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

Como referi anteriormente, os Açores continuam a ser muito relevantes dos pontos de vista da geopolítico e geoestratégico e constituem uma mais valia para a UE. No entanto, não nos podemos esquecer que deve haver complementaridade entre a NATO e a UE. De qualquer forma, o que concede a Portugal algum poder de negociação internacional são as suas Regiões Autónomas, designadamente o arquipélago dos Açores. É o que o Professor Adriano Moreira designou como poder funcional.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

Seriam muito difíceis. No entanto, penso que o Senhor Trump, apesar das suas políticas erráticas, imprevisíveis, e pouco racionais, não se chegaria ao desaparecimento da NATO. Apesar de tudo, não prevejo que haja um conflito muito sério entre as duas margens do Atlântico Norte. Face ao que tem vindo a suceder nos últimos tempos, designadamente um rapprochement entre a Rússia, a China, a Índia e outros Estados, a administração norteamericana não se pode dar ao luxo de não se entender com a UE.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

De facto, o alargamento da plataforma continental portuguesa, designadamente no que diz respeito aos Açores, contribuirá, claramente, para o reforço da importância do arquipélago nas Relações Internacionais. Desde logo, aumentará o potencial no que se refere à exploração dos mares, à investigação científica, e a um maior acesso aos recursos do oceano. Por outro lado, não nos podemos esquecer da ligação entre o mar e o espaço, designadamente no que se refere a Santa Maria.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

Os Açores constituem o elo essencial na relação bilateral entre Portugal e os EUA. Como é evidente, os Açores, desde a Constituição de 1976, já têm direito a ter um representante seu no âmbito da Comissão Bilateral Permanente do Acordo de Cooperação e Defesa entre os dois Estados. Eu próprio representei a Região nessa Comissão. Obviamente, que podemos e devemos reforçar essa presença, assim como beneficiar mais desse Acordo de Cooperação e Defesa. Em primeiro lugar, é necessário que as autoridades portuguesas estejam de acordo com esse reforço. Em segundo lugar, que haja, de facto, mais cooperação, a vários níveis, entre Portugal e os EUA.

6. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema?

Apenas gostaria de chamar a atenção para os tempos muito conturbados que estamos a viver. Não sabemos o que poderá acontecer, ou não, nos próximos tempos.

Transcrição de Entrevista

Data: 11-07-2025

Entrevistado: **Tomé Ribeiro Gomes**

Cargo: Professor auxiliar convidado em Relações Internacionais, geopolítica e estratégia – Universidade da Beira Interior; ISCTE Instituto Universitário de Lisboa

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

Difícilmente um pequeno Estado como Portugal conseguirá assumir um papel de “liderança” sobre a política externa da U.E. no Atlântico. Dada a sua importância, a política externa de um bloco como o europeu tenderá a refletir principalmente os interesses dos Estados com mais peso político. Além disso, a região atlântica não é uma região qualquer, uma vez que na outra margem estão os EUA, que são, por enquanto, o país mais importante nas relações bilaterais de todos os países europeus, assim como para a política externa europeia.

No entanto, parece-me correto dizer que Portugal ganhou com o Brexit uma oportunidade para se fazer ouvir de uma forma mais qualificada no que toca a problemas relacionados com o Atlântico. Desde logo, a saída do RU da UE remove um interlocutor natural dos EUA e Portugal, pela sua geografia, história e presença de uma diáspora significativa nos EUA, pode assumir esse papel, pelo menos em parte.

No entanto, isso não acontecerá automaticamente. Para se fazer ouvir junto dos seus parceiros europeus no que toca ao Atlântico, Portugal ter capacidade para agir no Atlântico e isto requer capacidades militares e diplomáticas que o país não parece ter ainda. Logo à partida, Portugal teria de se afirmar como um ponto de contacto na UE para os Estados *stakeholders* do Ártico e do Atlântico Sul que não fazem parte da UE. Pegando no exemplo do Ártico, Portugal nunca se candidatou ao Conselho do Ártico, ao passo que a Espanha já o integra como membro-observador (só os oito Estados do Ártico podem ser membros de pleno direito). Isto não augura nada de bom quanto à disponibilidade de Portugal em seguir com atenção os desenvolvimentos no Ártico, que são cada vez mais fulcrais para o Atlântico.

Dito isto, Portugal também tem mostrado alguma vontade de promover e liderar o diálogo numa questão importante do Atlântico, a segurança marítima. O Atlantic Centre, criado nos últimos anos e que se prevê que venha a ter a sua sede nos Açores, tem tentado ser posicionar-se como um facilitador desse diálogo multilateral.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

Os Açores podem dar um contributo inestimável à União Europeia no caminho para a tão falada “autonomia estratégica”. Para perceber como se pode manifestar este contributo, podemos olhar as valências estratégicas que os Açores desempenharam historicamente. No século XX, as duas funções principais dos Açores ao serviço de grandes potências (no caso, dos EUA), foram: (1) a facilitação da projecção de força, apoiando operações logísticas de rotina e operações logísticas de larga escala (ex.: papel da Base das Lajes no reabastecimento dos EUA a Israel durante o conflito do Yom Kippur em 1973), ou servindo de plataforma para a operação de reabastecedores aéreos, que começam a utilizar a base das Lajes nos anos 50 e foram relevantes ainda recentemente, na Operação “Midnight Hammer” (junho de 2025); (2) a vigilância aérea e marítima, com a operação a partir das Lajes de aviões de patrulha marítima que seguiam submarinos soviéticos durante grande parte da Guerra Fria, bem como infraestruturas noutros locais (ex.: o Azores Fixed Acoustic Range), e com vários destacamentos nas Lajes destinados à deteção de ameaças aéreas (AWACS).

A U.E. pode vir a necessitar de desempenhar qualquer uma destas funções no futuro. Será claramente necessário assegurar a vigilância aérea e marítima do Atlântico num cenário de autonomia estratégica, não só porque a Rússia tem mostrado níveis de atividade elevados no Ártico e Atlântico Norte (com navios de superfície, submarinos e bombardeiros), mas porque poderão sempre surgir desafios à segurança marítima no Atlântico (ex.: a pirataria no Golfo da Guiné), que podem não ter a mesma atenção de Washington no futuro.

O cenário em que a UE necessita de projetar forças através do oceano atlântico estará mais longe, mas não pode ser descartado.

Além destas duas funções, os Açores também se relevam essenciais para a política europeia para o espaço, uma dimensão fulcral para a União se esta quiser atingir a autonomia estratégica. A UE não querará, por exemplo, continuar a depender de satélites em órbita terrestre baixa que pertencem a empresas norte-americanas (ver a questão da StarLink na Guerra da Ucrânia). Para reduzir esta e

outras vulnerabilidades relacionadas com a sua capacidade de atuar no espaço, a UE necessitará de localizações adequadas ao lançamento e reentrada de satélites, assim como ao rastreio de satélites. A Guiana Francesa é uma dessas localizações, mas não só não é suficiente, como a sua geografia a torna vulnerável. Nos últimos anos, os Açores têm sido dotados de várias infraestruturas relacionadas com o espaço que servem já a Agência Espacial Europeia, especificamente na ilha de Santa Maria, onde está sediada a Agência Espacial Portuguesa.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

É difícil prever. Julgo que é útil lembrar o que escreveu José Medeiros Ferreira sobre as grandes funções estratégicas dos Açores que variam consoante o contexto internacional. Em momentos de integração política entre as duas margens do Atlântico, como a Guerra Fria, os Açores desempenham um papel de “articulação”. Em momentos de oposição entre Estados da bacia atlântica, como a Segunda Guerra Mundial ou, no século XVI, o conflito entre Espanha e Inglaterra, os Açores transformam-se numa região de “fronteira”. Antes dos EUA entrarem na Segunda Guerra Mundial, Franklin Roosevelt explicou aos norte-americanos que os Açores estavam tão próximos da costa leste como o Havaí da costa oeste. Não podiam, por isso, cair em mãos alemãs. Hoje, sabemos que a Alemanha nazi teve um plano de ocupação dos Açores.

Caso a NATO se desintegre e a UE e os EUA entrem em algum tipo de conflito, a história leva-nos a pensar que haveria uma disputa pelo controlo dos Açores enquanto “fronteira” quer dos EUA, quer da UE. Se os EUA percepcionarem o seu perímetro de segurança como incluindo os Açores, e se acharem que a UE representa uma ameaça suficientemente séria, é possível que acreditem ser vital o controlo sobre os Açores. Felizmente estamos longe deste cenário extremo.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

A importância dos Açores sairá reforçada, mas isso só será vantajoso para Portugal se o país tiver capacidade de assumir as suas responsabilidades relativamente a essa plataforma continental acrescida. Os Açores só por si não “fazem” nada. Antes pelo contrário, até podem ser um risco (ver resposta anterior) para Portugal. Os Açores apenas são úteis se estivermos dispostos a utilizá-los; ou seja, a investir em infraestruturas de vários tipos e nos meios navais e aéreos que fazem uso das ilhas nas suas operações. A extensão da ZEE produz efeitos legais que podem ser aproveitados economicamente por Portugal, mas também impõe uma responsabilidade acrescida ao país.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

Sim. Não só a Região Autónoma dos Açores, mas também, e talvez especialmente, o Governo da República têm a oportunidade de alavancar a sua diáspora nos EUA enquanto rede de influência política e económica. Como em tudo o resto, isto requer vontade política para investir, por exemplo, no ensino da língua portuguesa nos EUA, uma vez que as segundas e terceiras gerações de emigrantes tendem a perder a língua e a assimilar-se completamente na sociedade de acolhimento. Também é necessário investimento para manter ativas e relevantes as várias redes que ligam pessoas dos dois lados do Atlântico, sejam elas redes académicas, culturais, artísticas ou outras.

6. Há algo mais que gostaria de acrescentar sobre o tema?

Muitas vezes falamos dos Açores como um ativo estratégico e assumimos que isso é algo bom. Mas todos os ativos estratégicos trazem também riscos. Desde logo porque podem ser cobiçados por adversários, mas não só. No caso de Portugal e dos Açores, a falta de investimento nas ilhas leva frequentemente a que elas sejam usadas por aliados, sendo estes a investir nas infraestruturas para os fins por eles designados. Portugal fica depois na posição de tentar obter vantagens (que podem ser financeiras, militares, ou políticas). Isto é uma posição negocial fraca, que muitas vezes leva Portugal a ter de pagar um preço (ex.: Guerra do Yom Kippur em 1973) ou a utilizar a concessão de acesso aos Açores em substituição de outras responsabilidades. Por ex., julgo que em certas alturas, mesmo já neste século, o acesso dos EUA à Base das Lajes foi visto como compensação por Portugal não contribuir o suficiente para a NATO. Talvez isso explique, por exemplo, porque o PR Jorge Sampaio

não conseguiu negociar com os EUA em 2000, embora tenha tentado. E talvez explique em boa parte porque nunca se conseguiu renegociar o Acordo de Cooperação e Defesa e 1995, que sempre foi pouco apreciado pelos decisores da Região Autónoma.

Transcrição de Entrevista

Data: 23-09-2025

Entrevistado: **Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia**

Cargo: Professor e Ex-Reitor da Universidade dos Açores; Deputado Europeu entre 1986-1994.

Entrevista realizada por email

1. Com a saída do Reino Unido da União Europeia pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico? Neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia do ponto de vista da sua política externa?

Entendo que Portugal pode, mas não deve liderar uma política externa atlântica europeia que cabe sobretudo à NATO. O pôr-se em “bicos dos pés” numa matéria destas pode ser-nos prejudicial. Mas podemos tirar vantagens disso, não só devido à posição geoestratégica dos Açores, mas porque o país não deve esquecer as suas ligações históricas ao Atlântico Sul, tantas vezes esquecidas.

2. Qual a importância dos Açores para a segurança da União Europeia e que contributo podem dar estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?

A importância das ilhas açorianas advém da pertença simultânea de Portugal à NATO e à União Europeia. Obviamente que a posição europeia na NATO sai reforçada devido aos Açores, como demonstra o passado das nossas ilhas nos conflitos que envolveram os europeus e americanos no século XX. Aliás, a Pol NATO de Ponta Delgada e a base das Lajes na ilha Terceira são exemplo dessa importância. Os Açores desempenham um papel central na segurança marítima e aérea da União Europeia, graças à sua localização estratégica entre a Europa e a América do Norte. Esta posição privilegiada permite a monitorização de rotas transatlânticas, facilitando operações de vigilância e resposta rápida a potenciais ameaças, além de servir como plataforma logística para missões internacionais. O arquipélago, portanto, torna-se um ativo valioso para o poder europeu, reforçando a capacidade da UE de projetar influência e garantir estabilidade no Atlântico Norte.

3. No caso de existir um conflito entre UE e os EUA, num cenário de desintegração da NATO, como entende que seriam as relações entre Portugal, os Açores, a UE e os EUA?

Esse é um cenário que considero de pura ficção. A UE e os EUA estão condenados a entenderem-se, por mais altos e baixos que as suas relações atravessem. E os Açores serão sempre, por via da geografia e da história, um pilar da ponte sobre o “rio Atlântico”, na feliz expressão do Prof. Onésimo Almeida, uma referência açoriana da Brown University. Senti claramente o que afirmo, durante os anos em que fui membro da delegação Parlamento Europeu/US Congress.

4. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região Autónoma dos Açores” (Vaz, 2019), a importância dos Açores sai reforçada? Que papel podem desempenhar aos Açores na economia e na afirmação de Portugal na União Europeia neste cenário?

Para já, a designação “plataforma continental” é incorreta, porque o que está previsto é o alargamento da ZEE-Zona Económica Exclusiva. Que, como o nome indica, tem um incalculável valor económico, que devemos preservar e defender a todo o custo. Daí a cobiça que poderá despertar, seja dentro ou fora da União Europeia, com a consequente valorização de Portugal no quadro europeu e internacional.

5. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?

Certamente que é uma comunidade importante, mas devia ser chamada a intervir mais na economia açoriana, criando empresas na Região e fazendo nela investimentos proporcionais à sua dimensão americana. Para tal deviam ser criados incentivos específicos atrativos, sobretudo agora que tanto se fala de “guerra de tarifas” e dos seus efeitos negativos. E temos de reconhecer que, para além dos turistas, os açorianos da tão citada diáspora, pouco ou nada fazem para participar no desenvolvimento das ilhas de onde saíram.

Transcrição de Entrevista

Data: 22-09-2025

Entrevistado: **Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

Cargo: Presidente do Governo Regional dos Açores – 2012 a 2020; Presidente do Comité das Regiões Europeu - 2022 a 2025

Entrevista realizada presencialmente. Gravação de áudio.

Pedro Furtado (P.F.): “Bem, pronto, Dr. Vasco Cordeiro boa tarde, vamos fazer aqui, então a nossa entrevista, no âmbito da Dissertação de mestrado em relações internacionais, o espaço Euro-atlântico para a Universidade dos Açores, com a [prolongamento] o título a Importância Geopolítica dos Açores para a, a União Europeia. Dr. Vasco Cordeiro, com a, com a saída do Reino Unido da União Europeia, pode, e deve, Portugal assumir a liderança da política externa da União Europeia no Atlântico, e neste sentido, que papel pode desempenhar os Açores no futuro da geopolítica portuguesa e da União Europeia, do ponto de vista da sua política externa?”

Vasco Cordeiro (V.C.): “Bom, eu penso que a [prolongamento], a questão, sobretudo, há várias questões que estão envolvidas nessa, ou vários aspetos que estão envolvidos nessa pergunta, mas sobretudo partindo da, da, do pressuposto, do, do, da assunção, da saída do Reino Unido da União Europeia, obviamente que é preciso não esquecer que o Reino Unido continua a ter uma importância naquilo, no espaço Atlântico, e naquilo que é o relacionamento com outras componentes a [prolongamento] do espaço Atlântico.

Do que tem a ver com a União Europeia. Bom, eu acho que Portugal tem, historicamente a [prolongamento], descurado muito o papel e o potencial que tem e, na minha opinião, esse é um potencial efetivo, ou seja, ele existe, para, alavancado na relação privilegiada que tem no espaço Atlântico, seja com as comunidades que temos na América do Norte, no Canadá e nos Estados Unidos, seja com as ligações históricas que temos a países e ambas as margens do Atlântico no Sul, a [prolongamento], Portugal tem descurado, a [prolongamento], o poder de aproveitar essas, esses factos, essas circunstâncias para valorizar até a sua posição no espaço europeu. Obviamente que a saída do Reino Unido, a [prolongamento], dá acrescidas possibilidades desse ponto de vista, mas nunca devemos esquecer,

obviamente, a dimensão relativa de ambos os países e a sua importância política. Mais facilmente eu salientaria a questão do potencial que não tem sido aproveitado, que não depende do facto do Reino Unido pertencer ou não pertencer à União Europeia. Depende apenas da lucidez, da competência e do empenho, a [prolongamento], de Portugal quanto a poder, no fundo, alavancar nas ligações históricas que tem com diversos países, ao mais variado nível da bacia do Atlântico, vamos chamar-lhe assim, não é? E poder também isso servir para rentabilizar a sua posição na União Europeia.

Os Açores, nesse domínio assumem um papel que, para além daquilo que é a sua importância prática, que obviamente a evolução tecnológica atenua, mas que em algumas circunstâncias, pode e deve ser valorizada face a novas prioridades que a União vai assumindo. A [prolongamento], já houve um tempo em que talvez essas prioridades se ligassem mais à componente natural, mas mesmo se considerarmos esse, essa abordagem do ponto de vista daqueles que são os novos desafios da segurança e da defesa, os Açores continuam a ter um papel incontornável naquilo que pode, ia dizer, deve, mas vá lá, fico-me pelo, pode ser, o papel que a União Europeia desempenha nesse, nesse domínio. É óbvio que, a [prolongamento], um pouco paradoxalmente, os ventos da história neste momento, arrastam-nos para Leste, não é? E centram as atenções em Leste, a Leste, mas, a [prolongamento], parece-me que é importante nunca esquecermos que isso não pode, [incompreensível] também, depende também de nós, de Portugal, poder construir um caso para a sua valorização mesmo nesse contexto.”

(P.F.): “Ok, muito obrigado, a [prolongamento] passamos à segunda pergunta, qual é a importância dos Açores para a segurança da União Europeia, e que contributo podem dar a estas ilhas açorianas para o poder europeu no Atlântico Norte?”

(V.C.): “Bom, historicamente isso está comprovado e não me parece, eu retomo um pouco a ideia que falei atrás, e não me parece que a evolução tecnológica atenua essa importância. Ela pode e deve ser, é, reinterpretada à luz, a [prolongamento], daquela que é a realidade atual, não é? A aposta dos Açores no espaço, por exemplo, que remonta ainda aos tempos em que fui Presidente do Governo, é um dos exemplos em que, o [prolongamento] a posição dos Açores, a [prolongamento], pó [correção], geográfica, pode e deve, ou melhor, traz-nos a [prolongamento] trunfos nessa dinâmica, nessa dialética que, a [prolongamento] que se estabelece. Não deixa de ser curioso que, independentemente das questões da segurança e da defesa, o posicionamento dos Açores nesta parte do Atlântico, a [prolongamento], foram, em tempos, também, a [prolongamento], reconhecidos, ou pelo menos considerados

naquilo que era uma proposta de um antigo comissário europeu, e que depois foi primeiro-ministro francês, Michel Barnier, quanto à força de proteção civil Europeia, e que previa que os Açores, a par das outras regiões ultraperiféricas, constituíssem efetivamente uma, a [prolongamento], plataformas de projeção dessa força de proteção civil e também por essa via, obviamente, projeção da importância e, a, a, do significado político da União.”

(P.F.): “Ok, muito obrigado. Esta pergunta vai entroncar em muito do que disse na primeira, por isso, [suspiro] muito obrigado. A terceira pergunta, no caso de existir um conflito entre os Estados Unidos e a União Europeia, num cenário de desintegração da NATO, como é que entende que seriam as relações entre Portugal, neste caso os Açores, a União Europeia e os Estados Unidos da América?”

(V.C): “Bom, eu acho que, independentemente da exuberância de alguns protagonistas políticos que neste momento existem, a [prolongamento], julgo que, esse não me parece ser um cenário, um cenário compreensível, ou um cenário, [impercetível], que se afigure como provável, [impercetível]. Há, contudo, uma circunstância que [prolongamento], que a pergunta induz, que é, num contexto de fragilização, num contexto em que, a, existem, como tem existido atualmente, perspetivas tão diversas, em termos de forma e em termos de substância, quanto à forma como a NATO pode atuar, a, o papel dos Açores, e também o papel de Portugal, resume-se, bem, a ser o quê? A ser caixa de ressonância dos outros parceiros da NATO? A ser caixa de ressonância dos Estados Unidos da América? Ou a ter um trajeto e uma perspetiva própria, naquilo que é, dentro de um quadro de alianças, e esse aspeto é fundamental, dentro de um quadro de alianças, aquilo que podem ser também, aquilo que pode ser também, a valorização do seu território, da sua importância geopolítica, da sua importância estratégica? Eu acho que é muito grande, e tudo se resume, ou tudo entronca, digamos assim, naquilo que são relações privilegiadas que a nossa história permitiu, com um conjunto de países, que na minha opinião, essas ligações não estão a ser cultivadas, não estão a ser renovadas, não estão a ser alimentadas, e que são fundamentais para esta, esta tal importância geopolítica do nosso país.”

(P.F.): “OK, muito obrigado. A quarta pergunta tem a ver com a extensão da plataforma continental de Portugal. A ser confirmada a extensão da plataforma continental de Portugal, e tendo em conta que a mesma, e vou citar, “atinge a dimensão que tem essencialmente por conta da localização da Região

Autónoma dos Açores”, fim de citação, a importância dos Açores sai reforçada? E que papel poderiam desempenhar os Açores na economia e na afirmação de Portugal e na União Europeia neste cenário?”

(V.C.): “Bom, a, efetivamente assim é, a, [impercetível], a extensão da plataforma continental portuguesa faz-se, a [prolongamento], quase de forma absoluta, à conta, à custa é outra conversa, à conta, à conta dos Açores, não é? E da localização dos Açores, e aquilo que deveria ser um novo entendimento, [limpa a garganta] perdão [limpa a garganta], aquilo que deveria ser um novo entendimento do que significa sermos uma Região Autónoma de Portugal, passa necessariamente por aí. Passa por aí do ponto de vista interno, com aquilo que de, dé [correção], com aquilo que poderiam ou deveriam ser apostas em áreas que nos habilitassem para tirar proveito, a, dessa dimensão, eu não falo, a, não falo apenas e exclusivamente em relação à componente das pescas, eu falo em recuperarmos, de certa forma, através da Universidade dos Açores e não só, um papel de vanguarda naquilo que tem a ver com as ciências do mar, naquilo que tem a ver com o aproveitamento, é no fundo, esse espírito que subjaz ao projeto, que também vem na altura em que fui Presidente do Governo do Polo MARTEC na, na ilha do Faial, da Escola do Mar na ilha do Faial, no fundo de, reinterpretarmos a nossa relação com o mar, no sentido de adaptarmo-nos ao potencial que atualmente ele tem, que não é apenas as pescas, e que, a [prolongamento], desde a biotec blu [correção], a, desde a biotecnologia azul, até às questões da formação, são necessidades evidentes e que nós estamos, são necessidades evidentes à escala global, e nós estamos numa posição privilegiada para, a [prolongamento], para podermos beneficiar disso. Agora, isso não cai do céu, não é? Isso implica também, da nossa parte, um conjunto de decisões, um conjunto de, de intervenções, de apostas estratégicas que rentabilizem aquelas que já foram feitas e que, no fundo, abram também novos, novos horizontes. Isso do ponto de vista interno. Do ponto de vista externo, como eu referi há bocadinho, isso implica também, reinterpretar a nossa relação com a União Europeia e a nossa relação com o nosso país. A, a questão prende-se com alguns assuntos que têm estado na ordem do dia, nomeadamente com aquilo que é, [imperceptível], a situação das finanças públicas regionais, com a necessidade da revisão das finanças, da lei de finanças regionais, e aquilo que eu já tenho defendido em várias circunstâncias, é que, a, estes, a [prolongamento], estes assuntos devem ser vistos, não numa perspetiva dos coitadinhos que estão aqui no meio do Atlântico, e que precisam do apoio, mas, de certa forma, numa perspetiva de trade off. O que é que nós trazemos ao país? O que é que nós trazemos à União Europeia? Qual é a, a expressão quantificável que isso tem? E naturalmente beneficiarmos também disso. A [prolongamento] isso não, não tem, portanto, essa abordagem não é, não tem sido a abordagem que tem sido seguida, enfim, com toda a

legitimidade. Mas, para significar o quê? No fundo, nessa, na resposta à sua pergunta, que a extensão da plataforma continental, e a importância que os Açores assumem nesse processo de extensão da plataforma continental, não pode ser desligado de benefícios que devem reverter também, mesmo que não exclusivamente, ou não exclusivamente, para os Açores, a [prolongamento], naquilo que são necessidades que temos atualmente, que se prendem com essa componente financeira, mas que também deve ser visto numa perspectiva de longo prazo, numa perspectiva estratégica, e aí entra a tal componente interna, de aproveitarmos o potencial de empregos qualificados, bem remunerados, que essa aposta estratégica traz.”

(P.F.): “Muito obrigado. Quinta pergunta. Sendo a diáspora açoriana uma comunidade vasta e importante em alguns Estados americanos, entende que os Açores deveriam ter maior intervenção na relação bilateral com os Estados Unidos da América, e consequentemente, maior relevância na política externa de Portugal nesta matéria, assim como na política externa da União Europeia?”

(V.C.): “Eu acho que sobretudo, a [prolongamento], essa circunstância devia ser melhor aproveitada pelo nosso país. Não é? Porque alguns dos Estados, a [prolongamento], norte americanos, têm a dimensão, uma dimensão e uma importância económica, desde logo, superior a muitos países independentes, não é, e são os Estados federados dos Estados Unidos da América, e em alguns deles, há uma comunidade da diáspora açoriana, que tem feito um caminho crescente de afirmação e de integração política, económica, cultural, institucional, até, e que me parece, pela minha experiência, que estão, e sempre estiveram muito recetivos a poderem acolher no fundo e colaborar, e a [prolongamento], estabelecer parcerias. As regiões autónomas, estamos a falar do caso dos Açores, mas também poderíamos falar da, da Madeira, a Madeira, nomeadamente na África do Sul, por exemplo, têm um potencial para o relacionamento com entidades infra estaduais, ou seja, províncias, Estados federados, regiões, que não têm sido aproveitada. O país tem voltado as costas a essa realidade. Não sei se por inércia se por incompetência, ou se por ignorância, em qualquer dos casos, parece-me profundamente negativo que isso não se aproveite, obviamente também com benefícios para as regiões.”

(P.F.): “Muito obrigado. Em relação ao tema, a importância geopolítica e geoestratégica dos Açores para a União Europeia há mais algo que gostaria de acrescentar?”

(V.C.): “Penso que está tudo, está tudo, está tudo.”

(P.F.): “OK muito obrigado.”

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal